

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS 2023

31/03/2023 – 10h

FORMATO ONLINE



ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

2023

CONVOCAÇÃO

- **EDITAL**
- **PAUTA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA - AMB

A Diretoria Executiva da Associação Médica Brasileira, no uso de suas atribuições e prerrogativas estatutárias, **convoca**, por meio de suas Federadas, (i) os Delegados da AMB que ocupam os cargos de Presidentes das Federadas da AMB e (ii) os Delegados da AMB eleitos em 2020 no território de cada uma das Federadas, **para participar da Assembleia Ordinária de Delegados da AMB, nos termos no artigos 34 e 35, inciso III ambos do Estatuto Social da AMB, a realizar-se no dia 31 de março de 2023 (sexta-feira), às 10h, em formato online, por meio de plataforma telemática contratada pela AMB.**

Os participantes desta Assembleia de Delegados deverão estar em dia com suas obrigações estatutárias.

Para participar da referida Assembleia, **os Delegados ora convocados deverão, obrigatoriamente, realizar sua inscrição até às 18h do dia 24 de março de 2023, diretamente no site da AMB (www.amb.org.br)**, informando o nome completo, federada que representa, CPF, e-mail e número de celular do Delegado.

O material que subsidiará a Assembleia estará disponível no site da AMB (www.amb.org.br) e deverá ser observado pelos Delegados para melhor participação e deliberação sobre os assuntos abordados.

A pauta da assembleia será a seguinte:

A. TEMAS ORDINÁRIOS

I - Aprovação da Ata da Assembleia de Delegados da AMB anterior;

II - Aprovação das contas do exercício de 2022 da AMB, conforme parecer do Conselho Fiscal.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.



ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário-Geral



CÉSAR EDUARDO FERNANDES
Presidente

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS 2023

ATA DA ASSEMBLEIA ANTERIOR

- **Assembleia de Delegados
(13 de outubro de 2022)**



**ATA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE
DELEGADOS DA AMB****DATA: 13.10.2022
LOCAL: APM / ONLINE ZOOM****DADOS REUNIÃO ZOOM:**

ID DA REUNIÃO ZOOM	TÓPICO
85166573843	ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DA AMB - 2022
HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
13/10/2022 08:52	13/10/2022 13:31

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES (ANEXO 1):

PARTICIPANTES - ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS DA AMB - 13/10/2022		
#	Nome	CPF
1	ADEMAR ANZAI	427705567-20
2	ADEMAR JOSE DE OLIVEIRA PAES JR	020071619-07
3	ALBERTO HENRIQUE BARBOSA	119318501-78
5	ALFREDO SOARES CABRAL JUNIOR	111885378-49
6	ALOISIO NALON DE QUEIROZ	214995947-04
7	AMÉRICO OLÍMPIO PASSOS CORRÊA	688076278-68
8	ANA ISABEL COELHO MONTERO	342350191-04
10	ANGELO VATTIMO	034677398-90
11	ANTONIO CARLOS ENDRIGO	085810908-50
12	ANTONIO CÉLIO CAMARGO MORENO	920063028-68
13	APARÍCIO CARVALHO DE MORAES	209216597-68
14	BENJAMIN BAPTISTA DE ALMEIDA	355438507-78
15	CESAR AMORIM PACHECO NEVES	386241255-53
16	CLAUDIO ALBERTO GALVÃO BUENO DA SILVA	839173658-04
17	CLAUDIO RENATO PINA MOREIRA	111893554-34
18	CLAUDIO TOMUO HAYASHI	593036628-49
19	CLÓVIS ACURCIO MACHADO	018690678-19
20	DELCIDES ZUCON	691369127-00
21	DÓRIS OLIVEIRA LUZ DAHER	185591581-20
22	DR. MARIO DA COSTA CARDOSO FILHO	782155878-87
23	EDDY NISHIMURA	038499978-63
24	EDEMILSON CAVALHEIRO	545660618-68

A

25	EMÍLIO CÉZAR ZILLI	262533137-20
26	EVERALDO PORTO CUNHA	062564654-15
27	FABIO AUGUSTO DE CASTRO	640210336-53
28	FERNANDO ANTONIO GOMES DE ANDRADE	227785944-34
29	FLÁVIO AUGUSTO PASTÔRE	075525538-04
30	FLORISVAL MEINAO	750082468-87
31	FRANCISCO MACHADO DA SILVA	001507623-72
32	HEITOR CARVALHO GUIMARÃES	158777525-53
33	HELIO ARTHUR BACHA	104831361-15
34	ISAIAS FIUZA CABRAL	057646726-00
35	IVONE MINHOTO MEINÃO	001075958-18
36	JAIRO SPONHOLZ ARAUJO	307382889-34
37	JENE GREYCE OLIVEIRA DA CRUZ	425552482-34
38	JOÃO SOBREIRA DE MOURA NETO	610733777-68
39	JOGE CARLOS MACHADO CURI	005695578-28
40	JOSÉ ALBUQUERQUE DE FIGUEIREDO NETO	374073504-00
41	JOSÉ FERNANDO MACEDO	201179309-20
42	JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL	897948268-04
43	JUAREZ MONTEIRO MOLINARI	021553890-00
44	JURANDIR MARCONDES FILHO	359171059-87
45	JUSTINIANO BARBOSA VAVAS	200333891-87
46	KRIKOR BOYACIYAN	504645588-91
47	LEONTINA DA CONCEIÇÃO MARGARIDO	920408108-20
48	LINCOLN LOPES FERREIRA	441217096-91
49	LOURDES TEIXEIRA HENRIQUES	025500298-01
50	MARIA DO SOCORRO MENDONÇA DE CAMPOS	136306525-49
51	MARLY APARECIDA LOPEZ ALONSO MAZZUCATO	089387738-76
52	MARTHA OTTONI PORTO D'AMORIM	032556096-07
53	MAURÍCIO LEÃO DE REZENDE	256729086-91
54	MAURO CESAR VIANA DE OLIVEIRA	331159583-15
55	MIRIAN BEATRIZ GEHLEN FERRARI	360500830-53
56	MOACYR BASSO JUNIOR	421992041-20
57	NABIL GHORAYEB	610071108-72
58	NERLAN TADEU GONÇALCES DE CARVALHO	307596419-00
59	NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMÃO	025814342-87

60	ODILON GARIGLIO ALVARENGA DE FREITAS	925943446-72
61	OGNEV MEIRELES COSAC	057532441-49
62	OSMAR ANTONIO GAIOTTO JUNIOR	793435978-00
63	PAULO CEZAR MARIANI	092089468-27
64	PAULO EMÍLIO SKUSA MORASSUTTI	263202900-72
65	RAFAEL MARTINS DA CUNHA	382458334-87
66	ROBERTO LOTFI JUNIOR	305483229-53
67	ROBSON FREITAS DE MOURA	229695945-87
68	ROGERIO FETT SCHNEIDER	432605940-00
69	RÔMULO CAPELLO TEIXEIRA	729599087-91
70	SARA BITTANTE DA SILVA ALBINO	971968868-87
71	SÉRGIO ALVIM LEITE	587867676-15
72	SERGIO LUIZ REIS FURLANA	136620316-04
73	ULYSSES RODRIGUES DE CASTRO	359521561-34
74	VERA HELENA CERÁVOLO DE OLIVEIRA	122019286-49
75	WALLACE ANDRÉ PEDRO DA SILVA	692276161-87
76	ZELINA MARIA DA ROCHA CALDEIRA	277697807-30

Em 13 de outubro de 2022, às 9h, os Delegados e Presidentes das Federadas da Associação Médica Brasileira, presencial e por meio da plataforma Zoom, se reuniram para formar a Assembleia Ordinária de Delegados da AMB, conforme Edital de Convocação, Errata do Edital e Pauta (**ANEXO 2: Pág. 2-5**), além do Material de Suporte da Assembleia (**ANEXO 2**) e também conforme relato de ata abaixo:

ANTONIO JOSÉ GONÇALVES (SECRETÁRIO DA AMB): Deu boas-vindas aos Delegados e informou que naquele momento havia 39 participantes (online e presencial) e, portanto, com mais de 1/3 dos Delegados presentes, daria início à Assembleia Ordinária de Delegados da AMB em 2022. Passou a palavra a representante da empresa Eleja Online, empresa contratada pela AMB, responsável pelo processo de votação e apuração.

ISABELLY (ELEJA ONLINE): Apresentou o sistema e como funcionaria a votação. Informou que o link de transmissão, o link de votação e a senha individual para votação foram enviados para cada participante, por e-mail, às 8h. Pediu que anotassem a senha, juntamente com o CPF, pois a mesma seria necessária para realizar a votação e para acessar o sistema, e passou a apresentar todos os passos de como se daria a dinâmica da votação.

ANTONIO JOSÉ GONÇALVES (SECRETÁRIO DA AMB): Informou que seria realizada a eleição do presidente da assembleia, que, por praxe, costumava ser o presidente da federada

onde acontecia a Assembleia e, portanto, a mesa indicaria o presidente da Associação Paulista de Medicina, José Luiz Gomes do Amaral. Perguntou se havia alguém que se opunha à indicação do Dr. José Luiz Gomes do Amaral ou se existia algum outro nome a ser indicado. Não houve manifestação e, portanto, o Dr. José Luiz foi eleito presidente da assembleia.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Agradeceu a confiança e destacou o Edital de Convocação, incluindo a pauta da Assembleia: 1. aprovação da ata da Assembleia de Delegados anterior, prestação de contas de 2021 da Associação Médica Brasileira, proposta orçamentária ao exercício de 2023, fixação da contribuição dos associados para o exercício 2023 e informação sobre a situação das ações jurídicas envolvendo a Associação Médica Brasileira. Quanto ao primeiro item da pauta, aprovação da ata da assembleia anterior **(ANEXO 2 – Pág. 6-49)**, iniciou as considerações.

LINCOLN LOPES FERREIRA (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS GERAIS): Pediu para constar em Ata que foi modificada a forma de realização da assembleia, de presencial para mista, o que teoricamente requer uma nova convocação com respeito ao prazo regimental, e não apenas uma errata.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Pediu que fosse registrado em ata a consideração do Delegado de Minas Gerais e pediu que a Eleja Online apresentasse novamente o processo de votação e realizasse uma votação teste, apresentasse a zerésima do sistema de votação e abriu considerações sobre a aprovação da ata da Assembleia de Delegados anterior

ODILON GARIGLIO ALVARENGA DE FREITAS (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS GERAIS): Ressaltou que seria uma questão de ordem, porque foi enviado a pauta da assembleia extraordinária de delegados de 17.12.2021 e que não havia sido votada a assembleia ordinária de delegados de 20.10.2021 e que se estaria votando uma assembleia subsequente que não teve sua ata aprovada para registro. Pediu confirmação para a mesa.

CAROLINE PANTOJA (ADVOGADA DA AMB): esclareceu que todo o material apresentado foi aprovado pelo jurídico e todas as documentações de todas as assembleias, seja ordinária ou extraordinária, registradas em cartório e reforçou que foi dado publicidade a todas as atas das assembleias e que se houvesse dúvidas, poderia ser verificada no site da AMB e acessando o cartório de registro de nota onde estão registradas todas as Assembleias.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Pediu novamente demonstração e uma votação teste devido dificuldades de alguns participantes em acessar o sistema. Realizado o teste e esclarecidas as dúvidas, foi feito novamente a zerésima do sistema **(ANEXO 3)** e, após um período de intervalo de 10 minutos para solução de problemas técnicos com a conexão da internet dos presentes no auditório da APM, foi retomada a Assembleia.



57 Abriu o regime de votação para o primeiro item da pauta.

58 **PERGUNTA 1: Aprovação da Ata da Assembleia Anterior.**

59 **RESULTADO DA VOTAÇÃO 1 (ANEXO 3):**

OPÇÕES DE VOTO	NÚMERO DE VOTOS	PERCENTUAL DE VOTOS
APROVO	30	58.82%
NÃO APROVO	19	37.25%
ABSTENÇÃO	2	3.92%
TOTAL DE VOTOS:	51 VOTOS	

60 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE**
61 **MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA):** Declarou que a Ata da Assembleia
62 anterior foi aprovada por 30 votos a favor, 19 contra e 2 abstenções.

63 Abriu fala para questionamentos dos delegados.

64 **ANGELO VATTIMO (DELEGADO DE SÃO PAULO):** Contestou a realização de uma votação
65 teste com a mesma pergunta a ser votada pois não havia meios de auditar a zerisima e que
66 seria muito mais interessante se colocassem uma pergunta aleatória e que sua consideração
67 constasse em ata.

68 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE**
69 **MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA):** Agradeceu a sugestão e informou
70 que toda a assembleia estava sendo gravada em áudio e vídeo.

71 **MARIA DO SOCORRO MENDONÇA DE CAMPOS (DELEGADA DA ASSOCIAÇÃO**
72 **BAHIANA DE MEDICINA):** Apoio a questão de ordem levantada pelo delegado de São Paulo,
73 Ângelo Vattimo e pediu direito do votante de trocar de senha e que as considerações
74 constassem em ata.

75 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE**
76 **MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA):** Lembrou que todas as falas
77 estavam registradas na gravação.

78 **KRIKOR BOYACIYAN (DELEGADO DE SÃO PAULO):** Concordou com as considerações
79 dos delegados anteriores e questionou que imprimiu dois votos referentes à aprovação da ata
80 da assembleia devido à realização da votação teste e qual voto seria válido.

81 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE**
82 **MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA):** Ressaltou que somente a votação,
83 o relatório e o comprovante de votação da última votação referente à pergunta 1 era válido.
84 Portanto, somente o comprovante que havia sido emitido às 10h41, conforme informou o
85 delegado Krikor.



JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Passou ao segundo item da pauta: prestação de contas do exercício de 2021 da Associação Médica Brasileira.

AKIRA ISHIDA (PRIMEIRO TESOUREIRO DA AMB): Fez a apresentação da prestação de contas do exercício de 2021 (**ANEXO 2 – Pág. 50-52**), comparando as receitas e despesas com o ano de 2020. Destacou a redução do valor das contribuições associativas de 9 milhões e 700 mil de contribuição em 2020 para 8 milhões e 943 mil em 2021, sendo a previsão para 2022 de 7 milhões e 800 mil. Destacou que a receita da contribuição associativa está caindo, porque está diminuindo o número de associados, sendo atualmente 24 mil sócios pagantes. Quanto à receita oriunda da contribuição das sociedades, esta contribuição foi extinta em votação na assembleia de 2021 e por isso consta apenas 160 mil reais. Quanto à receita oriunda da emissão de títulos de especialista ressaltou que houve um aumento importante devido a emissão de títulos represados durante a pandemia, porém preocupava a redução do número de requisições destes títulos, sendo previsto para 2022 o decréscimo de 20% destas requisições, demonstrando a falta de valorização do título de especialista. Relativo às demais receitas, reforçou que não houve nenhum diferencial entre o ano de 2020 e 2021. Explicou que o aumento da receita também se deve à aplicação financeira, resultando em uma receita de 19 milhões e 456 mil, variação de quase 3 milhões positivos em relação ao ano anterior. Destacou que quanto às despesas, os gastos com pessoal foram de 2 milhões e 700 mil reais, uma diferença com relação à 2020 de 762 mil, pois houve rescisões e revisões de contratos de fornecedores e prestadores de serviço, o mesmo valendo para as despesas gerais que reduziu o seu total em 2 milhões e 153 mil comparado à 2020. Quanto ao jurídico, a despesa aumentou por conta de todos os processos que estão acontecendo. Marketing e comunicação foram de 2 milhões e 500 para somente 378 mil. Eventos também houve redução, mesmo acontecendo eventos presenciais importantes durante o ano de 2021 e a maior parte desta despesa ser referente à anuidade da WMA. Ressaltou que quanto aos projetos, que são a finalidade da existência da AMB, houve um aumento na despesa de 1 milhão de reais. Finalizou apresentando o resumo dos resultados do período em 2020, sendo um resultado negativo, em torno de 840 mil e no ano de 2021 um superávit ai de 6 milhões e 270 mil e o saldo em caixa era de 5 milhões e 200 mil em 2020 e no ano de 2021, 13 milhões e 282 mil, uma diferença de quase 8 milhões de reais. Um caixa que correspondia em 2020 a 3.2 meses de despesa e em 2021 o correspondente a 12 meses despesas. Sendo que a média de gasto mensal era em torno de 1 milhão e 700 mil reais e atualmente de 1 milhão e 100 mil reais, o que atestava mais tranquilidade para ele própria e para a Diretoria atual.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Passou a palavra aos auditores da AUDISA, para lerem o seu relatório da Auditoria, realizado por auditor independente sobre demonstrações contábeis.

ALEXANDRE CHIARATTI (AUDISA): Informou que o trabalho de auditoria independente do



exercício de 2021 **(ANEXO 2 – Pág. 53-85)**, foi desenvolvido com acesso a todas as instalações da AMB e, tecnicamente, acesso aos documentos necessários aos exames e aos testes. Efetuaram os procedimentos exigidos pela norma e conseguiram executar sem nenhuma obstrução, então o trabalho foi desenvolvido atendendo a todos os requisitos técnicos e legais necessários à emissão da opinião da auditoria.

RAFAEL VALLE (AUDISA): Informou que o trabalho de auditoria ocorreu em um fluxo normal, e foi possível examinar as contas da entidade, não havendo nenhuma limitação e assim foi emitido o parecer sobre as demonstrações contábeis de 2021. Atestou que as contas da AMB em 31/12/2021 representaram, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e patrimonial da entidade. Havia no relatório apenas uma menção sobre um valor provisionado a pagar de imposto de renda e contribuição social no montante de 953 mil, esse valor foi constituído em 2018, e foi fruto da avaliação de alguns imóveis da AMB. Com essa avaliação dos imóveis da AMB, houve um aumento no valor desses imóveis e, com esse aumento, foi registrado que deveria ser pago esse imposto de renda, mas pelas condições tributárias da AMB, foi identificado que esse valor não era devido e em 2022 essa provisão será corrigida e baixada. Portanto, fora esta menção, não há nenhuma ressalva e as contas se apresentaram de acordo.

NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO (PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA AMB E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ): Relatou que o Conselho Fiscal, reunido no dia 14 de setembro, apreciou anteriormente a esta reunião e depois se reuniu em conjunto, cuidando e analisando mais de 19 mil itens, que constituíram o movimento financeiro apresentado mês a mês quanto ao ano de 2021. Diante disso, e analisado também o relatório apresentado pelo Primeiro Tesoureiro, Dr. Akira Ishida, o Conselho fiscal se manifestou pela aprovação da prestação de contas relativa ao ano de 2021 da AMB, bem como o parecer da auditoria externa sobre as contas do exercício de 2021 da Associação Médica Brasileira **(ANEXO 2 - Pág. 86)**.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Abriu fala para as considerações dos delegados.

MIRIAN BEATRIZ GEHLEN FERRARI (DELEGADA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO RIO GRANDE DO SUL): Perguntou quais eram os projetos em andamento na AMB e que constavam nas despesas apresentadas.

AKIRA ISHIDA (PRIMEIRO TESOUREIRO DA AMB): Explicou que foram criados vários núcleos de apoio, como o NAP, com investimento em tecnologia; projeto em defesa do ato médico, contratando advogados; investimos em congressos, realizado o congresso do associativismo; o PROGEB, destinado ao ensino dos médicos generalistas; o SABE, referente ao atendimento em emergências ajudando a população em geral.

LINCOLN LOPES FERREIRA (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS



GERAIS): Registrou que não se teve acesso à ata anterior e que no saldo não teria a movimentação de perda esperada de crédito em 31/12/2021 e não foram informados valores de 2021 em relação ao imposto e contribuição de feridos e no item 7, imobilizado 7.1, contribuição do ativo imobilizado, evolução do líquido era de 2020 e não de 2019, e que inclusive os valores de 2019 no material da assembleia de 2021 eram outros. Há também alguns valores diferentes, de móveis e utensílios, que deveria ser arredondamento. Ressaltou que o mais complexo era o item da página 78, onde o próprio relatório aponta algumas situações graves para a entidade, como possíveis riscos fiscais que a administração e a associação avaliaram nos seguintes assuntos: ingresso de recurso decorrente de operação que podem ser caracterizadas como prestação de serviço, com características contas prestacionais, como comissões, feiras, eventos, laudos que poderia existir. Então risco de tributação, PIS, COFINS, ISS, risco de tributação de PIS, COFINS, imposto de renda, contribuição social passa a ser de aluguel e provenientes de propriedades para investimentos relacionados nas salas comerciais arrendadas a terceiros. Reforçou que no final da sua gestão contrataram um parecer de um advogado tributarista que foi devidamente disponibilizado para esta gestão, o doutor Antônio Fallet, professor, juiz internacional que havia deixado apontado exatamente esse tipo de risco que se encontrava em aberto e poderia atingir a AMB.

ALDA GOMIDE (COORDENADORA FINANCEIRA DA AMB): Respondeu ao questionamento referente à provisão para devedores duvidosos, que seria uma questão técnica contábil e diz respeito a um provisionamento que se faz ao final do exercício. Essa questão é justamente quando não se tem uma segurança sobre os recebimento e era uma questão colocada pelas auditorias anteriores, que também não tinham um conhecimento sobre o negócio da AMB, uma questão colocada pela Grant Thornton, que auditou por dois anos consecutivos a AMB e lançou as federadas que eram inadimplentes, que não repassavam para a AMB, porque há duas modalidades de recebimentos: a cobrança que é feita exatamente pela AMB, são 14 federadas que das quais a AMB faz a cobrança diretamente ao associado e 11 federadas em que a AMB recebe a cobrança por meio de repasse. Portanto, destacou que algumas federadas que fazem o repasse para a AMB, podem deixar de pagar pelo período estatutário, ou seja, três meses. Considerando isso, que pode ultrapassar o ano calendário, encerra-se o ano e ainda poderia ter os três meses sem receber e por isso a auditoria pede para fazer um provisionamento sobre a inadimplência. Quando fechado o período de 2021, foi avaliada essa inadimplência e foi constatado que não havia a necessidade de fazer esse provisionamento e, por isso, não foi feito. A AMB é uma entidade sem fins lucrativos, imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e contribuição social deferidos não é aplicável para a AMB. Então quando foi solicitado nas auditorias passadas, não era tecnicamente aplicável para a AMB, e foi ponto da ressalva da AUDISA e a AMB não teria que pagar. Explicou que havia uma opinião legal da empresa Malerba de 70 páginas e depois uma consultoria tributária fez uma avaliação, que seria discutida em 2022, sendo de fato que o imposto de renda e contribuição social não cabe na AMB por não ser contribuinte e, por isso, não reflete nas demonstrações financeiras.


8

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Encerrou as inscrições para intervenções.

ODILON GARIGLIO ALVARENGA DE FREITAS (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS GERAIS): Pediu esclarecimentos sobre prestação de contas em relação a uma frase que estava na página 80, sobre parceria comercial e que durante dois anos consecutivos repetiram o texto "Fideli paga um valor em cerca de 4 mil ao mês, porém, segundo informação da empresa, a seguradora Itaú não fornece o racional para cálculo desta comissão". Perguntou se a Associação Médica tomou alguma providência para que houvesse o adequado levantamento do valor devido e a correção da imperícia ou a falta de dados, e qual seria a postura se houvesse uma negativa de fornecimento desses dados. Levantou uma segunda questão também em relação à página 84, sobre efeitos da pandemia, em relação ao relatório de 2022, que estava diferindo do relatório de 2021. No relatório da assembleia de 2020, havia em 2019, 10 mil e 931 de títulos, em 2020 havia 6 mil e 682, porém no relatório de 2021, o ano de 2020 caiu para 3 mil e 639. Perguntou qual o motivo de haver correção nesse valor, ou se havia erro no valor expresso no ano corrente. Pediu para que fosse registrado novamente que a Associação Médica brasileira estava sem seus regimentos de funcionamento e os delegados teriam a função de votá-lo e cobrar da diretoria que o mesmo fosse elaborado e que fosse apresentado às federadas, para que todas as atividades fossem regulares.

CÉSAR EDUARDO FERNANDES (PRESIDENTE DA AMB): Em resposta ao doutor Odilon, informou que ele e Dr. Akira trabalhavam juntos e as decisões são todas colegiadas e participava toda a diretoria. O Clube Médico que estava registrado em nome do Florentino Cardoso e com endereço da AMB foi alterado, foi passado para a associação e repactuado os pró-labores. Informou que tudo foi alterado. O Florentino foi informado que precisava fazer a mudança e foi assim realizado.

ANGELO VATTIMO (DELEGADO DE SÃO PAULO): Questionou que foi apresentado o fluxo de caixa e não o balanço patrimonial, sendo o fluxo de caixa é uma das partes integrantes do balanço patrimonial, que deveria ser apresentado com o resultado operacional do exercício e com o patrimônio líquido, e com a sua respectiva comparação ao exercício anterior. Questionou ainda para a auditoria qual o nível de circularização de documentos que compuseram a auditoria e o resultado.

RAFAEL VALLE (AUDISA): Referente às peças contábeis, informou que todas foram elaboradas e todas foram emitidas, inclusive o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do período, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração do fluxo de caixa e ele não sabia o trâmite interno da apresentação realizada pela AMB. E quanto às circularizações, ressaltou que não somente era muito importante as fontes externas de informação, para segurança do auditor, como isso também era uma norma de auditoria estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade e, por essa razão, realizaram todas as

circulações necessárias, todas as contas bancárias, advogados, por exemplo, foram circularizados, para que os números fossem devidamente apresentados.

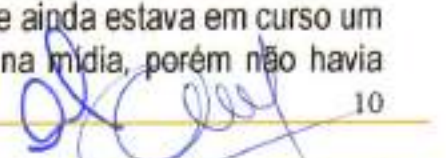
MARIA DO SOCORRO MENDONÇA DE CAMPOS (DELEGADA DA ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE MEDICINA): Em relação ao porquê AMB e Federadas estão perdendo sócios, declarou que acredita que deva ser por conta dos valores de anuidades, excesso de anuidades de sociedades que os médicos participam. Em relação à valorização do título, reforçou que a AMB tem mais força do que as sociedades de especialidade para negociar com instituições e com o governo, para que nos editais de concursos constem a solicitação do título de especialista da sociedade de especialidade.

FLORISVAL MEINÃO (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA): Parabenizou a atual diretoria da Associação Médica Brasileira pelos números apresentados, destacando a redução de despesas, pois seria uma responsabilidade e uma obrigação dos dirigentes fazer a previsão orçamentária, acompanhá-la mês a mês e tomar todas as medidas necessárias para que, ao final do ano, a associação não esteja deficitária.

JURANDIR MARCONDES RIBAS FILHO (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ): Parabenizou o Dr. Akira e toda a equipe financeira da AMB pelo belo, austero e responsável trabalho que fizeram durante essa gestão, bem como estendeu os parabéns ao presidente do conselho fiscal, Nerlan Carvalho, e todos os demais membros do conselho fiscal.

AKIRA ISHIDA (PRIMEIRO TESOUREIRO DA AMB): Parabenizou a gestão anterior pela tentativa de se instalar uma gestão integrada, o SAP, que desde de 2018 a AMB tenta implementar o SAP e atual gestão conseguiu implantar e o sistema está sendo oferecido para outras federadas. E quanto ao título de especialista, ele não era reajustado há cinco anos e por isso o reajuste foi de 550 para 850 reais.

CÉSAR EDUARDO FERNANDES (PRESIDENTE DA AMB): Ressaltou que era muito importante registrar que a auditoria teve total liberdade para realizar o trabalho para a qual foi contratada e tudo foi feito com extremo rigor. Destacou a magnitude dos números apresentados, mesmo mantendo toda a infraestrutura básica necessária para AMB. Ressaltou que foi implantado o PROGEB, um projeto inédito na AMB, voltado para a educação dos médicos não especialistas, para o médico generalista, coisa que a AMB historicamente nunca havia se preocupado com esse médico, até porque em décadas anteriores esse não era um grande problema. Também destacou o projeto em desenvolvimento da "Demografia médica" em parceria com a USP, que constatou que havia 600 mil médicos no Brasil atualmente, sendo que 300 mil não tinham título de especialista e não tinham representatividade associativa. Enfatizou a criação dos núcleos: NUPAM, o Núcleo de Proteção do Ato Médico; o NAP, Núcleo de Atuação Parlamentar; a ASB, Aliança para a Saúde no Brasil, com apoio de entidades existentes e representativas de segmentos diversos da sociedade e que formulou uma política de saúde entregue para todos os candidatos à presidência; e que ainda estava em curso um projeto chamado AMB Cidadã, que seria para colocar a AMB na mídia, porém não havia



recurso para isso. Destacou que a criação do CEM COVID_AMB (Comitê Extraordinário de Monitoramento da Covid) foi uma das melhores coisas em que ele viveu na AMB, sendo que a AMB passou a expressar a opinião do grupo de experts que se reunia para tomar uma posição, não uma posição política, ideológica, partidária, mas, sim, a posição da ciência, reunindo 14 sociedades de especialidade, as mais vocacionadas para o tema da Covid. Ressaltou também a criação do portal de benefícios. Destacou que em relação às contas, estavam disponíveis para qualquer um e a AMB ainda estaria desestruturada do ponto de vista organizacional. Ressaltou a importância de se criar um modelo associativo e que a AMB continuaria após as eleições de 2023 e ela precisaria continuar forte, pois era a principal representante do movimento associativo. Parabenizou o Dr. Akira por seu trabalho e sua integridade, também seu comprometimento e dedicação. Agradeceu ao trabalho da auditoria e do conselho fiscal, realizados com absoluta independência.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Com todos os esclarecimentos feitos, abriu o regime de votação.

PERGUNTA 2: Prestação de contas do exercício de 2021 da AMB (Demonstrações Financeiras auditadas e Parecer do Conselho Fiscal).

RESULTADO DA VOTAÇÃO 2 (ANEXO 3):

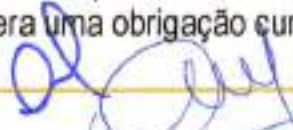
OPÇÕES DE VOTO	NÚMERO DE VOTOS	PERCENTUAL DE VOTOS
APROVO	40	72.73%
NÃO APROVO	12	21.82%
ABSTENÇÃO	3	5.45%
TOTAL DE VOTOS:	55 VOTOS	

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Aprovada a prestação de contas do exercício de 2021 da AMB.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Passou para o terceiro item da pauta ordinária: proposta orçamentária para o exercício de 2023 e a fixação da contribuição dos associados para o exercício de 2023.

AKIRA ISHIDA (PRIMEIRO TESOUREIRO DA AMB): Apresentou previsão orçamentária (ANEXO 2 – Pág. 87-88) e concluiu ressaltando a previsão de superávit em torno de 1 milhão e 900 mil reais para o exercício de 2023.

NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO (PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA AMB E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ): Referente à previsão orçamentária, ressaltou que se tratava de uma previsão e não era uma obrigação cumprir um



orçamento, considerando outras variáveis. Declarou que o conselho fiscal, após reunião realizada, manifestou-se pela aprovação da previsão orçamentária para o exercício de 2023 (ANEXO 2 – Pág. 89).

MIRIAN BEATRIZ GEHLEN FERRARI (DELEGADA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO RIO GRANDE DO SUL): Parabenizou a gestão pela apresentação, pois os números realmente falavam por si, bem como pelos projetos considerando o médico brasileiro como um todo.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Abriu o regime de votação.

PERGUNTA 3: Proposta orçamentária para o exercício de 2023 (apresentada pela Diretoria da AMB e parecer do Conselho Fiscal).

RESULTADO DA VOTAÇÃO 3 (ANEXO 3):

OPÇÕES DE VOTO	NÚMERO DE VOTOS	PERCENTUAL DE VOTOS
APROVO	39	70.91%
NÃO APROVO	12	21.82%
ABSTENÇÃO	4	7.27%
TOTAL DE VOTOS:	55 VOTOS	

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Declarou que a proposta orçamentária para 2023 havia sido aprovada e passou para o quarto item da pauta: fixação da contribuição dos associados para o exercício de 2023.

AKIRA ISHIDA (PRIMEIRO TESOUREIRO DA AMB): Informou que havia uma proposta do conselho fiscal e uma proposta da AMB.

NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO (PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA AMB E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ): O conselho fiscal, apreciando os reajustes da economia do Brasil emitiu parecer recomendando o reajuste das contribuições dos associados da AMB no índice IPCA acumulado no ano 2022, totalizando 6.61%, passando dos atuais R\$ 26,79 mensal para R\$ 28,56 mensal, totalizando anuidade de R\$ 342,72 (ANEXO 2 – Pág. 92-93).

AKIRA ISHIDA (PRIMEIRO TESOUREIRO DA AMB): A proposta da diretoria, mesmo considerando a situação financeira equilibrada da AMB e a difícil situação financeira dos médicos, foi de rever o valor da contribuição associativa. Em observância ao dever de responsabilidade fiscal pelas contas da AMB, bem como diante do alto índice inflacionário no exercício de 2022 e as previsões para o exercício 2023, a Diretoria entendeu a necessidade de reajuste. Por essas razões, propôs um aumento com o índice correspondente à metade da inflação, com um aumento de 5%. Passando a anuidade de R\$ 321,00 para R\$ 337,00 (ANEXO 2 – Pág. 90-91).



JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Explicou que havia três possibilidades de votação: 1. a proposta do conselho fiscal; 2. da diretoria da AMB; e, 3. rejeitar as duas propostas anteriores e não ter nenhum aumento.

CÉSAR EDUARDO FERNANDES (PRESIDENTE DA AMB): Propôs que antes de votar o valor do reajuste, que fosse votado se haveria ou não haveria aumento.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Questionou se todos estavam de acordo com o encaminhamento proposto pelo Dr. César.

FLORISVAL MEINÃO (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA): Concordou que em primeiro deveria ser decidido se haveria ou não reajuste e, em segundo lugar, qual seria o índice e que os dois índices eram muito próximos, representando alguns centavos de diferença e declarou apoio para que a proposta da diretoria fosse aprovada.

MARIA DO SOCORRO MENDONÇA DE CAMPOS (DELEGADA DA ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE MEDICINA): Sugeriu que fosse uma votação única, para agilizar a votação.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Propôs que a proposta da Diretoria, que recebeu uma menção, fosse para aprovação juntamente com a segunda opção de não haver reajuste.

FÁBIO AUGUSTO DE CASTRO GUERRA (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS GERAIS): Apoiou a proposta do presidente da AMB, Dr. César, de se votar primeiro se haveria ou não reajuste e ressaltou que como presidente de federada, gostaria de lembrar da necessidade que as Federadas têm de trabalhar a questão da sustentabilidade, por maior que fosse a dificuldade, um reajuste menor fosse mais razoável no momento.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Colocou em votação a moção para votar se haveria um reajuste da contribuição associativa da Associação Médica Brasileira, com as opções aprovar, abster e não aprovar. Abriu o regime de votação.

PERGUNTA 4: Proposta para realização de reajuste da Contribuição Associativa de 2023.

RESULTADO DA VOTAÇÃO 4 (ANEXO 3):

OPÇÕES DE VOTO	NÚMERO DE VOTOS	PERCENTUAL DE VOTOS
APROVO	26	48.15%
NÃO APROVO	26	48.15%
ABSTENÇÃO	2	3.70%
TOTAL DE VOTOS:	54 VOTOS	



JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): O resultado foi um empate. Pediu a Dra. Caroline, advogada da AMB, que explicasse o Estatuto nesta situação de empate.

CAROLINE PANTOJA (ADVOGADA DA AMB): Explicou que o voto de Minerva na Assembleia de Delegados era do Presidente da Assembleia, neste caso, Dr. José Luiz Gomes do Amaral.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Optou para que a mesma votação fosse realizada novamente nos mesmos termos anteriores e declarou aberta a votação.

PERGUNTA 5: Segunda votação: Proposta para realização de reajuste da Contribuição Associativa de 2023.

RESULTADO DA VOTAÇÃO 5 (ANEXO 3):

OPÇÕES DE VOTO	NÚMERO DE VOTOS	PERCENTUAL DE VOTOS
APROVO	26	49.06%
NÃO APROVO	27	50.94%
ABSTENÇÃO	0	0%
TOTAL DE VOTOS:	53 VOTOS	

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Informou que a votação foi para que não houvesse reajuste da contribuição associativa para 2023 e que quando a votação começou não houve contestações. E que dois colegas que estavam presencialmente na assembleia não conseguiram votar. Informou que a sua posição como presidente da assembleia era acatar a votação realizada e que se tivessem a maioria da assembleia entendendo que deveriam reconhecer a votação do jeito que ela foi feita, ele sentia muito pela impossibilidade dos dois colegas de votar. Destacou que a votação era para saber se existia uma questão de ordem a ser considerada, a questão de ordem era: duas pessoas não conseguiram votar e eram duas pessoas que estavam presencialmente na assembleia, então essa era a questão de ordem, retomar a votação ou não. Não se estava votando se haveria reajuste ou não, e que era só isso, já que se tratava de uma questão de ordem.

CAROLINE PANTOJA (ADVOGADA DA AMB): Destacou que a votação deveria ser feita dentro da plataforma como previsto no Edital de convocação.

ODILON GARIGLIO ALVARENGA DE FREITAS (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS GERAIS): Enfatizou que após o término da votação alguns colegas já haviam deixado a sala online e em questão de ordem levantou um problema, de que nos temas ordinários não foi colocado a análise e decisão sobre o relatório anual de atividades.

404 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE**
405 **MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA):** Pediu que o Dr. Odilon se
406 mantivesse na pauta da questão de ordem aberta.

407 **ROBERTO LOTFI JÚNIOR (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA):**
408 Declarou que sua opinião era que não houvesse outra votação e se mantivesse a votação
409 realizada, porque isso geraria recurso, anulação e que achava absolutamente desnecessária.

410 **CÉSAR AMORIM PACHECO NEVES (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE**
411 **MEDICINA):** Declarou que deveria se manter a votação realizada.

412 **JOSÉ FERNANDO MACEDO (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ):**
413 Manifestou-se pela realização de nova votação, pois dois colegas estavam presentes e
414 chamaram pela ajuda do pessoal da TI e não conseguiram votar.

415 **MIRIAN BEATRIZ GEHLEN FERRARI (DELEGADA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO RIO**
416 **GRANDE DO SUL):** Declarou que a Assembleia era soberana e não havia se encerrado e
417 houve problema técnico local de internet e sugeriu que fosse realizada nova votação.

418 **JOÃO SOBREIRA DE MOURA NETO (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE**
419 **MEDICINA):** Declarou-se contra uma nova votação, pois os delegados presentes virtualmente
420 teriam o mesmo poder de voto dos que estavam presencialmente e não havia diferença, os
421 votos eram iguais e isso abriria uma possibilidade de manipulação da assembleia, o que era
422 muito grave.

423 **HÉLIO ARTHUR BACHA (DELEGADO DE SÃO PAULO):** Disse que sempre foi favorável a
424 se manter a AMB como instituição e que seu voto havia sido pelo aumento da anuidade, mas
425 era contrário a alterar a votação, pois esta tinha suas próprias regras já estabelecidas e que
426 seria uma irregularidade ética modificar a votação a posteriori

427 **FLORISVAL MEINÃO (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA):**
428 Declarou que considerava um risco jurídico suspender a votação e não havia necessidade de
429 correr tal risco.

430 **RÔMULO CAPELLO TEIXEIRA (DELEGADO DA SOCIEDADE MÉDICA DO ESTADO DO**
431 **RIO DE JANEIRO):** Manifestou-se por se respeitar o que foi decidido na votação realizada,
432 independente dos colegas perderem a votação por problema de conexão.

433 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE**
434 **MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA):** Informou que votariam a questão
435 de ordem: deve ser realizada nova votação do item anterior e as opções de resposta seriam:
436 sim ou não. Abriu regime de votação.



PERGUNTA 6: Questão de ordem: Será realizada uma nova votação sobre o item anterior?

RESULTADO DA VOTAÇÃO 6 (ANEXO 3):

OPÇÕES DE VOTO	NÚMERO DE VOTOS	PERCENTUAL DE VOTOS
NÃO	44	83.02%
SIM	9	16.98%
TOTAL DE VOTOS:	53 VOTOS	

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Agradeceu a todos pela compreensão e continuou para o item da pauta: informações jurídicas.

CAROLINE PANTOJA (ADVOGADA DA AMB): Informou quealaria sobre as ações da AMB. Explicou que a primeira delas era a ação do CREMESP que ajuizou uma ação contra a AMB em face da portaria 01/2022, em que versava sobre a certificação de habilitação, a exemplo também a certificação robótica, e por se tratar de um portaria, esclareceu para o CREMESP a peça de contestação, em que a portaria jamais teria o intuito de combater ou infringir leis federais, decretos e as próprias resoluções do CFM, até porque a natureza jurídica de uma portaria é estritamente regulamentar procedimentos internos de uma instituição, que foi o caso da portaria da AMB, que apenas previa questões do tipo "precisamos do nome, do CPF, deve ser enviado até a data tal, com antecedência", só questões procedimentais e tudo foi esclarecido dentro do processo, que era uma ação civil pública, em agosto de 2022 o CREMESP apresentou um pedido de desistência da ação e, finalmente, em 11 de agosto veio uma sentença que extinguiu o processo e transitou em julgado no dia 02/09/2022, portanto, encerrado a questão. A segunda ação era a ação de responsabilidade ajuizada pela AMB contra a antiga gestão, em razão da reprovação das contas do exercício de 2020 e uma das questões de relevância foi o relatório de auditoria. Os relatórios apresentados pela gestão anterior, em que se verificou falta de controle com relação a algumas questões, inclusive dos repasses das federadas, regulamentada pela atual gestão. Informou que houveram contestações das partes requeridas e, atualmente estavam na fase do processo de instrução, em que foram requeridas provas orais, que eram depoimentos pessoal e testemunhal e também perícia contábil para quantificar o valor total do prejuízo amargado pela AMB. A terceira ação era uma ação de nulidade ajuizada pela gestão anterior para a anulação das quatro assembleias realizadas no ano de 2021, pedindo uma liminar para que fossem suspensos os efeitos das decisões adotadas na assembleia geral ordinária, de delegados e assembleia extraordinária de delegados e geral. O juiz entendeu que não havia qualquer irregularidade, e, portanto, a tutela foi indeferida. Inconformados, foi interposto um recurso denominado embargo declaratório, também rejeitado. Novamente, os requeridos ingressaram com recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, tendo o órgão colegiado pelos desembargadores também negado provimento, mantendo-se assim a eficácia das decisões

das assembleias, provisoriamente. Dado esse cenário, em agosto de 2021, dois integrantes da gestão anterior, Antônio Carlos Palandre Chagas e Carmita Helena Najar Abduh pediram desistência desta ação e foi homologado pelo juiz, declarando extinta essa ação com relação a essas duas pessoas que estavam na polaridade ativa da ação de nulidade. Foi apresentado à defesa, alegando a regularidade de todos os procedimentos, seja de inscrição, de participação, de votação e toda a documentação apresentada pela auditoria e pertinente às votações, inscrições e até mesmo do software utilizado. Informou que atualmente o processo estava em fase instrutória e requerida provas, depoimentos e prova contábil, e, por último, manifestaram-se pelo indeferimento da prova contábil, haja vista que já estava sendo produzida na ação indenizatória de responsabilidade civil. O quarto e último item, era uma ação de direito de resposta ajuizada pela Universidade Federal do Mato Grosso contra a AMB, decorrente de publicações realizadas no site da AMB nos dias 22 e 23 de outubro de 2019 pela antiga diretoria, com dois artigos intitulados "Máfia de diplomas médicos fatura milhões" e "Corrupção na revalidação de diplomas". Tais matérias foram republicadas por mais dois jornais, "Muvuca Popular" e o "Jornal do Estado de Minas". Foi averiguado nesse processo que as declarações realizadas nas duas reportagens, divulgadas no site da AMB em 2019, eram inverídicas, e que, portanto, faltou às pessoas que fizeram essas declarações averiguarem a veracidade do que foi alegado. A Universidade Federal do Mato Grosso conseguiu um provimento para que fosse publicado no site da AMB um direito de resposta, que trazia todos os esclarecimentos que foram pautados dentro do objeto da ação. E assim, em 06 de outubro de 2022, foi publicado o teor no site da AMB.

FLORISVAL MEINÃO (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA): Perguntou com relação ao direito de resposta para a Universidade do Mato Grosso, a matéria foi divulgada em nome da diretoria da AMB ou se alguma pessoa assinou a matéria.

CAROLINE PANTOJA (ADVOGADA): Esclareceu eu as reportagens publicadas no site da AMB em 2019 foram declarações tidas por representantes da AMB da gestão da época, representadas por José Bonamigo e Diogo Sampaio.

ODILON GARIGLIO ALVARENGA DE FREITAS (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS GERAIS): Pediu informações do processo sobre o desvio da funcionária e como questão de ordem, ressaltou que o estatuto compete privativamente à Assembleia de Delegados analisar e decidir sobre o relatório anual de atividades da diretoria, ouvido o parecer do conselho fiscal e que isso não havia sido feito, conforme constava no artigo 34.4 e depois na parte da função da diretoria, que era elaborar e enviar anualmente à Assembleia de Delegados e ao Conselho Fiscal o relatório de suas atividades.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Informou que o Jurídico entendeu que as questões mencionadas pelo Dr. Odilon foram incluídas na discussão da assembleia e, portanto, não havia uma discordância.

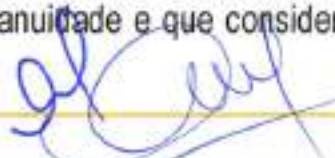
LINCOLN LOPES FERREIRA (DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS

GERAIS): Informou que para efeitos de registro, inconformados com o que ocorreu nas assembleias do ano passado, a diretoria da gestão anterior ingressou em juízo sob medida liminar e a medida liminar não foi concedida, sob a alegação da complexidade do caso e necessidade de produção de provas, não que não tenha sido detectado alguma irregularidade, o processo está em fase de produção de provas e que houve o ingresso por parte dessa diretoria sem o respaldo estatutário, porque nenhum diretor da AMB tem respaldo para prover uma ação que possa causar dano financeiro, e essa ação movida contra os ex-diretores, ela pode causar um dano financeiro que pode atingir 1.2 milhões de reais para os cofres da AMB, isso foi feito sem a aprovação formal desta assembleia. Portanto, queria deixar registrado que isso era responsabilidade individual de quem impetrou a ação e que gostaria de deixar registrado.

CAROLINE PANTOJA (ADVOGADA): Informou que quem cuidava da ação trabalhista era um outro escritório de advocacia, especializado nessa área, mas que, conforme informado nas últimas assembleias teve a condenação da Maria Aparecida, uma antiga funcionária da AMB que efetuou o desvio milionário de verbas, até em razão do seu cargo. Teve uma sentença condenatória que condenou que fosse restituído valores à AMB e que no momento a sentença estava em processo de execução, localizando bens da ré. Terminou informando que já havia sido levantado certo valor, mas ainda não era suficiente e nem perto do que a ré estava devendo de fato pela sentença condenatória.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA): Na condição de presidente da Assembleia, agradeceu à diretoria pelo magnífico trabalho já realizado e pelas propostas que apresentaram para o próximo exercício e também às contribuições feitas por todos os participantes, sem nenhuma exceção.

CÉSAR EDUARDO FERNANDES (PRESIDENTE DA AMB): Agradeceu a condução sóbria, equilibrada, equidistante do professor José Luiz e pediu licença para falar sobre declarações feitas pelo jurídico. Referente ao desvio financeiro, informou que era uma ação bastante complexa e que a AMB havia contratado um novo escritório criminalista e que o processo evoluía muito lentamente, sendo que a Justiça Trabalhista seria mais célere e havia condenado a ex-funcionária a um pagamento de uma quantia muito vultosa, acima de 42 milhões de reais, mas o patrimônio declarado pela mesma não alcançava nem um décimo deste valor e a AMB continuaria a tentar reverter o prejuízo que sofreu. Com relação à anulação das assembleias, informou que não estavam fazendo qualquer juízo de valores, e sim, cumprindo com a obrigação da Diretoria, sendo que uma vez não aprovada as contas da gestão anterior, o jurídico orientou para que fosse feito o devido encaminhamento judicial das contas que não foram aprovadas. Ressaltou que esse tipo de ação desgastava a Associação Médica, levantava máculas, mas, independentemente de posições, tinham obrigação de cumprir os designios da função. Por fim, manifestou que deveriam se submeter a tudo que a assembleia decidisse, tal como não poder fazer o reajuste da anuidade e que considerava



549 esta decisão não havia uma boa decisão, mas que já estava tomada e seria acatada e o
550 assunto voltaria à pauta na Assembleia Geral que seria realizada no período da tarde.
551 Agradeceu a todos e declarou que estava aberto ao contraditório saudável e não ao que visava
552 apenas tomadas de posições por caráter político, da política associativa, mas que tinha a plena
553 convicção de que o exercício educa a todos e, certamente, ao longo do tempo cada vez seriam
554 tomadas decisões em prol das duas bandeiras da atual gestão e da AMB: melhor exercício da
555 profissão e melhor assistência à população brasileira. Agradeceu a todos pela participação.

556 **DR. JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE**
557 **MEDICINA E PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA):** Agradeceu a participação de todos
558 e encerrou a reunião.

São Paulo, 13 de outubro de 2022.



JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL
Presidente - Associação Paulista de Medicina
Presidente Eleito da Assembleia de Delegados da AMB



ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Geral - Associação Médica Brasileira



CÉSAR EDUARDO FERNANDES
Presidente - Associação Médica Brasileira



ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS DA AMB

13/10/2022

ANEXO 1

RELATÓRIO DE PARTICIPANTES

A



PARTICIPANTES - ASSEMBLEIA DE DELEGADOS AMB - 13/10/2022

#	Nome	CPF
1	ADEMAR ANZAI	427705567-20
2	ADEMAR JOSE DE OLIVEIRA PAES JR	020071619-07
3	ALBERTO HENRIQUE BARBOSA	119318501-78
5	ALFREDO SOARES CABRAL JUNIOR	111885378-49
6	ALOISIO NALON DE QUEIROZ	214995947-04
7	AMÉRICO OLÍMPIO PASSOS CORRÊA	688076278-68
8	ANA ISABEL COELHO MONTERO	342350191-04
10	ANGELO VATTIMO	034677398-90
11	ANTONIO CARLOS ENDRIGO	085810908-50
12	ANTONIO CÉLIO CAMARGO MORENO	920063028-68
13	APARÍCIO CARVALHO DE MORAES	209216597-68
14	BENJAMIN BAPTISTA DE ALMEIDA	355438507-78
15	CESAR AMORIM PACHECO NEVES	386241255-53
16	CLAUDIO ALBERTO GALVÃO BUENO DA SILVA	839173658-04
17	CLAUDIO RENATO PINA MOREIRA	111893554-34
18	CLAUDIO TOMUO HAYASHI	593036628-49
19	CLÓVIS ACURCIO MACHADO	018690678-19
20	DELCIDES ZUCON	691369127-00
21	DÓRIS OLIVEIRA LUZ DAHER	185591581-20
22	DR. MARIO DA COSTA CARDOSO FILHO	782155878-87
23	EDDY NISHIMURA	038499978-63
24	EDEMILSON CAVALHEIRO	545660618-68
25	EMÍLIO CÉZAR ZILLI	262533137-20
26	EVERALDO PORTO CUNHA	062564654-15
27	FABIO AUGUSTO DE CASTRO	640210336-53
28	FERNANDO ANTONIO GOMES DE ANDRADE	227785944-34
29	FLÁVIO AUGUSTO PASTÔRE	075525538-04
30	FLORISVAL MEINAO	750082468-87
31	FRANCISCO MACHADO DA SILVA	001507623-72
32	HEITOR CARVALHO GUIMARÃES	158777625-53
33	HELIO ARTHUR BACHA	104831361-15
34	ISAIAS FIUZA CABRAL	057646726-00
35	IVONE MINHOTO MEINÃO	001075958-18
36	JAIRO SPONHOLZ ARAUJO	307382889-34
37	JENE GREYCE OLIVEIRA DA CRUZ	425552482-34
38	JOÃO SOBREIRA DE MOURA NETO	610733777-68
39	JOGE CARLOS MACHADO CURI	005695578-28
40	JOSÉ ALBUQUERQUE DE FIGUEIREDO NETO	374073504-00
41	JOSÉ FERNANDO MACEDO	201179309-20

42	JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL	897948268-04
43	JUAREZ MONTEIRO MOLINARI	021553890-00
44	JURANDIR MARCONDES FILHO	359171059-87
45	JUSTINIANO BARBOSA VAVAS	200333891-87
46	KRIKOR BOYACIYAN	504645588-91
47	LEONTINA DA CONCEIÇÃO MARGARIDO	920408108-20
48	LINCOLN LOPES FERREIRA	441217096-91
49	LOURDES TEIXEIRA HENRIQUES	025500298-01
50	MARIA DO SOCORRO MENDONÇA DE CAMPOS	136306525-49
51	MARLY APARECIDA LOPEZ ALONSO MAZZUCATO	089387738-76
52	MARTHA OTTONI PORTO D'AMORIM	032556096-07
53	MAURÍCIO LEÃO DE REZENDE	256729086-91
54	MAURO CESAR VIANA DE OLIVEIRA	331159583-15
55	MIRIAN BEATRIZ GEHLEN FERRARI	360500830-53
56	MOACYR BASSO JUNIOR	421992041-20
57	NABIL GHORAYEB	610071108-72
58	NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO	307596419-00
59	NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMAO	025814342-87
60	ODILON GARIGLIO ALVARENGA DE FREITAS	925943446-72
61	OGNEV MEIRELES COSAC	057532441-49
62	OSMAR ANTONIO GAIOTTO JUNIOR	793435978-00
63	PAULO CEZAR MARIANI	092089468-27
64	PAULO EMÍLIO SKUSA MORASSUTTI	263202900-72
65	RAFAEL MARTINS DA CUNHA	382458334-87
66	ROBERTO LOTFI JUNIOR	305483229-53
67	ROBSON FREITAS DE MOURA	229695945-87
68	ROGERIO FETT SCHNEIDER	432605940-00
69	RÔMULO CAPELLO TEIXEIRA	729599087-91
70	SARA BITTANTE DA SILVA ALBINO	971968868-87
71	SÉRGIO ALVIM LEITE	587867676-15
72	SERGIO LUIZ REIS FURLANA	136620316-04
73	ULYSSES RODRIGUES DE CASTRO	359521561-34
74	VERA HELENA CERÁVOLO DE OLIVEIRA	122019286-49
75	WALLACE ANDRÉ PEDRO DA SILVA	692276161-87
76	ZELINA MARIA DA ROCHA CALDEIRA	277697807-30



ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS DA AMB

13/10/2022

ANEXO 2

MATERIAL DE SUPORTE
APRESENTAÇÕES E PARECERES



ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

**13
OUTUBRO
2022**

9h

FORMATO HÍBRIDO

**APM
SÃO PAULO, SP**

NOVA



AMB

Associação Médica Brasileira

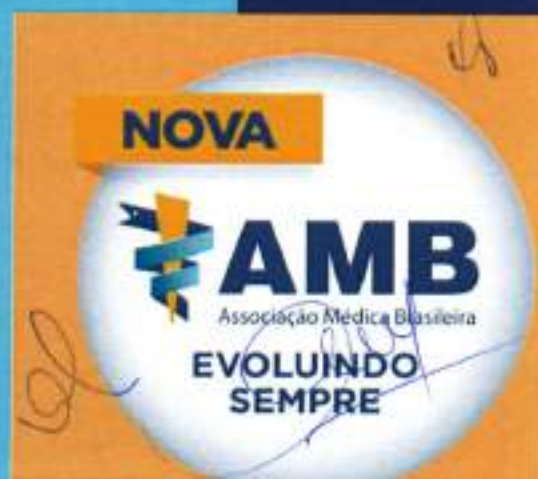
**EVOLUINDO
SEMPRE**

Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS 2022

CONVOCAÇÃO

- **Editais**
- **Errata**
- **Pauta**



OF/SEC/AMB/115/2021

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

A Diretoria Executiva da Associação Médica Brasileira, no uso de suas atribuições e prerrogativas estatutárias, em conformidade com os artigos 33 e 34 do Estatuto Social, convoca, por meio de suas Federadas, (i) os Delegados da AMB que ocupam os cargos de Presidentes das Federadas da AMB e (ii) os Delegados da AMB eleitos em 2020 no território de cada uma das Federadas, para Assembleia Ordinária de Delegados da AMB a realizar-se no **dia 13 de outubro de 2022 (quinta-feira), às 09h, na Sede da Associação Paulista de Medicina, localizada na Av. Brigadeiro Luís Antônio nº. 278, 9º andar, Auditório Adib Jatene, CEP 01318-901, bairro Bela Vista, São Paulo/SP.**

A Federada dos participantes desta Assembleia de Delegados deverá estar em dia com suas obrigações estatutárias. Esta assembleia será realizada em formato presencial.

A **confirmação de presença** dos Delegados deverá ser feita **até às 18h do dia 07 de outubro de 2022**, exclusivamente, **pelo link abaixo**, informando nome completo, CPF, e-mail, celular e federada que cada delegado representa.

[CLIQUE AQUI para confirmar presença](#)

O material que subsidiará a Assembleia estará disponível no site da AMB (www.amb.org.br).

A pauta da Assembleia de Delegados será a seguinte:

A. TEMAS ORDINÁRIOS

- a. *Aprovação da Ata da Assembleia de Delegados anterior;*
- b. *Discussão e votação da proposta orçamentária para o exercício de 2023 apresentada pela Diretoria da AMB, bem como a fixação da contribuição dos associados para o exercício social de 2023 (Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal);*
- c. *Análise e decisão acerca da prestação de contas do exercício de 2021 da AMB (Demonstrações Financeiras auditadas e Parecer do Conselho Fiscal);*

B. TEMAS GERAIS

a. Situação das Ações Jurídicas envolvendo a AMB.

São Paulo, 09 de setembro de 2022.



ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário-Geral



CÉSAR EDUARDO FERNANDES
Presidente

Associação Médica Brasileira
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA DE DELEGADOS – ERRATA

A Diretoria Executiva da Associação Médica Brasileira – AMB, no uso de suas atribuições, vem pelo presente retificar o Edital de convocação para Assembleia de Delegados datado de 09/09/2022, para constar que a Assembleia de Delegados da AMB, designada para o dia 13 de outubro de 2022, às 09h00, na sede da Associação Paulista de Medicina (APM), localizada na Av. Brigadeiro Luís Antônio nº. 278, 9º andar, Auditório Adib Jatene, CEP 01318-901, bairro Bela Vista, São Paulo/SP, **será em formato híbrido (online / presencial)**. Os inscritos em ambas as modalidades (online / presencial) receberão, 01 (uma) hora antes do início da assembleia, o link para participação e votação no e-mail e número de celular fornecidos pelos participantes no momento da inscrição. A votação deverá, em ambas as modalidades de participação, ocorrer por meio eletrônico via aparelho celular ou computador conectado à internet. Retifica-se, ainda, a ordem dos temas ordinários para:

- a) Aprovação da Ata da Assembleia de Delegados anterior;
- b) Análise e decisão acerca da prestação de contas do exercício de 2021 da AMB (Demonstrações Financeiras auditadas e Parecer do Conselho Fiscal);
- c) Discussão e votação da proposta orçamentária para o exercício de 2023 apresentada pela Diretoria da AMB, bem como a fixação da contribuição dos associados para o exercício social de 2023 (Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal).

Nada mais, mantendo-se inalteradas as demais informações constantes no referido edital.

São Paulo, 26 de setembro de 2022.



Dr. Antônio José Gonçalves, Secretário-Geral

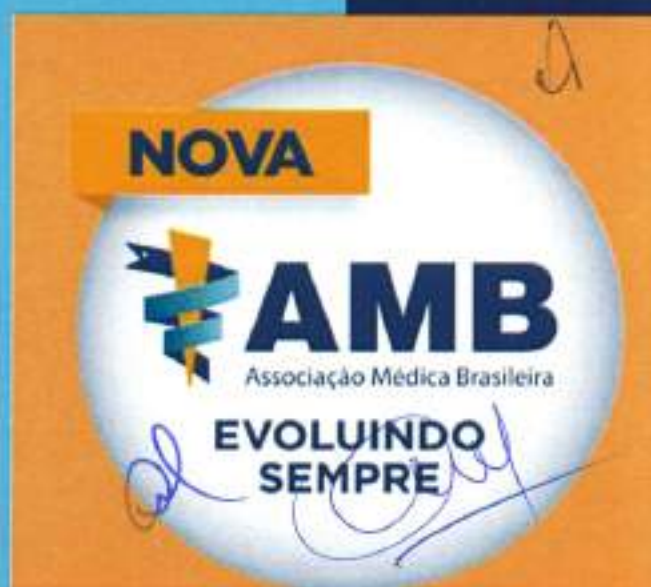


Dr. César Eduardo Fernandes, Presidente

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS 2022

ATA ASSEMBLEIA ANTERIOR

- **Assembleia Extraordinária
de Delegados
(17 dezembro 2021)**





**3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo**

Oficial: Bel. José Maria Siviero

Praça Padre Manoel da Nóbrega, 20 - Centro

Tel.: (0XX11) 3116-3070 - Email: 3rtd@3rtd.com.br - Site: www.3rtd.com.br

**REGISTRO PARA FINS DE
PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS**

Nº 779.470 de 12/09/2022

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo 43 (quarenta e três) páginas, foi apresentado em 23/08/2022, o qual foi protocolado sob nº 912.457, tendo sido registrado sob nº 779.470 e averbado no registro nº 774.570 no Livro de Registro A deste 3º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

ASSOCIACAO MEDICA BRASILEIRA AMB

CNPJ nº 61.413.605/0001-07

Natureza:

ATA

São Paulo, 12 de setembro de 2022


Laércio de Freitas
Escrevente Autorizado

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

Evolucimentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 291,30	R\$ 83,05	R\$ 57,04	R\$ 15,53	R\$ 19,86
Ministério Público	ISS	Condição	Outras Despesas	Total
R\$ 14,13	R\$ 6,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 487,01



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsf.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00200848102233473



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

1131834PJCD000046535FE21X



ATA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE DELEGADOS

ONLINE

17/12/2021

A

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ATA DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS**DATA: 17.12.2021**
LOCAL: ONLINE / ZOOM**DADOS REUNIÃO ZOOM:**

ID da Reunião Zoom 115204 Horário de Início 17/12/2021 08:52	Tópico ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE DELEGADOS DA AMB - 2021 Horário de Término 17/12/2021 12:59
---	---

DELEGADOS INSCRITOS (ANEXO 1):

#	NOME	CPF
1	ADEMAR ANZAI	42770556729
2	ADEMAR JOSE DE OLIVEIRA PAES JUNIOR	2007161907
3	ALFREDO SOARES CABRAL JUNIOR	11188537849
4	ANA BEATRIZ SOARES	1846252890
5	ANA ISABEL COELHO MONTERO	34235019104
6	ANTONIO CARLOS ENDRIGO	8581090850
7	ANTONIO CÉLIO CAMARGO MORENO	92006302868
8	BENJAMIN BAPTISTA DE ALMEIDA	35543850778
9	BENTO JOSÉ BEZERRA NETO	81913974804
10	CÉSAR AMORIM PACHECO NEVES	38624125553
11	CLAUDIO ALBERTO GALVAO BUENO DA SILVA	83917365804
12	CLAUDIO GRAIEB SARNO	12452360830
13	CLOVIS ACURCIO MACHADO	1869067819
14	DEJEAN SAMPAIO AMORIM FILHO	39050572553
15	DELCIDES ZUCON	69136912700
16	DENNIS ALEXANDER RABELO BURNS	31794637753
17	DORIS OLIVEIRA LUZ DAHER	18559158120
18	EDDY NISHIMURA	3849997863
19	EDEMILSON CAVALHEIRO	54566061868
20	EDUARDO KOMKA FILHO	26251248058
21	EMILIO CESAR ZILLI	26253313720
22	FÁBIO AUGUSTO DE CASTRO GUERRA	64021033653

23 FERNANDO ANTONIO GOMES DE ANDRADE	22778594434
24 FLORISVAL MEINAO	75008246887
25 FRANCISCO MACHADO DA SILVA	150762372
26 GERSON JUNQUEIRA JUNIOR	45185450010
27 GILSON EDMAR GONÇALVES E SILVA	90000463
28 GUIDO ARTURO PALOMBA	23051639834
29 HEITOR CARVALHO GUIMARÃES	15877752553
30 ISAIAS FIUZA CABRAL	5764672600
31 IVONE MINHOTO MEINÃO	107595818
32 JAIR SPONHOLZ ARAUJO	30738288934
33 JALDO AGUIAR BARBOSA	4234839191
34 JENE GREYCE OLIVEIRA DA CRUZ	42555248234
35 JOAO SOBREIRA DE MOURA NETO	61073377768
36 JORGE CARLOS MACHADO CURI	569557828
37 JOSÉ AURILLO ROCHA	35952113320
38 JOSÉ FERNANDO MACEDO	20117930920
39 JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL	89794826804
40 JOSE MAURO SECCO	39955060034
41 JOSE ROBERTO DE SOUZA BARATELLA	2971321800
42 JUAREZ MONTEIRO MOLINARI	2155389000
43 JURANDIR MARCONDES RIBAS FILHO	35917105987
44 JUSTIANO BARBOSA VAVAS	20033389187
45 KRIKOR BOYACIYAN	50464558891
46 LEONARDO LESSA ARANTES	3088121740
47 LEONTINA DA CONCEICAO MARGARIDO	92040810820
48 LINCOLN LOPES FERREIRA	44121709691
49 LOURDES TEIXEIRA HENRIQUES	2550029801
50 LUCIANA AIKAWA	30143115880
51 LUIZ GUSTAVO ORLANDI DE SOUZA	25639597801
52 MARIO DA COSTA CARDOSO FILHO	78215587887
53 MARIO HYROYUKI EGAMI	41770803815
54 MARLY APARECIDA LOPEZ ALONSO MAZZUCATO	8938779876
55 MAURICIO LEAO REZENDE	25672908694

56	MIRIAN BEATRIZ GEHLEN FERRARI	36050083053
57	MOACIR SOPRANI	57959560749
58	NABIL GHORAYEB	61007110872
59	NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO	30759641900
60	NILO BRANDAO NETO	19982020200
61	NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMAO	2581434287
62	ODILON GARIGLIO ALVARENGA DE FREITAS	92594344672
63	OGNEV MEIRELES COSAC	5753244149
64	PAULO CEZAR MARIANI	9208946827
65	RAFAEL MARTINS DA CUNHA	38245833487
66	REMACLO FISCHER JUNIOR	50711202915
67	RENATO AZEVEDO JUNIOR	87276100804
68	ROBERTO LOTFI JR	30548322953
69	ROBSON FREITAS DE MOURA	229695945
70	RÔMULO CAPELLO TEIXEIRA	72959908791
71	RUDDY CEZAR FACCI	3614506991
72	SÉRGIO LUIZ REIS FURLANI	13662031604
73	SINARA MÔNICA DE OLIVEIRA LEITE	58869514668
74	SORAYA NEVES MARQUES BARBOSA DOS SANTOS	633083986
75	STELA MARIS SCOPEL PICCOLI	20410301000
76	ULYSSES RODRIGUES DE CASTRO	35952156134
77	VALDENRIQUE MACEDO DE SOUSA	47398256353
78	WALLACE ANDRE PEDRO DA SILVA	69227616187
79	WASHINGTON LUIZ FERREIRA RIOS	43905773104
80	WILSON OLEGÁRIO CAMPAGNONE	287006867
81	ZELINA MARIA DA ROCHA CALDEIRA	27769780730

1 Em 17 de dezembro de 2021, às 9h, os Delegados da Associação Médica Brasileira, por meio
2 da plataforma Zoom, se reuniram para formar a Assembleia Extraordinária de Delegados,
3 conforme relato de ata abaixo:

4
5 **CÉSAR EDUARDO FERNANDES:** CUMPRIMENTOU A TODOS E PASSOU A PALAVRA
6 PARA O SECRETÁRIO-GERAL DA AMB.

7 **ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES:** CUMPRIMENTOU A TODOS E EXPLICOU BREVEMENTE
8 O FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE DELEGADOS
9 ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA TERIA TRÊS ITENS DE DISCUSSÃO E QUE APÓS
10 APRESENTAÇÃO DE CADA ITEM POR UM DIRETOR DA AMB, SERIA ABERTA A
11 PALAVRA AOS PARTICIPANTES E DEPOIS SERIA INICIADA A VOTAÇÃO, COORDENADA
12 POR EMPRESA ELEJA ONLINE, CONTRATADA PELA AMB. EXPLICOU QUE NO
13 MOMENTO EM QUE FOR ABERTA A VOTAÇÃO, APÓS OS DEBATES DE CADA UM DOS
14 TRÊS TEMAS, SERÁ DISPONIBILIZADO UM LINK NO BATE-PAPO/CHAT DO ZOOM E
15 QUE BASTARIA CLICAR NO LINK PARA SER DIRECIONADO À TELA DE VOTAÇÃO E
16 PEDIU QUE A REPRESENTANTE DA EMPRESA CONTRATADA FIZESSE UMA
17 DEMONSTRAÇÃO A TODOS OS PARTICIPANTES.

18 **ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES:** INFORMOU QUE FORAM 83 DELEGADOS INSCRITOS E
19 NAQUELE MOMENTO HAVIA 53 DELEGADOS PRESENTES E QUE PODERIA SER
20 INICIADA ENTÃO A REUNIÃO, CONFORME ESTATUTO E PASSOU À ELEIÇÃO DO
21 PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA. HOVE INDICAÇÃO DO DR. JOSÉ LUIZ GOMES DO
22 AMARAL, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA PARA SER O
23 PRESIDENTE.

24 **ODILON GARIGLIO FREITAS:** INDICOU O DR. LINCOLN LOPES FERREIRA.

25 **LINCOLN LOPES FERREIRA:** REGISTROU QUE A ASSEMBLEIA NÃO TINHA AMPARO
26 LEGAL POIS ESTAVA ACONTECENDO NO 29 DIA APÓS O ENVIO DA CONVOCAÇÃO E
27 QUE SERIAM NULAS AS DECISÕES TOMADAS.

28 **ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES:** INFORMOU QUE HAVIA AMPARO LEGAL E QUE O
29 JURÍDICO HAVIA SIDO CONSULTADO E, PORTANTO, A ASSEMBLEIA SERIA
30 REALIZADA.

31 **EMÍLIO ZILLI:** INDICOU O DR. LINCOLN FERREIRA PARA A PRESIDÊNCIA DA
32 ASSEMBLEIA. 4

33 **MARLY APARECIDA LOPEZ ALONSO MAZZUCATO:** INDICOU DR. LINCOLN PARA
34 PRESIDIR A ASSEMBLEIA.

35 **KRIKOR BOYACIYAN:** REFERENDOU O NOME DO DR. LINCOLN.

36 **WASHINGTON RIOS:** ASSINALOU QUE A QUESTÃO DE ORDEM INDEPENDE DO
37 MOMENTO EM QUE ESTÁ A ASSEMBLEIA. d

38 **JURANDIR RIBAS:** RESSALTOU QUE HISTORICAMENTE O PRESIDENTE DA
39 ASSEMBLEIA DE DELEGADOS É O PRESIDENTE DA FEDERADA ONDE SE REALIZA A
40 ASSEMBLEIA E INDICAVA O PROFESSOR JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL.

41 **FLORISVAL MEINÃO:** SUGERIU QUE SE INICIASSE A VOTAÇÃO E QUE QUESTÕES
42 QUANTO À LEGALIDADE SERIAM RESPONDIDAS PELO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA
43 ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA, QUE HAVIA ANALISADO À FUNDO TODOS AS
44 QUESTÕES E AUTORIZOU A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA.

45 **DORIS OLIVEIRA LUZ DAHER:** INDICOU DR. LINCOLN.

46 **ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES:** INFORMOU QUE APENAS OS DELEGADOS
47 RECEBERIAM O LINK PARA VOTAÇÃO E QUE SEGUNDO INFORMAÇÃO DO JURÍDICO,
48 O ARTIGO 35 DO ESTATUTO LEGITIMAVA A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA, JÁ QUE NO
49 INCISO DOIS, INSTRUÍA QUE A ASSEMBLEIA DE DELEGADOS PODERIA SER
50 CONVOCADA POR INICIATIVA DA DIRETORIA.

51 **ANTONIO JOSE GONÇALVES:** ABRIU E FECHOU A VOTAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO
52 PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DA AMB.

53 **RESULTADO:** 36 VOTANTES, SENDO 24 VOTOS PARA JOSE LUIZ GOMES DO AMARAL
54 E 12 VOTOS PARA LINCOLN LOPES FERREIRA (ANEXO 3).

55 **ANTONIO JOSÉ GONÇALVES:** CONVIDOU DR JOSE LUIZ GOMES DO AMARAL PARA
56 SE DIRIGIR À AMB E EM DEZ MINUTOS A ASSEMBLEIA SERIA RETOMADA.

57 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** CUMPRIMENTOU A TODOS E INDICOU QUE O EDITAL
58 CONVOCAVA PARA UMA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE DELEGADOS, DA QUAL
59 PARTICIPARIAM OS DELEGADOS E PRESIDENTES DAS FEDERADAS EM DIA COM AS
60 SUAS OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS (ANEXO 2) E QUE HAVIA QUÓRUM SUFICIENTE.
61 DETALHOU QUE HAVERIAM 3 VOTAÇÕES E QUE PARA CADA UMA DELAS SERIA
62 ENVIADO UM LINK PELO CHAT DO ZOOM.

63 QUE OS DELEGADOS PARTICIPARIAM DA VOTAÇÃO INDICANDO CPF E SENHA
64 INDIVIDUAL E QUE PARA PEDIREM A PALAVRA DEVERIAM LEVANTAR A MAO VIRTUAL.
65 ELENCOU OS TEMAS QUE SERIAM DEBATIDOS E VOTADOS DURANTE A ASSEMBLEIA:
66 1) APROVAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2022, E O
67 RESPECTIVO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA AMB; 2) APROVAÇÃO DO
68 REAJUSTE DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PARA O EXERCÍCIO 2022 E O
69 RESPECTIVO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA AMB; 3) A APROVAÇÃO DA

70 EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DAS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADE E
71 RESPECTIVO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA AMB. RESSALTOU A
72 IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO PARA A AMB E QUE ESTES ASSUNTOS JÁ HAVIAM
73 SIDO APRESENTADOS EM ASSEMBLEIA ANTERIOR, QUANDO FOI QUESTIONADO A
74 FALTA DE UM PARECER DO CONSELHO FISCAL E, APÓS REVISÃO DO ESTATUTO, O
75 CONSELHO FISCAL DEU PARECER E A ASSEMBLEIA FOI REMARCADA PARA ESTA
76 DATA.

77 **LINCOLN LOPES FERREIRA:** RESSALTOU QUE O CITADO ARTIGO 35 TAMBÉM DIZIA
78 QUE AS ASSEMBLEIAS DEVERIAM OCORRER EM UM ESPAÇO ENTRE 30 E 90 DIAS
79 APÓS A CONVOCAÇÃO E QUE ESTAREM NO VIGÉSIMO NONO DIA, NÃO HAVIA
80 RESPALDO ESTATUTÁRIO E QUE O ARTIGO 20 DO MESMO ESTATUTO INDICAVA QUE
81 SÃO ÓRGÃOS DE PERMANÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA: A
82 ASSEMBLEIA GERAL, ASSEMBLEIA DE DELEGADOS, CONSELHO DELIBERATIVO,
83 DIRETORIA, CONSELHO FISCAL, CONSELHO CIENTÍFICO E COMISSÕES
84 CONSULTIVAS, SENDO QUE O ARTIGO 21 DISCORRIA QUE TAIS ÓRGÃOS DA AMB
85 TERIAM SEU FUNCIONAMENTO E REGULAÇÃO POR REGIMENTOS INTERNOS
86 APROVADOS PELA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS AMPLAMENTE DIVULGADOS ÀS
87 SUAS FILIADAS, E QUE AINDA O ARTIGO 95 DIZIA QUE O PRESENTE ESTATUTO
88 ENTRARIA EM VIGOR APÓS RECEBER SEU REGISTRO EM CARTÓRIO E PUBLICADO
89 NO DIÁRIO DA UNIÃO E O ARTIGO 96 DIZIA QUE OS REGIMENTOS, NORMAS E
90 REGULAMENTOS DEVERIAM SER EMENDADOS OU ALTERADOS PARA SE
91 ADAPTAREM AO PRESENTE ESTATUTO. QUESTIONOU ONDE ESTAVAM OS
92 ESTATUTOS/REGIMENTOS APROVADOS E QUANDO TERIAM SIDO SUBMETIDOS À
93 ASSEMBLEIA DE DELEGADOS E AMPLAMENTE DIVULGADOS PARA AS FILIADAS?

94 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** REGISTROU QUE NÃO HOUE MUDANÇA NOS
95 ESTATUTOS E REGIMENTOS E QUE ESTAVAM EM VIGOR DESDE GESTÕES
96 ANTERIORES.

97 **EMÍLIO ZILLI:** REGISTROU PROTESTO PARA NÃO TER CONSEGUIDO VOTAR.

98 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** RESSALTOU QUE AS DIFICULDADES PARA O
99 EXERCÍCIO DO VOTO FORAM IMEDIATAMENTE OBJETO DE ANÁLISE DO GRUPO
100 TÉCNICO PRESENTE E QUE FOI ASSEGURADO QUE O LINK FOI ENVIADO A TODOS
101 PELO CHAT DO ZOOM E NÃO HAVIA PROBLEMA TÉCNICO POR PARTE DA
102 PLATAFORMA E QUE DEVERIA SER CONSIDERADO A POSSIBILIDADE DE QUE
103 PROBLEMAS INDIVIDUAIS, OU DE MÁQUINAS DIFERENTES, TENHAM DIFICULTADO
104 ESSAS VOTAÇÕES.

105 **ODILON GARIGLIO FREITAS:** PEDIU QUE FOSSE APRESENTADO O REGIMENTO DE
106 CONDUÇÃO DA ASSEMBLEIA E QUE O MESMO FOSSE SEGUIDO.

107 **DELCIDES ZUCON:** SOLICITOU ESCLARECIMENTOS DE COMO SERIA FEITO A
108 VOTAÇÃO.

109 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** INFORMOU QUE O SISTEMA FOI DETALHADO ANTES
110 DO INÍCIO DA ASSEMBLEIA.

111 **ROBERTO LOFTI:** PEDIU QUE SE CESSASSEM OS PROTESTOS E QUE SE FOCASSE
112 NAS VOTAÇÕES.

113 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** INFORMOU QUE A PALAVRA SERIA CONCEDIDA
114 SOMENTE UMA VEZ A CADA PARTICIPANTE REFERENTE AO MESMO TEMA.

115 **LEONTINA MARGARIDO:** REGISTROU QUE NÃO CONSEGUI VOTAR E QUE NÃO HAVIA
116 RECEBIDO DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA ANTERIOR.

117 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** INFORMOU QUE A MAIORIA CONSEGUIU VOTAR E
118 QUE O LINK PARA VOTAÇÃO ERA
119 [HTTPS://ASSEMBLEIADELEGADOSAMB.ELEJAONLINE.COM](https://assembleiadelegadosamb.elejaonline.com) E QUE APARECIA NA
120 TELA. APÓS ABRIR O LINK CADA DELEGADO DEVERIA COLOCAR SEU CPF E SUA
121 SENHA RECEBIDA NO MOMENTO DE ACESSO À REUNIÃO.

122 **FRANCISCO MACHADO:** MANIFESTOU PROTESTO QUANTO A MANEIRA COMO
123 ESTAVA SENDO CONDUZIDA A REUNIÃO PELO PRESIDENTE ELEITO DA ASSEMBLEIA.

124 **WASHINGTON RIOS:** PEDIU PRONUNCIAMENTO DO JURÍDICO QUANTO AOS TEMAS
125 QUESTIONADOS ANTERIORMENTE.

126 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** INFORMOU QUE A DECISÃO DE CONSULTAR O
127 JURÍDICO HAVIA SIDO REALIZADA EXAUSTIVAMENTE PELA DIRETORIA DA AMB
128 ANTES DA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA E NÃO HAVIA RAZÃO INTERROMPER A
129 ASSEMBLEIA PARA VERIFICAR SE DEVERIA SER REALIZADA. SOLICITOU AO DR.
130 AKIRA ISHIDA, TESOUREIRO DA AMB, QUE REALIZASSE A APRESENTAÇÃO DO
131 PRIMEIRO ITEM DA PAUTA: A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2022
132 E O RESPECTIVO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA AMB.

133 **AKIRA ISHIDA:** CONFORME APRESENTAÇÃO NO ANEXO 2, EXPLICOU QUE A
134 CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA, REPRESENTAVA 60% DA RECEITA E EM 2021 FOI
135 REALIZADO 9 MILHÕES DE REAIS E QUE DESTES 1 MILHÃO E 300 MIL REAIS ERAM

136 REFERENTES A PAGAMENTOS DE ATRASADOS, SENDO A RECEITA REAL DE 7
137 MILHÕES E 600 MIL REAIS, O QUE REPRESENTAVA DIMINUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO,
138 SENDO O PREVISTO PARA 2022, O RECEBIMENTO DE 6 MILHÕES E 350 MIL REAIS.
139 RESSALTOU QUE EM RELAÇÃO AO TÍTULO DE ESPECIALISTA, QUE REPRESENTAVA
140 20% DAS RECEITAS, O REALIZADO FOI 6 MILHÕES E 634 MIL REAIS E ESTÁ PREVISTO
141 RECEBIMENTO DE 7 MILHÕES E 940 MIL REAIS COM ESTE ITEM, O QUE REPRESENTA
142 QUE O TÍTULO DE ESPECIALISTA PASSARA A SER A PRINCIPAL FONTE DE RECEITA
143 DA AMB. REALIZOU APRESENTAÇÃO DETALHADA DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
144 (ANEXO 2) E EXPLICOU OS CÁLCULOS EFETUADOS, RESUMINDO QUE A PREVISÃO
145 PARA O ANO DE 2022 ERA RECEITA DE 16 MILHÕES E 293 MIL REAIS E DESPESAS DE
146 13 MILHÕES E 172 MIL REAIS.

147 **NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO:** COMO PRESIDENTE DO CONSELHO
148 FISCAL, INFORMOU QUE EM REUNIÃO O CONSELHO HAVIA SE MANIFESTADO PELA
149 APROVAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2022, CONFORME LEITURA DO
150 PARECER (ANEXO 2).

151 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** ABRIU A PALAVRA E INFORMOU A DRA LEONTINA
152 MARGARIDO QUE ANTES DA PROXIMA VOTAÇÃO, SERIA NOVAMENTE EXPLICADO O
153 PROCESSO DE VOTAÇÃO.

154 **LINCOLN LOPES FERREIRA:** REGISTROU QUE A ASSEMBLEIA ERA IRREGULAR E QUE
155 A APRESENTAÇÃO FALAVA EM MILHARES DE REAIS E NÃO EM MILHÕES DE REAIS
156 COMO ESTAVA NO DOCUMENTO APRESENTADO AOS DELEGADOS.

157 **MIRIAN BEATRIZ:** PEDIU EXPLICAÇÕES QUANTO AOS NÚMEROS REFERENTES AO
158 ADMINISTRATIVO DA AMB.

159 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** INFORMOU QUE AS PERGUNTAS SERIAM
160 RESPONDIDAS APÓS TODOS SE MANIFESTAREM.

161 **NYMPHA SALOMÃO:** QUESTIONOU O QUE REDUZIU O NÚMERO DE ASSOCIADOS E A
162 RECEITA DE ASSOCIADOS E SE A CONTRIBUIÇÃO DAS SOCIEDADES DE
163 ESPECIALIDADE NÃO DEVERIA ESTAR PREVISTA VISTO QUE A SUA EXTINÇÃO AINDA
164 NÃO HAVIA SIDO VOTADA.

165 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** FORMOU QUE A CONTRIBUIÇÃO DAS SOCIEDADES
166 NÃO ESTAVA PREVISTA NO ORÇAMENTO POIS SERIA MAIS DIFÍCIL EXCLUIR UMA
167 RECEITA DO QUE ACRESCENTÁ-LA SE HOUVESSE A REPROVAÇÃO DA EXTINÇÃO E
168 QUE NA PRIMEIRA CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AOS DELEGADOS HOUVE UM

169 ENGANO CORRIGIDO DE MILHÕES PARA MILHARES DE REAIS E QUE O DIRETOR
170 FINANCEIRO IRIA RESPONDER ESSAS QUESTÕES AO FINAL.

171 **FLORISVAL MEINÃO:** PARABENIZOU A ATUAL DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA
172 BRASILEIRA PELA MODIFICAÇÃO DE CONDUTA COM RELAÇÃO AOS DELEGADOS E
173 QUE ANTERIORMENTE ERA COMUM ENVIAR O MATERIAL AOS DELEGADOS COM
174 APENAS ALGUMAS HORAS ANTES DO INÍCIO DA ASSEMBLEIA E LEMBROU QUE O
175 ESTAVA SENDO APRESENTADO ERA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA, OU SEJA, OLHAR
176 PARA O FUTURO, IMAGINAR O QUE PODE ACONTECER, CONSIDERAR AS
177 IMPREVISIBILIDADES E QUE FICOU CLARO NA APRESENTAÇÃO QUE HAVIA
178 PREVISÃO DE 16 MILHÕES DE ARRECADAÇÃO E 13 MILHÕES DE GASTOS. LEMBROU
179 QUE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO ANTERIOR HOUVE PREJUÍZO, UM
180 DÉFICIT DE 900 MIL REAIS EM UM ANO DE GESTÃO, COM GASTOS E QUESTÕES QUE
181 TERIAM QUE SER RESOLVIDAS, TAL COMO O JETON E SUGERIU À ASSEMBLEIA QUE
182 APROVASSE A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA, POIS HAVIA SIDO FEITA DE MANEIRA
183 ADEQUADA E RESPEITAVA OS ASSOCIADOS, OS DELEGADOS E QUE DAVA À
184 DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA CONDIÇÕES IDEIAS PARA QUE
185 PUDESSE TRABALHAR NO SENTIDO DE CUMPRIR O SEU ORÇAMENTO PREVISTO.

186 **ODILON GARIGLIO FREITAS:** RESSALTOU QUE A PREVISÃO DEVERIA ESTAR
187 EMBASADA NO RELATÓRIO FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR, MESMO QUE ESTE
188 TIVESSE SIDO REPROVADO E QUE NÃO SE PODERIA APRESENTAR SUPERAVIT EM
189 CONTAS DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS.

190 **JURANDIR RIBAS:** DESTACOU QUE TODOS OS PRESENTES ERA RESPONSÁVEIS POR
191 MELHORAR O NOSSO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUE SE VETASSE A FAVOR DA
192 PROPOSTA APRESENTADA.

193 **BENTO JOSÉ BEZERRA:** MANIFESTOU APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E RESSALTOU
194 QUE ESTAVA SE DISCUTINDO ORÇAMENTO COM BASE EM ANO QUE AINDA NÃO
195 HAVIA TERMINADO. LEMBROU QUE NO PASSADO AS FEDERADAS PARTICIPARAM
196 ATIVAMENTE NA CONCESSÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA, POIS O TÍTULO DAVA
197 ENTRADA NA FEDERADA E VOLTAVA PELA FEDERADA E COM A NOVA
198 NORMATIZAÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA, AS FEDERADAS FICARAM A VER
199 NAVIOS E PEDIU O APERFEIÇOAMENTO FINANCEIRO PARA QUE AS FEDERADAS
200 TENHAM UM ACOMPANHAMENTO VIRTUAL E ONLINE DAS CONTRIBUIÇÕES
201 ASSOCIATIVAS. DESTACOU AINDA QUE GOSTARIA DE SABER O QUE HAVIA EM
202 RELAÇÃO À PARCERIA COM A QUALICORP, POIS SE PREVIA UMA QUEDA ACENTUADA
203 DESSA CONTRIBUIÇÃO E SE NA PREVISÃO DE RECEITA DO PRÓXIMO ANO HAVERIA

204 ALGUMA POSSIBILIDADE DE RETORNO DOS RECURSOS QUE ESTÃO SUB JUDICE
205 POR CONTA DOS PROCESSOS QUE ESTAVAM OCORRENDO PELO DESVIO
206 FINANCEIRO QUE HOVE DENTRO DA AMB.

207 **NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO:** QUANTO À DESTINAÇÃO DO CAIXA DA
208 ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA, EXPLICOU QUE NA GESTÃO ANTERIOR,
209 CONFORME DEMONSTRADO NA ÚLTIMA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS, APRESENTOU
210 UM DÉFICIT FINANCEIRO BASTANTE ACENTUADO E QUE ERA LOUVÁVEL A ATITUDE
211 DA DIRETORIA EM FAZER O EQUILÍBRIO FINANCEIRO RESGATANDO OS VALORES E
212 DEMONSTRANDO UM SUPERÁVIT, QUE REESTABELECEIA O EQUILÍBRIO FINANCEIRO
213 DA INSTITUIÇÃO E QUE NÃO ERA PAPEL DO CONSELHO FISCAL, DENTRO DO
214 REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL E TAMBÉM DO ESTATUTO DA AMB,
215 FAZER DESTINAÇÃO DE RECURSOS SUPERAVITÁRIOS, PODENDO SUGERIR, MAS
216 NÃO ESTABELECE A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.

217 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** SOLICITOU QUE DR. AKIRA FIZESSE SUAS
218 CONSIDERAÇÕES QUANTO ÀS PERGUNTAS REALIZADAS DURANTE A DISCUSSÃO.

219 **AKIRA ISHIDA:** RESSALTOU QUE HAVIA INFORMADO A CRIAÇÃO DE UMA NOVA
220 COLUNA PARA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS EM UMA NOVA ASSEMBLEIA E QUE
221 NÃO ESTAVA FAZENDO PRESTAÇÃO DE CONTAS. INFORMOU QUE A AMB TEM 21
222 FUNCIONÁRIOS REGISTRADOS E QUE O SISTEMA ONLINE ESTAVA SENDO
223 IMPLANTADO PARA INTEGRAÇÃO COM AS FEDERADAS E QUANTO À REDUÇÃO DE
224 30%, 40% NO NÚMERO DE SÓCIOS, JUSTIFICAVA-SE PELA FALTA DE INFORMAÇÃO
225 QUE ALGUMAS FEDERADAS NÃO FORNECEM PARA A AMB.

226 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** PEDIU AO TÉCNICO DA EMPRESA CONTRATADA,
227 ELEJA ONLINE, QUE NOVAMENTE FIZESSE DEMONSTRAÇÃO DE COMO ERA O
228 PROCESSO PARA A VOTAÇÃO INDIVIDUAL DOS DELEGADOS.

229 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** ABRIU E ENCERROU A VOTAÇÃO DO ITEM 1 DA
230 PAUTA: APROVAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E
231 RESPECTIVO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA AMB.

232 **RESULTADO: APROVADA (58 VOTANTES: 40 VOTOS A FAVOR, 16 VOTOS CONTRA E**
233 **02 ABSTENÇÕES (ANEXO 4).**

234 **LINCOLN LOPES FERREIRA:** RESSALTOU QUE COMPETE PRIVATIVAMENTE À
235 ASSEMBLEIA DE DELEGADOS VOTAR A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA APRESENTADA
236 PELA DIRETORIA OUVIDO O PARECER DO CONSELHO FISCAL E QUE DE ACORDO

237 COM A PERGUNTA EFETUADA, NÃO ERA COMPETÊNCIA EM ASSEMBLEIA DE
238 DELEGADOS APROVAR O PARECER DO CONSELHO FISCAL.

239 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** PASSOU AO ITEM 2 DA PAUTA: APROVAÇÃO DO
240 REAJUSTE DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E
241 RESPECTIVO PARECER DO CONSELHO FISCAL (ANEXO 2).

242 **AKIRA ISHIDA:** SALIENTOU QUE NOS ÚLTIMOS 3 ANOS NÃO HOVE REAJUSTE E QUE
243 A INFLAÇÃO PREVISTA PARA O ANO SEGUINTE PODERIA CHEGAR AOS DOIS
244 DÍGITOS, DADAS AS IMENSAS DIFICULDADES FINANCEIRAS PELAS QUAIS O BRASIL
245 E O MUNDO ESTAVA ENFRENTANDO E INFORMOU QUE OS CÁLCULOS ESTAVAM
246 APRESENTADOS NA DOCUMENTAÇÃO ENVIADA AOS DELEGADOS (ANEXO 2).

247 **NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO:** INFORMOU QUE O CONSELHO FISCAL,
248 REUNIDO EM CINCO DE NOVEMBRO DE 2021, CONSIDEROU QUE: AS
249 CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS DO ANO DE 2020 NÃO SOFRERAM REAJUSTES,
250 APESAR DO IPCA ANUAL DE 4.52%; QUE O IPCA DO ANO DE 2021, ATÉ O MÊS DE
251 OUTUBRO, SOMAVA 6.90%; QUE O IGPM DO ANO DE 2021, ATÉ O MÊS DE OUTUBRO,
252 SOMA 16.75%; A NECESSIDADE DE BUSCAR O REEQUILÍBRIO FINANCEIRO DA AMB. O
253 CONSELHO FISCAL MANIFESTOU-SE A FAVOR DO REAJUSTE DAS CONTRIBUIÇÕES
254 DOS ASSOCIADOS DA AMB, NO ÍNDICE IPCA, ÍNDICE OFICIAL ACUMULADO NOS ANOS
255 2020 E 2021, TOTALIZANDO 11.42%, PASSANDO DOS ATUAIS 24 REAIS E 50 CENTAVOS
256 POR MÊS, PARA 27 REAIS E 29 CENTAVOS POR MÊS E ANUAL DE 327 REAIS E 49
257 CENTAVOS, REAJUSTE MAIOR DO QUE O RECOMENDADO PELA DIRETORIA.

258 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** ABRIU A PALAVRA AOS DELEGADOS PARA
259 DISCUSSÃO.

260 **LINCOLN LOPES FERREIRA:** COM RELAÇÃO AO PARECER DO CONSELHO FISCAL,
261 DESTACOU QUE NÃO ERA ADEQUADO, POIS DEVERIA CONSTAR QUE REJEITOU O
262 VALOR PROPOSTO PELA DIRETORIA DA AMB DE 9,43% E RECOMENDAR OUTRO
263 VALOR E QUE SE FOI BASEADO CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE BUSCAR UM
264 REEQUILÍBRIO FINANCEIRO DA AMB, NÃO PODERIA APROVAR A EXTINÇÃO DE
265 CONTRIBUIÇÃO DAS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADE E QUE SE MANIFESTAVA PELA
266 IMPOSSIBILIDADE DE APROVAR ESSE REAJUSTE.

267 **BENJAMIN ALMEIDA:** AS FEDERADAS SENTEM A EXTREMA DIFICULDADE NO
268 PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS ASSOCIADOS E ISSO REFLETIA NA
269 INADIMPLÊNCIA E QUE ESSE AUMENTO QUE SOMAVA 2 REAIS E 79 CENTAVOS
270 PODERIA ACARRETAR PERDA DE MAIS ASSOCIADOS.

271 **JURANDIR RIBAS:** DESTACOU QUE ERA ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIO PARA O
272 REEQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO DA AMB QUE SE APROVASSE O REAJUSTE.

273 **FLORISVAL MEINÃO:** DESTACOU QUE A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA HAVIA SIDO
274 APROVADA POR 40 VOTOS E QUE POR COERÊNCIA DEVERIA SER APROVADA
275 TAMBÉM O REAJUSTE DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA.

276 **ODILON GARIGLIO FREITAS:** MANIFESTOU O VOTO CONTRÁRIO À CONTRIBUIÇÃO,
277 POIS ESTA NÃO ATENDERIA A INDICAÇÃO DE REAJUSTE DO CONSELHO FISCAL.

278 **NYMPHA SALOMÃO:** MANIFESTOU QUE NÃO DEVERIA SER FEITO O REAJUSTE, POIS
279 O CONSELHO DE MEDICINA NÃO HAVIA REAJUSTADO SUA MENSALIDADE.

280 **BENTO JOSÉ BEZERRA:** DESTACOU QUE SE NÃO HOUVESSE UMA NOVA REALIDADE,
281 ALGO COMO UMA ANUIDADE ÚNICA ENTRE AMB E SOCIEDADE DE ESPECIALIDADE,
282 NÃO TERIA COMO MANTER A ADESÃO DE NOVOS SÓCIOS E QUE SERIA CONTRÁRIO
283 AO REAJUSTE.

284 **PAULO MARIANI:** DESTACOU A NECESSIDADE DO AUMENTO PARA SOCORRER E
285 AJUDAR A TODAS AS FEDERADAS.

286 **JORGE CARLOS:** DESTACOU A NECESSIDADE DE RECUPERAR E BUSCAR NOVOS
287 ASSOCIADOS, FAZER EVENTOS PRESENCIAIS E QUE ERA PRECISO PASSAR A IDEIA
288 DA TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE QUE ESTAVA SENDO PAUTADA A NOVA
289 GESTÃO.

290 **KRIKOR BOYACIYAN:** PARABENIZOU A DIRETORIA PELA CORAGEM EM ASSUMIR O
291 DESCONHECIMENTO DE ALGUNS DADOS E MANIFESTOU-SE CONTRA O REAJUSTE.

292 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** ABRIU E ENCERROU A VOTAÇÃO DO ITEM 2 DA
293 PAUTA: A APROVAÇÃO DO REAJUSTE DE CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PARA O
294 EXERCÍCIO DE 2022 E O RESPECTIVO PARECER DO CONSELHO FISCAL.

295 **RESULTADO:** APROVADA (60 VOTANTES: 30 VOTOS A FAVOR, 29 VOTOS CONTRA E
296 1 ABSTENÇÃO (ANEXO 5).

297 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** PASSOU PARA O ITEM 3 DA PAUTA: APROVAÇÃO DA
298 EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DA SOCIEDADE DE ESPECIALIDADES E
299 RESPECTIVO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA AMB (ANEXO 2).

300 **ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES:** APRESENTOU BREVE HISTÓRICO DO ASSUNTO,
301 INDICANDO QUE EM 18 DE JUNHO DE 2016, EM REUNIÃO DA DIRETORIA PLENA

302 CONJUNTA COM O CONSELHO DELIBERATIVO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA,
303 NAS LINHAS 466 A 470 DA ATA CONSTAVA A INDICAÇÃO DE QUE SERIA COBRADA
304 UMA MENSALIDADE POR ANO, POR SÓCIO, DE 21 REAIS E QUE ERA DE
305 RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE DE ESPECIALIDADE, SENDO QUE APÓS
306 APRESENTAÇÃO E DEBATE FOI REGISTRADO NAS LINHAS 504 E 505 DA MESMA ATA
307 QUE A VOTAÇÃO FOI REFEITA E QUE TODOS OS 3 ITENS DA PROPOSTA HAVIAM SIDO
308 APROVADOS. OBSERVOU QUE A APROVAÇÃO NÃO FOI POR UNANIMIDADE E QUE
309 EQUIVOCADAMENTE NA ATA NÃO FOI REGISTRADO, SENDO APENAS REGISTRADA A
310 EXCEÇÃO. CONTINUOU INFORMANDO QUE, POSTERIORMENTE, NA ASSEMBLEIA DE
311 DELEGADOS, EM 28 DE OUTUBRO DE 2016, A COBRANÇA FOI QUESTIONADA, SENDO
312 REGISTRADO NAS LINHAS 154 A 159 DA ATA QUE O DR. FLORENTINO RESPONDEU
313 SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE DE ESPECIALIDADE E QUE ESTÁ HAVIA
314 SIDO DEMOCRATICAMENTE APROVADA EM DIVERSAS INSTÂNCIAS DA AMB, COM
315 TOTAL TRANSPARÊNCIA, NO VALOR DE UMA MENSALIDADE DA AMB POR ANO, POR
316 SÓCIO PAGANTE DA SOCIEDADE, ACESSÍVEL A TODOS E QUE O OBJETIVO ERA DAR
317 SUSTENTABILIDADE AO SISTEMA ASSOCIATIVO, AGRADECEU A TODOS E
318 ENCERROU A REUNIÃO. PORTANTO, DR. ANTÔNIO OBSERVOU, QUE A
319 CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA HAVIA SIDO APROVADA APENAS EM UMA REUNIÃO DE
320 DIRETORIA PLENA DA AMB COMO A COBRANÇA DE UMA MENSALIDADE POR SÓCIO
321 DE CADA SOCIEDADE DE ESPECIALIDADE E QUE FOI POSTERIORMENTE APENAS
322 NOTIFICADA NA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS, CONTRARIANDO O ESTATUTO SOCIAL
323 DA AMB E POR ISSO ESTAVA SENDO APRESENTADA A EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO
324 ASSOCIATIVA PARA AS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADE COMO FOI ESTABELECIDO
325 E QUE ESSE TAMBÉM ERA O PARECER DO CONSELHO FISCAL (ANEXO 2).

326 **NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO:** INFORMOU QUE O PARECER DO
327 CONSELHO FISCAL, REUNIDO NO DIA CINCO DE NOVEMBRO DE 2021, CONSIDEROU:
328 QUE EM 18 DE JUNHO DE 2016 FOI APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO
329 DELIBERATIVO DA AMB A COBRANÇA DE UMA MENSALIDADE POR SÓCIO DE CADA
330 SOCIEDADE DE ESPECIALIDADE E POSTERIORMENTE APENAS NOTICIADA EM
331 ASSEMBLEIA DE DELEGADOS; QUE O CONSELHO DELIBERATIVO ATÉ PODERIA
332 ASSUMIR TODAS AS ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS, COM EXCEÇÃO
333 DE ALTERAR AS CONTRIBUIÇÕES DOS ASSOCIADOS, CONFORME ARTIGO 39, INCISO
334 UM, ALÍNEA A; QUE O CONSELHO DELIBERATIVO JAMAIS PODERIA INSTITUIR A
335 CONTRIBUIÇÃO, QUE É PRIVATIVA DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS; QUE O VÍNCULO
336 DA AMB COM AS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADE É ATRAVÉS DE CONTRATO DE
337 CONVÊNIO, DO QUAL CONSTAVA QUE TODOS OS SÓCIOS DAS RESPECTIVAS
338 SOCIEDADES DEVERIAM SER ASSOCIADOS EFETIVOS DA AMB VIA FEDERADA.

339 PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 72 DO ESTATUTO SOCIAL DA AMB; QUE O
340 ESTATUTO SOCIAL DA AMB NÃO PREVIA O PAGAMENTO DIFERENCIADO ENTRE OS
341 ASSOCIADOS EFETIVOS, ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À CONTRIBUIÇÃO
342 ASSOCIATIVA; QUE POUCAS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADE CUMPRIAM A
343 CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA; QUE O VALOR ARRECADADO PELA AMB COM ESSE
344 TIPO DE CONTRIBUIÇÃO NÃO ERA ELEVADO E NÃO COMPROMETIA O FLUXO DE
345 CAIXA; QUE O ORÇAMENTO PARA 2022 DEMONSTRAVA TRATAR-SE DE RECEITA QUE
346 PODERIA SER EXTINTA E ESTAVA ZERADA NO ORÇAMENTO DE 2022; E QUE A
347 COBRANÇA REALIZADA NOS ANOS ANTERIORES, PORTANTO DE
348 RESPONSABILIDADE DAS GESTÕES ANTERIORES, FORAM CONTABILIZADAS E
349 FAZEM PARTE DO PATRIMÔNIO DA AMB E QUE, PORTANTO, NÃO CABERIA A
350 RESTITUIÇÃO ÀS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADE. CONCLUIU QUE, APÓS
351 DISCUSSÃO, O CONSELHO FISCAL EMITIU SEU PARECER PELA EXTINÇÃO DA
352 CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA EM FACE DAS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADE.

353 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** ABRIU A DISCUSSÃO.

354 **JOSE ROBERTO DE SOUZA BARATELLA:** MANIFESTOU PELA RESTITUIÇÃO DOS
355 VALORES PAGOS ÀS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADE.

356 **BENTO JOSÉ BEZERRA:** RESSALTOU QUE AS FEDERADAS TERIAM INTERESSE PARA
357 QUE AS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADE FOSSEM ASSOCIADAS DA AMB, PORÉM É
358 NECESSÁRIO TER OUTRA PROPOSTA PARA SER APRESENTADA EM ASSEMBLEIA,
359 ALÉM APENAS DA EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO.

360 **JORGE CARLOS:** CONSIDEROU SER FUNDAMENTAL A UNIÃO ENTRE AS
361 SOCIEDADES DE ESPECIALIDADES E AS FEDERADAS E CUMPRIMENTOU A
362 DIRETORIA DA AMB POR TOMAR PROVIDÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO, ABOLINDO A
363 TAXA E QUE DEMOCRATICAMENTE E EM SINTONIA POSSAM VOLTAR A DISCUTIR À
364 UNIÃO COM AS ESPECIALIDADES.

365 **NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO:** EM RESPOSTA AO DR. BARATELLA,
366 INFORMOU QUE A EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO FOI ANALISADA EXAUSTIVAMENTE
367 PELO CONSELHO FISCAL, INCLUSIVE O IMPACTO NO ORÇAMENTO DA AMB E QUE A
368 RESTITUIÇÃO NÃO ESTAVA EM DISCUSSÃO OU VOTAÇÃO NO MOMENTO.

369 **ODILON GARIGLIO FREITAS:** DESTACOU QUE ERA UMA CONTRIBUIÇÃO DE
370 SOCIEDADE DE ESPECIALIDADE PARA A AMB E QUE O ESTATUTO DA AMB NO ARTIGO
371 3 DESTACAVA ESSA POSSIBILIDADE E PEDIU QUE FOSSE FEITA A DEVOLUÇÃO DE
372 TODO O VALOR ARRECADADO AOS QUE PAGARAM A CONTRIBUIÇÃO.

373 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** DESTACOU QUE NÃO HAVIA QUALQUER
374 REFERÊNCIA NOS CONTRATOS DE PARCERIAS COM AS SOCIEDADES DE
375 ESPECIALIDADE SOBRE A PROPOSTA E TUDO QUE FOI CONSIGNADO POR ESCRITO
376 SOBRE A CONTRIBUIÇÃO FOI APRESENTADO E REFERENTE À DEVOLUÇÃO DOS
377 VALORES HAVERIA UMA REFLEXÃO MAIOR.

378 **KRIKOR BOYACIYAN:** MANIFESTOU SER FAVORÁVEL À EXTINÇÃO E À DEVOLUÇÃO
379 DOS VALORES.

380 **JURANDIR RIBAS:** ROGOU PARA QUE FOSSE APROVADA A EXTINÇÃO DA
381 CONTRIBUIÇÃO.

382 **FLORISVAL MEINÃO:** PARA ACABAR COM AS IRREGULARIDADES, PROPÔS A
383 EXTINÇÃO.

384 **JAIRO ARAÚJO:** SUGERIU RESOLVER O PROBLEMA DA ILEGALIDADE, EXTINGUINDO
385 A CONTRIBUIÇÃO E DEIXANDO COMO PASSIVO O VALOR JÁ PAGO.

386 **LINCOLN LOPES FERREIRA:** RESSALTOU QUE O PARECER DO CONSELHO FISCAL
387 APRESENTOU INFORMAÇÕES PRÉVIAS QUE NÃO ESTAVAM DISPONÍVEIS
388 ANTERIORMENTE QUE ERAM TRECHOS E QUE NÃO TINHAM O DOCUMENTO
389 COMPLETO.

390 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** ABRIU E ENCERROU A VOTAÇÃO DO ITEM 3 DA
391 PAUTA: A EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DAS SOCIEDADES DE
392 ESPECIALIDADE COM O RESPECTIVO PARECER DO CONSELHO FISCAL.

393 **RESULTADO: APROVADA (57 VOTANTES; 39 VOTOS A FAVOR, 17 VOTOS CONTRA E**
394 **UMA ABSTENÇÃO (ANEXO 6).**

395 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** PASSOU A PALAVRA AO PRESIDENTE DA AMB PARA
396 BREVE MANIFESTAÇÃO.

397 **CÉSAR EDUARDO FERNANDES:** AGRADECEU À PARTICIPAÇÃO ENTUSIASMADA E
398 COMPROMETIDA DOS DELEGADOS, BUSCANDO OS CAMINHOS MAIS LEGÍTIMOS,
399 LEGAIS E ADEQUADOS PARA A AMB. RESSALTOU QUE AINDA QUE ACONTECERAM
400 MOMENTOS DE DISCUSSÕES MAIS ACIRRADAS, A REUNIÃO FOI REALIZADA DE UM
401 AMBIENTE DE RESPEITO. DESTACOU A HONRA EM COORDENAR O GRUPO NOTÁVEL
402 DE DIRETORES QUE COMPUNHAM A ATUAL DIRETORIA, DIRETORES ABNEGADOS E
403 COMPROMETIDOS E QUE TRABALHAVAM ARDUAMENTE PARA RECOLOCAR A AMB
404 NOS TRILHOS, PARA VOLTAR AO PROTAGONISMO QUE MERECEIA E ÀS SUAS



AMB
Associação Médica Brasileira



405 MISSÕES FUNDAMENTAIS. TERMINOU DESTACANDO QUE A ASSEMBLEIA ERA
406 SOBERANA PARA TOMADA DE DECISÕES E QUE AS PORTAS DA AMB ESTAVAM
407 ABERTAS PARA TODOS.

408 **JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL:** AGRADECEU À PRESENÇA DE TODOS E ENCERROU
409 A REUNIÃO.

410

411 São Paulo, 17 de dezembro de 2021.

JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL

Presidente - Associação Paulista de Medicina e Presidente Eleito da Assembleia de Delegados

CÉSAR EDUARDO FERNANDES

Presidente - Associação Médica Brasileira

ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES

Secretário Geral - Associação Médica Brasileira



ANEXO 1



DELEGADOS INSCRITOS

#	NOME	CPF
1	ADEMAR ANZAI	4277056729
2	ADEMAR JOSE DE OLIVEIRA PAES JUNIOR	2007181907
3	ALFREDO SOARES CABRAL JUNIOR	11188537849
4	ANA BEATRIZ SOARES	1846752890
5	ANA ISABEL CORREIA MONTEIRO	34235918104
6	ANTONIO CARLOS ENDRIGO	8581090850
7	ANTONIO CELSO CAMARGO MORENO	92008302888
8	BENJAMIN BAPTISTA DE ALMEIDA	35543850778
9	BENTO JOSÉ BEZERRA NETO	81913974804
10	CÉSAR AMORIM PACHECO NEVES	38624135553
11	CLAUDIO ALBERTO GALVAO BUENO DA SILVA	83817385804
12	CLAUDIO GRAEB SARNO	12452380830
13	CLOVIS ACURCIO MACHADO	1869067819
14	DEJEAN SAMPÃO AMORIM FILHO	30050572553
15	DELCEDES ZUCON	69136912700
16	DENNIS ALEXANDER RABELO BURNS	31794637753
17	DORIS OLIVEIRA LUZ DAHER	18659158120
18	EDDY NISHIMURA	3846997863
19	EDEMILSON CAVALHEIRO	5466061068
20	EDUARDO KONKA FILHO	28251248058
21	EMILIO CÉSAR ZILLI	28263313720
22	FABIO AUGUSTO DE CASTRO GUERRA	6402103653
23	FERNANDO ANTONIO GOMES DE ANDRADE	2278584434
24	FLORISVAL MEINAO	75068748887
25	FRANCISCO MACHADO DA SILVA	150762372
26	GERSON JUNQUEIRA JUNIOR	45185450610
27	GILSON EDMAR GONÇALVES E SILVA	90000483
28	GUIDO ARTURO PALOMBA	23051638834
29	HEITOR CARVALHO GUIMARÃES	15877752553
30	ISAIAS FIUZA CABRAL	5764672600
31	IVONE MINHOLO MEINAO	107080818
32	JARD SPONHOLZ ARAUJO	30738788834
33	JALDO AGUIAR BARBOSA	4234839191
34	JENI GREYCE OLIVEIRA DA CRUZ	42566248234
35	JOAO SOBREIRA DE MOURA NETO	61073377768
36	JORGE CARLOS MACHADO CURI	688667828
37	JOSÉ AURELIO ROCHA	35962113320
38	JOSE FERNANDO MACEDO	28117638620
39	JOSE LUIZ GOMES DO AMARAL	89764828804
40	JOSE MAURO SECCO	3995568034
41	JOSE ROBERTO DE SOUZA BARATELLA	2971321800
42	JUAZEL MONTEIRO MOLINARI	2158385000
43	JURANDIR MARCONDES RIBAS FILHO	35917105987
44	JUSTIANO BARBOSA VAVAS	20033389187
45	KRIKOR BOYACIYAN	50484558891
46	LEONARDO LESSA ARANTES	3088121740
47	LEONTINA DA CONCEICAO MARGARIDO	92040810820
48	LINCOLN LOPES FERREIRA	44121709891
49	LOURDES TEIXEIRA HENRIQUES	2550029801
50	LUCIANA AKAWA	30143115880
51	LUIZ GUSTAVO ORLANDI DE SOUZA	26438697801
52	MARIO DA COSTA CARDOSO FILHO	76215587887
53	MARIO HYROYUKI EGAMI	41770803816
54	MARLY APARECIDA LOPEZ ALONSO MAZZUCATO	8638773876
55	MAURICIO LEAO REZENDE	25672608691
56	MIRIAM BEATRIZ GEHLEN FERRARI	3868083063
57	MOACIR SOPRANI	57858560740
58	NABE GHORAYEB	81007110872
59	NERLAN TADEU GONÇALVES DE CARVALHO	30739641800
60	NILO BRANDAO NETO	19982020200
61	NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMAO	2581434287
62	ODILON GARGILIO ALVARENGA DE FREITAS	92994344872
63	ONEV MEIRELES COSAC	5753244149
64	PAULO CEZAR MARIANI	9208846827
65	RAFAEL MARTINS DA CUNHA	38245833487
66	REMACLO FISCHER JUNIOR	50711232915
67	RENATO AZEVEDO JUNIOR	87278103804
68	ROBERTO LOTFI JR	30548327963
69	ROBSON FREITAS DE MOURA	229995915
70	RÔMULO CAPELO TEIXEIRA	72998838791
71	RUDY CEZAR FACCI	3614505991
72	SÉRGIO LUIZ REIS FURLANI	1368031004
73	SINARA MÔNICA DE OLIVEIRA LEITE	68889614888
74	SORAYA NEVES MARQUES BARBOSA DOS SANTOS	633083988
75	STELA MARIS SCOPEL PICCOLI	20410301000
76	ULYSSES RODRIGUES DE CASTRO	38562160134
77	VALDENRQUE MACEDO DE SOUSA	47398256360
78	WALLACE ANDRÉ PEDRO DA SILVA	88277618187
79	WASHINGTON LUIZ FERREIRA RUOS	43865773104
80	WILSON OLEGÁRIO CAMPAGNONE	287068667
81	ZELINA MARIA DA ROCHA CALDEIRA	27788786730



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXO 2

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE DELEGADOS

17/12/2021



[Handwritten signature]

al

[Handwritten signature]



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA -
DELEGADOS**

17/12/2021



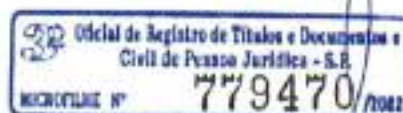
AMB

Associação Médica Brasileira

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

OF/PRES/AMB/213/2021



São Paulo, 18 de novembro de 2021.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS
EXTRAORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva da Associação Médica Brasileira, no uso de suas atribuições e prerrogativas estatutárias, em conformidade com o **artigo 35, inciso II**, do Estatuto Social, **convoca**, por meio de suas Federadas, (i) os Delegados da AMB que ocupam os cargos de Presidentes das Federadas da AMB e (ii) os Delegados da AMB eleitos em 2020 no território de cada uma das Federadas, **para Assembleia Extraordinária de Delegados da AMB a realizar-se no dia 17 de dezembro de 2021 (sexta-feira), às 9h.**

A Assembleia será realizada de forma online, através da plataforma telemática contratada pela AMB.

Os participantes desta Assembleia de Delegados deverão estar em dia com suas obrigações estatutárias.

A confirmação de presença dos Delegados deverá ser feita diretamente através do site da AMB (www.amb.org.br), **até às 18h (dezoito horas) do dia 13 de dezembro de 2021**, informando o nome completo, Federada que representa, CPF e e-mail do Delegado.

O link para acesso à assembleia telepresencial será enviado aos participantes às 8h do dia 17 de dezembro de 2021, ou seja, uma hora antes do início da assembleia.

O material que subsidiará a Assembleia estará disponível no site da AMB (www.amb.org.br).

A pauta da assembleia será a seguinte:

A. TEMAS ORDINÁRIOS

- a) Aprovação da Previsão Orçamentária para ao exercício de 2022 e respectivo parecer do Conselho Fiscal da AMB;
- b) Aprovação do Reajuste da Contribuição Associativa para o exercício de 2022 e respectivo parecer do Conselho Fiscal da AMB;
- c) Aprovação da extinção da Contribuição Associativa das Sociedades de Especialidades e respectivo parecer do Conselho Fiscal da AMB.

Cordialmente,



CÉSAR EDUARDO FERNANDES
Presidente



ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário-Geral



PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - ANO 2022

PARECER DO CONSELHO FISCAL



AMB
Associação Médica Brasileira

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA – ANO 2022

(VALORES EM MILHÕES)

RECEITAS	2022	2021
Contribuição Associativa	6.350	9.638
Título de Especialista	7.940	5.260
Sociedades de Especialidade	-	975
CNA - Comissão Nacional Acreditação	96	214
CBHPM	60	166
Prova áreas de atuação	300	345
Parceria Qualicorp	840	780
Outras receitas	707	199
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS	16.293	17.577

DESPESAS E PROJETOS	2022	2021
Gastos com pessoal	-2.491	-3.727
Federadas	-360	-364
Projetos	-6.093	-7.932
Gerais & Administrativas	-4.227	-4.636
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	-13.172	-16.659

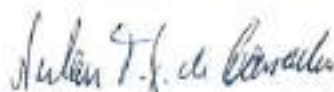
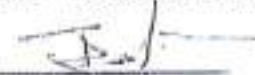
TOTAL DA PREVISÃO		
	2022	2021
RECEITAS	16.293	17.577
(-) DESPESAS	-13.172	-16.659
Resultado do exercício	3.121	918

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, reunido no dia 05 de novembro de 2021, às 20h00, no formato virtual, por convocação de seu Presidente, Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho, nos termos do artigo 67 ("O Conselho Fiscal reunir-se-á por convocação da Diretoria da AMB, da Assembleia de Delegados, do Conselho Deliberativo ou de seu próprio presidente") e artigo 68 ("Compete ao Conselho Fiscal apreciar todos os assuntos relacionados com patrimônio, bens, rendas, fundos, (...) e no inciso I – "fixação de contribuições dos associados e demais receitas") do Estatuto Social da AMB, a fim de deliberar sobre a Previsão Orçamentária da AMB para o ano 2022. Foi analisada a Proposta de Orçamento da AMB para o ano de 2022, que prevê variações na Receita e diminuição nas Despesas, demonstrando um superávit da instituição e recuperação do seu caixa.

PARECER: O Conselho Fiscal manifesta-se pela **APROVAÇÃO** da Previsão Orçamentária para o exercício de 2022.

São Paulo, 05 de novembro de 2021.


Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho (PR)
Presidente - Conselho Fiscal
Dr. Juarez Monteiro Molinari (RS)
Titular - Conselho Fiscal
Dr. José Carlos Raimundo Brito (BA)
Titular - Conselho Fiscal

PROPOSTA DE REAJUSTE DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA – ANO 2022

PARECER DO CONSELHO FISCAL



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

PROPOSTA DE REAJUSTE DA CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS PARA O EXERCÍCIO DE 2022 (R\$ 321,34)

Valor Contribuição				
Período	Valor anual (R\$)	Valor mensal (R\$)	Valor reajuste (R\$)	Reajuste (%)
2009	R\$ 144,00	R\$ 12,00		0%
2010	R\$ 156,00	R\$ 13,00	12	8%
2011	R\$ 168,00	R\$ 14,00	12	8%
2012	R\$ 192,00	R\$ 16,00	24	14%
2013	R\$ 204,00	R\$ 17,00	12	6%
2014	R\$ 216,00	R\$ 18,00	12	6%
2015	R\$ 228,00	R\$ 19,00	12	6%
2016	R\$ 252,00	R\$ 21,00	24	11%
2017	R\$ 288,00	R\$ 24,00	36	14%
2018	R\$ 288,00	R\$ 24,00	0	0%
2019	R\$ 294,00	R\$ 24,50	6	2%
2020	R\$ 294,00	R\$ 24,50	0	0%
2021	R\$ 294,00	R\$ 24,50	0	0%
2022	R\$ 321,34	R\$ 26,78	27	9,30%
INFLAÇÃO		9,30%		

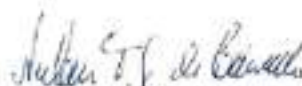
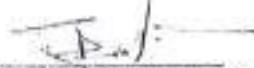
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, reunido no dia 05 de novembro de 2021, às 20h30, no formato virtual, por convocação de seu Presidente, Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho, nos termos do artigo 67 ("O Conselho Fiscal reunir-se-á por convocação da Diretoria da AMB, da Assembleia de Delegados, do Conselho Deliberativo ou de seu próprio presidente") e artigo 68 ("Compete ao Conselho Fiscal apreciar todos os assuntos relacionados com patrimônio, bens, rendas, fundos, (...) e no inciso I – "fixação de contribuições dos associados e demais receitas") do Estatuto Social da AMB, a fim de deliberar sobre a contribuição associativa para o exercício de 2022. Analisando o histórico e detalhamento sobre o tema, este Conselho Fiscal chegou nas seguintes considerações:

- Considerando que as contribuições associativas do ano de 2020 não sofreram reajuste, apesar do IPCA anual de 4,52%;
- Considerando que o IPCA do ano de 2021, até o mês outubro soma 6,90%;
- Considerando que o IGPM do ano de 2021, até o mês de outubro soma 16,75%;
- Considerando, finalmente, a necessidade em buscar o equilíbrio financeiro da AMB, resolvem o Conselho fiscal emitir o seguinte parecer:

PARECER: O Conselho Fiscal recomenda o reajuste das contribuições dos associados da AMB no índice IPCA acumulado nos anos 2020 e 2021 totalizando 11,42%, passando dos atuais R\$ 24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos) para R\$ 27,29 (vinte e sete reais e vinte e nove centavos) / mês, totalizando no ano R\$ 327,49 (trezentos e vinte e sete reais e quarenta e nove centavos).

São Paulo, 05 de novembro de 2021.


Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho (PR)
Presidente - Conselho Fiscal
Dr. Julez Monteiro Molinari (RS)
Titular - Conselho Fiscal
Dr. José Carlos Raimundo Brito (BA)
Titular - Conselho Fiscal



PROPOSTA PARA EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DAS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADES

PARECER DO CONSELHO FISCAL



[Handwritten signatures and initials]

PARECER DO CONSELHO FISCAL

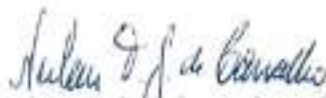
O Conselho Fiscal, reunido no dia 05 de novembro de 2021, às 21h00, no formato virtual, por convocação de seu Presidente, Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho, nos termos do artigo 67 ("O Conselho Fiscal reunir-se-á por convocação da Diretoria da AMB, da Assembleia de Delegados, do Conselho Deliberativo ou de seu próprio presidente") e artigo 68 ("Compete ao Conselho Fiscal apreciar todos os assuntos relacionados com patrimônio, bens, rendas, fundos, (...) e no inciso I – "fixação de contribuições dos associados e demais receitas") do Estatuto Social da AMB, a fim de deliberar sobre a exigibilidade da contribuição associativa em face das Sociedades de Especialidades. Analisando o histórico e detalhamento sobre o tema, este Conselho Fiscal chegou nas seguintes considerações:

- Considerando que em 18/06/2016 foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo da AMB pela cobrança de uma mensalidade por sócio de cada Sociedade de Especialidade e posteriormente apenas noticiada em Assembleia de Delegados;
- Considerando que o Conselho Deliberativo até pode assumir todas as atribuições da Assembleia de Delegados, exceto, "alterar as contribuições dos associados", conforme artigo 39, I, alínea "a";
- Considerando que o Conselho Deliberativo jamais poderia instituir essa contribuição que é privativa da Assembleia de Delegados;
- Considerando que o vínculo da AMB com as Sociedades de Especialidades é através de contrato de convênio, do qual consta que todos os sócios destas respectivas Sociedades deverão ser associados efetivos da AMB via Federada (§1º, artigo 72, do Estatuto Social da AMB);
- Considerando que o Estatuto Social da AMB não prevê o tratamento diferenciado entre os associados efetivos, especificamente no que tange a contribuição associativa;
- Considerando que não existe no Estatuto Social a cobrança associativa proposta e aprovada pela Reunião do Conselho Deliberativo de 18/06/2016;

- Considerando que atualmente poucas Sociedades de Especialidade cumprem esta contribuição associativa;
- Considerando que o valor arrecadado pela AMB com este tipo de contribuição não é elevado e não compromete o seu Fluxo de Caixa;
- Considerando que o Orçamento para 2022 demonstra tratar-se de receita que pode ser abolida e encontra-se zerada no Orçamento 2022;
- Considerando, finalmente, que a cobrança realizada nos anos anteriores, portanto de responsabilidade das gestões anteriores, foram contabilizadas, e fazem parte do patrimônio da AMB e, portanto, não cabe a restituição às Sociedades de Especialidades, resolvem o Conselho fiscal emitir o seguinte parecer:

PARECER: Após discutir e apreciar as considerações apresentadas, o Conselho Fiscal, emite seu parecer pela **EXTINÇÃO** da contribuição associativa em face das Sociedades de Especialidades.

São Paulo, 05 de novembro de 2021.



Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho (PR)
Presidente - Conselho Fiscal



Dr. Juárez Monteiro Molinari (RS)
Titular - Conselho Fiscal



Dr. José Carlos Raimundo Brito (BA)
Titular - Conselho Fiscal



ANEXO 3



ASSEMBLEIA DE DELEGADOS EXTRAORDINÁRIA AMB - Gerado em:
17/12/2021 08:57:36

Sucesso! Nenhum voto registrado no momento da geração deste relatório.

[illegible]

Digitally signed by: REF SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA 33369257000193
2021.12.20 09:40:53 -03'00'

LTDA-33389257000193

Apurar Eleição
ASSEMBLEIA DE DELEGADOS EXTRAORDINÁRIA AMB 2021

Data: 17/12/2021 - Hora: 09:51:38

Pergunta

Presidente da assembleia:

Opções de Voto

Número de Votos

Percentual de Votos

José Luiz Gomes do Amaral

24

66.67%

Lincoln Lopes Ferreira

12

33.33%

Este PDF é certificado e validado conforme o: <https://verificador.iti.gov.br/>

Total de Votos: 36



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Gul' and 'Lopes'.



ANEXO 4



Apurar Eleição
ASSEMBLEIA DE DELEGADOS EXTRAORDINÁRIA AMB 2021

Data: 17/12/2021 - Hora: 11:35:36

Pergunta

Aprovação da Previsão Orçamentária para ao exercício de 2022 e respectivo parecer do Conselho Fiscal da AMB.

Opções de Voto	Número de Votos	Percentual de Votos
Aprovo	40	68.97%
Não aprovo	16	27.59%
Abstenção	2	3.45%

Este PDF é certificado e validado conforme o: <https://verificador.itl.gov.br/>

Total de Votos: 58

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ANEXO 5



Apurar Eleição
ASSEMBLEIA DE DELEGADOS EXTRAORDINÁRIA AMB 2021

Data: 17/12/2021 - Hora: 12:12:35

Pergunta

Aprovação do Reajuste da Contribuição Associativa para o exercício de 2022 e respectivo parecer do Conselho Fiscal da AMB.

Opções de Voto	Número de Votos	Percentual de Votos
Aprovo	30	50,00%
Não aprovo	29	48,33%
Abstenção	1	1,67%

Este PDF é certificado e validado conforme o: <https://verificador.iti.gov.br/>

Total de Votos: 60

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ANEXO 6

Apurar Eleição
ASSEMBLEIA DE DELEGADOS EXTRAORDINÁRIA AMB 2021

Data: 17/12/2021 - Hora: 12:55:46

Pergunta

Aprovação da extinção da Contribuição Associativa das Sociedades de Especialidades e respectivo parecer do Conselho Fiscal da AMB.

Opções de Voto	Número de Votos	Percentual de Votos
Aprova	39	68.42%
Não aprova	17	29.82%
Abstenção	1	1.75%

Este PDF é certificado e validado conforme o: <https://verificador.iti.gov.br/>

Total de Votos: 57

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS 2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

- **Demonstrações Financeiras**
- **Relatório da Auditoria Externa**
- **Parecer do Conselho Fiscal**



PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

RECEITAS - ANO 2020 vs. 2021

DESCRIÇÃO	ANO 2020	ANO 2021	VARIAÇÃO
Contribuição Associativa	9.726.135	8.943.367	-782.768
Sociedades	610.516	160.387	-450.129
Título de Especialista	3.614.106	7.469.812	3.855.707
CNA	163.434	171.535	8.101
Qualicorp	1.557.331	1.586.209	28.878
Prova	464.000	429.900	-34.100
CBHPM	106.454	134.786	28.332
Benefícios	0	15.148	15.148
Locação de imóvel	34.516	40.254	5.738
Receita Financeira	144.143	397.656	253.514
Outros	123.509	107.601	-15.908
TOTAL RECEITAS	16.544.143	19.456.656	2.912.513

DESPEASAS - ANO 2020 vs. 2021

DESCRIÇÃO	REALIZADO ANO 2020	REALIZADO ANO 2021	VARIAÇÃO
GASTOS COM PESSOAL	-3.463.359	-2.700.716	762.643
GERAIS & ADMINISTRATIVAS	-4.309.472	-2.155.942	2.153.530
JURÍDICO	-1.418.091	-1.921.779	-503.688
MARKETING & COMUNICAÇÃO	-2.569.835	-378.569	2.191.266
EVENTOS / WMA	-1.531.314	-843.762	687.552
PROJETOS	-4.092.929	-5.185.232	-1.092.303
TOTAL PAGAMENTOS	-17.385.000	-13.186.000	4.199.000

RECEITAS X DESPESAS - ANO 2020 vs. 2021

DESCRIÇÃO	ANO 2020	ANO 2021	VARIAÇÃO
RECEITA	16.544.143	19.456.656	2.912.513
(-) GASTOS	-17.385.000	-13.186.000	4.199.000
RESULTADO DO PERÍODO	-840.857	6.270.656	7.111.513



PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021**SALDO EM CAIXA - ANO 2020 vs. 2021**

	ANO 2020	ANO 2021	VARIAÇÃO
SALDO EM CAIXA (Dezembro)	5.296.894	13.282.166	7.985.272
MÉDIA DESPESAS MENSAIS	1.700.000	1.100.000	-600.000
PERÍODO MÉDIO (MESES)	3	12	9



A

Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

31 de dezembro de 2021 e 2020

com Relatório do Auditor Independente

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 522 - 1º andar
Cj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3651-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portolegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook: [audisaconsultoria](#)
Twitter: [@grupoaudisa](#)
LinkedIn: [compagnygrupoaudisa](#)
Website: [PORTALAUDISA.COM.BR](#)



25/abril/2022

Aos conselheiros e administradores da

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^a, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 da ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA.

Atenciosamente,

Audisa Auditores Associados
Alexandre Chiaratti do Nascimento
Sócio

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Cep. 106730 - Alphaville
☎ 11 3861-0933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Belo
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portolegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f [/audisaconsultoria](#)
t [@grupoaudisa](#)
in [/compartilhegrupoaudisa](#)
w [PORTALAUDISA.COM.BR](#)



ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas	13

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Cep: 106/139 - Alakassele☎ 11 3641-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br**Rio de Janeiro**
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br**Porto Alegre**
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

 /audisaconsultores
 @grupoaudisa
 in /company/grupoaudisa
 PORTALAUDISA.COM.BR
3

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

CNPJ: 61.413.605/0001-07

**"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS"****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos eventuais dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Sobre o saldo consignado no Passivo Circulante de R\$ 953 mil, referente ao Imposto de renda e contribuição social diferidos, que foram calculados e contabilizados em exercícios anteriores, informamos que estamos em fase de análise para certificar se o valor de fato é devido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Avenida Rio Negro, 520 - 7º andar
Cox: 908/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Belo Horizonte
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook: @audisaconsultoria
Twitter: @grupoaudisa
LinkedIn: grupoaudisa
PORTALAUDISA.COM.BR



A

Ênfase

Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1, às demonstrações contábeis, a alta administração da Associação identificou em agosto de 2018, a prática de atos fraudulentos por parte de uma colaboradora que tinha como atribuição a coordenação do departamento financeiro, tal prática originou-se mediante a apropriação indébita de ativos financeiros da Associação. O processo investigatório dos fatos foi, inicialmente, conduzido internamente, e posteriormente, por parte independente. Com base nas constatações, foram tomadas as medidas necessárias para reparar os efeitos e adotar as medidas aplicáveis, o que culminou no ajuizamento de ação indenizatória perante a Justiça do Trabalho, e em pedido de instauração de inquérito junto ao Ministério Público Estadual, que delegou a investigação à Polícia Civil do Estado de São Paulo. Segundo apuração conduzida por parte da administração e por meio de terceiro independente, até o momento os efeitos conhecidos e apurados foram refletidos nas demonstrações contábeis.

Até o presente momento as investigações encontram-se em andamento, sendo assim, ainda não há como determinar se a Associação será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

As demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes e seu relatório foi emitido com ressalva sobre a Receita de Contribuições e Remuneração a administração e contendo o mesmo parágrafo de "Investigação e medidas judiciais em andamento", datado em 14 de junho de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 502 - 1º andar
Cj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-1933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f audisaconsultoria
@grupopaulista
/compagnygrupoaudisa
PORTALAUDISA.COM.BR

- independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 101 - 1º andar
Cajá, 106/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933
✉ gruposaudisa@gruposaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Belo Horizonte
✉ bh@gruposaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ rj@gruposaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portalegre@gruposaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook: [gruposaudisa.com.br](https://www.facebook.com/gruposaudisa)
Twitter: [gruposaudisa](https://twitter.com/gruposaudisa)
LinkedIn: [gruposaudisa](https://www.linkedin.com/company/gruposaudisa)
Portal: PORTALAUDISA.COM.BR



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 25 de abril de 2022

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO:14782348819

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO:14782348819
Dados: 2022.09.02 19:00:12 -03'00'

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O-0
CNAI - SP - 1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 500 - 1º andar
Cari, 106/109 - Alphaville
☎ 11.3661-3933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisaconsultores
@grupocountas
in /contasgrupaudisa
PORTALAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 9/2/2022 6:59:09 PM -03:00



A



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: F1903-1D26E-999DC-39B50

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/F1903-1D26E-999DC-39B50>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



4



Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - MRS)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	13.284	5.312
Contribuições a receber - associados	5	680	1.904
Outros créditos		38	20
Total do ativo circulante		14.002	7.237
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Propriedades para investimento	6	3.610	3.610
Outros créditos		96	100
 Imobilizado	7	3.237	3.324
Intangível		12	12
Total do ativo não circulante		6.955	7.046
 Total do ativo		20.958	14.282

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A



Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

Balanco patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - MRS)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante			
Fornecedores	8	82	451
Obrigações trabalhistas	9	222	276
Obrigações tributárias		14	86
Valores a repassar		-	35
Total do passivo circulante		317	848
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		953	953
Provisão para demandas judiciais	10	919	7
Total do passivo circulante		1.872	960
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		12.498	283
Superávit do período		6.270	12.191
Total do patrimônio líquido		18.768	12.474
Total do passivo e do patrimônio líquido		20.958	14.282

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

Demonstração de resultado do período para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	13		
Contribuições de associados		9.104	10.337
Títulos de especialistas		7.470	3.639
Parceria Qualicorp		1.586	1.557
Doações não governamentais		-	770
Provas de áreas de atuação		430	466
Comissão Nacional de Acreditação (CNA)		172	164
Classif. Bras. Hierarquizada de Proc. Médicos (CBHPM)		135	104
Aluguéis		40	35
Trabalho voluntário		511	475
Outras receitas		123	98
Total das receitas operacionais		19.570	17.645
(-) Custos	14		
Contribuições		(1.168)	(565)
Títulos de especialistas		(1.718)	(1.000)
Parceria Qualicorp		(607)	(535)
Provas de áreas de atuação		(57)	(26)
Comissão Nacional de Acreditação (CNA)		(15)	(45)
Classif. Bras. Hierarquizada de Proc. Médicos (CBHPM)		(127)	(223)
Aluguéis		(164)	(167)
Covid 19		(3)	0
Trabalho voluntário		(511)	(475)
(-) Total de custos		(4.370)	(3.036)
= Superávit do período bruto		15.199	14.609
(-) Despesas operacionais			
Com pessoal	15	(2.446)	(2.702)
Tributárias		(217)	88
Gerais e administrativas	16	(6.650)	(12.634)
Outras despesas operacionais		0	(285)
(-) Total de despesas operacionais		(9.313)	(15.533)
= Superávit antes das receitas (despesas) financeiras		5.887	(924)
Receitas financeiras		397,66	144
Despesas financeiras		(14)	(61)
		383,68	83
Superávit do período		6.270	(841)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

**Demonstração do resultado do período para os exercícios findos em 31 de
dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Superávit (déficit) do período	6.270	(841)
Ajustes do período	24	-
Resultado abrangente	<u>6.294</u>	<u>(841)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - MRS)

	Patrimônio social	Superávit(déficit) do período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.315	-	13.315
Déficit do período		(841)	(841)
Incorporação do resultado do período de 2020	(841)	841	0
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.474	0	12.474
Ajustes de exercícios anteriores	24		
Superávit do período		6.270	6.270
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.498	6.270	18.768



As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

5

Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - MRS)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	<u>6.270</u>	<u>(841)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado		
Depreciação	157	48
Baixa do intangível e imobilizado	(2)	12
Perdas por ajuste em propriedades para investimento	-	278
Aumento (redução) de imposto de renda e contribuição social diferido	-	(95)
Complemento/reversão PECLD	149	116
Constituição de provisão para contingências	912	7
Atualização monetária de depósitos judiciais	-	(18)
	<u>7.487</u>	<u>(493)</u>
(Decréscimo) acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) de contas a receber - associados	1.075	101
Redução (aumento) de outros créditos	(18)	(17)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	-	148
Aumento (redução) de fornecedores	(363)	316
Aumento (redução) de obrigações tributárias	(54)	34
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas	(34)	37
Aumento (redução) de valores a repassar	(35)	35
Aumento (redução) de outras contas a pagar	-	(2.382)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>8.057</u>	<u>(2.221)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado	(71)	(669)
Empréstimo à Federada	4	(100)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(67)</u>	<u>(769)</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.990</u>	<u>(2.990)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	5.294	8.284
No final do período	<u>13.284</u>	<u>5.294</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.990</u>	<u>(2.990)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



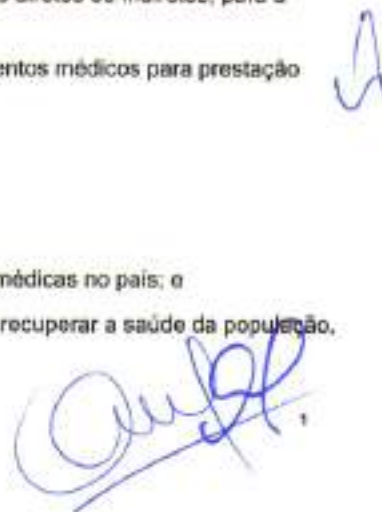
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais ou de outra forma quando indicado)

1. Contexto operacional

A Associação Médica Brasileira ("Associação" ou "AMB") é uma associação civil de âmbito nacional fundada em 26 de janeiro de 1951, situada na Rua São Carlos do Pinhal, 324 - Bela Vista - São Paulo - SP, com personalidade jurídica e forma federativa sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que congrega médicos e acadêmicos de cursos de medicina em todo o território nacional.

São finalidades da AMB:

- Congregar os médicos e acadêmicos de medicina do país e suas associações representativas com o objetivo de atualização científica, defesa geral da categoria no terreno ético, social, econômico e cultural e de consumo;
- Propor modelos e contribuir para a elaboração da política de saúde e aperfeiçoamento do sistema médico assistencial (público e privado) do país;
- Orientar a população quanto aos problemas da assistência médica, preservação e recuperação da saúde;
- Conceder título de especialista, em conformidade com o disposto no Estatuto Social e em regulamento próprio;
- Defender, em juízo ou fora dele, os interesses de seus filiados, desde que tais interesses possam ser caracterizados como coletivos ou difusos e possam acarretar benefícios diretos ou indiretos, para a classe médica como um todo;
- Elaborar, atualizar, divulgar e recomendar a classificação de procedimentos médicos para prestação de serviços;
- Fomentar o ensino médico continuado;
- Promover planos secundários e previdenciários para os associados;
- Contribuir para o controle de qualidade das faculdades de medicina;
- Contribuir para o estabelecimento de critérios para criação de escolas médicas no país; e
- Promover campanhas de cunho social que visem prevenir, preservar e recuperar a saúde da população.



1.1. Investigação de fraude

No ano de 2018, a gerência administrativa e financeira da AMB constatou que havia indícios de adulteração em extratos bancários da associação. Após intenso levantamento das informações a ex-colaboradora, então coordenadora do financeiro da AMB, responsável pelo departamento financeiro, por "contas a pagar" e "contas a receber", contratada pela Associação em 1º de setembro de 1992, relatou à Administração que realizava desvio de recursos financeiros da AMB. De acordo com seu relato, cujo áudio foi gravado pela Administração da AMB, ela teria desviado aproximadamente R\$ 2 milhões.

Em razão deste fato, foi aberto um procedimento de conciliações financeiras a fim de corroborar o relato da ex-coordenadora do departamento financeiro, bem como para identificar a eventual participação de outras pessoas em tais atos. Essas análises permitiram à Administração da AMB confirmar a declaração, referente aos desvios e resultaram na sua demissão por justa causa, em 08 de agosto de 2018.

A associação contratou escritório de advocacia especializado e entrou com ação trabalhista além de abertura de inquérito policial que estão em tramitação. A instituição também contratou a firma KPMG para realizar um processo de auditoria com enfoque em fraude financeira.

No período da fraude, a associação apresentava uma fragilidade grande em seu ambiente de controle interno. A ex-coordenadora financeira, tinha a senha de acesso dos bancos e autonomia com as instituições financeiras, realizando todos os processos bancários sem qualquer segregação de função, revisão e/ou acompanhamento de seus trabalhos.

Após o desfalque financeiro, a instituição segregou o acesso para aprovação bancária somente ao Presidente e ao 1º Tesoureiro, que são os representantes legais da associação. Além disso, a empresa está em processo de implantação de ERP de gestão integrada para cumprimento dos processos e maior segurança das informações.

1.1.1. Abordagem adotada

Após o relato realizado pela ex-coordenadora do departamento financeiro e as apurações iniciais efetuadas internamente, que confirmaram ter efetivamente havido o referido desvio de valores, a Administração da AMB contratou advogados para assessoria jurídica e propositura de ações, e apresentou o relato da ex-coordenadora do departamento financeiro para gravação pelo 14º Tabelião de Notas de São Paulo, em 30 de agosto de 2018, gerando ata notarial, com indícios suficientes acerca dos desvios realizados.

A Administração da AMB optou pela contratação da empresa de consultoria KPMG em 22 de outubro de 2018, a fim de realizar apuração independente. O relatório da investigação realizada pela KPMG passou a ser de pleno conhecimento da Administração da AMB em 08 de fevereiro de 2019, data em que tal relatório foi entregue pela KPMG.

Tendo em vista que a AMB foi vítima de conduta ilícita praticada pela ex-colaboradora, foram tomadas as medidas necessárias para reparar os danos e punir os atos cometidos, o que acarretou no ajuizamento de ação indenizatória perante a Justiça do Trabalho, e em pedido de instauração de inquérito junto ao Ministério Público Estadual, que delegou a investigação à Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Em 2019, de acordo com os Assessores Jurídicos envolvidos no caso, foi deferido o pedido de sequestro dos bens imóveis relacionado à investigada, assim como o bloqueio dos valores existentes em contas bancárias da mesma, seja à título de pessoa jurídica ou física.

Adicionalmente, os assessores jurídicos avaliaram o processo como êxito possível no montante de R\$ 27.088.

A



1.1.2. Valores e impactos identificados até o momento

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme relatório da KPMG, foi reconhecido que as transferências de recursos financeiros da AMB para familiares e empresas relacionadas à ex-coordenadora do departamento financeiro da AMB, durante o período de 2008 a 2018, totalizaram o valor de R\$ 50.757.

Porém, segundo o relatório de investigação feito pela KPMG, os valores de 2008 até 2013 estavam refletidos nas demonstrações contábeis, mas houve outros lançamentos de 2014 até 2018 que não estavam refletidos nas demonstrações contábeis devido à adulteração dos extratos bancários enviados para a contabilidade terceirizada.

Os valores referentes às receitas da AMB que não haviam sido contabilizadas em função da citada adulteração, foram registradas nas respectivas linhas de receitas da atividade na demonstração do resultado do exercício de 2018 no valor de R\$ 3.639, na linha de receitas com natureza a identificar na demonstração do resultado do exercício de 2017 no valor de R\$ 7.387, já que ainda estão sendo identificadas as atividades a que se referem essas receitas do ano de 2017, e a crédito da conta de reserva de lucros no patrimônio líquido pelos valores referentes aos valores dos anos de 2014 a 2016, demonstrados no quadro abaixo.

Em função do recebimento dos valores decorrentes do registro dessas receitas depender da conclusão e êxito no processo de ação indenizatória movido pela AMB contra a ex-colaboradora e da existência de bens em nome da mesma em montante suficiente para fazer face ao montante de eventual condenação, foi registrada perda estimada para redução ao valor recuperável desses ativos, no montante total das receitas registradas. Essas perdas foram lançadas na rubrica de despesas extraordinárias, grupo de despesas administrativas, na demonstração do resultado dos exercícios de 2017 e 2018 pelos valores referentes a esses anos e a débito da conta de superávit acumulado no patrimônio líquido referente aos valores dos anos de 2014 a 2016, conforme demonstrado a seguir. Não houve, dessa forma, representação das demonstrações contábeis desses exercícios, já que o efeito no patrimônio líquido foi zero, conforme demonstrado a seguir.

Efeito do patrimônio social

Conta contábil	Descrição da conta	R\$
21434	Ajustes Ex. Anter. - 2014 - Contribuições	(4.722)
21435	Ajustes Ex. Anter. - 2015 - Contribuições	(8.691)
21438	Ajuste Ex. Anter. - 2016 - Contribuições	(8.520)
21435	Ajustes Ex. Ant. - 2014 - Desp. Extradionárias	4.714
21437	Ajustes Ex. Ant. - 2015 - Desp. Extradionárias	8.699
21439	Ajuste Ex. Ant. - 2016 - Desp. Extradionárias	8.520
Efeito total no patrimônio social		-

No exercício de 2019, foi identificado o montante de R\$ 2.382 da "Qualicorp - repasse Federada" (Notas Explicativas nºs 11 e 16), que se refere a comissões proveniente de plano de saúde recebido pela AMB da empresa Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., que deveria ter sido repassado às federadas através do percentual acordado entre as partes. Entretanto, devido à ausência de informações e falhas nos controles internos causados pela ex-colaboradora, os repasses não foram efetuados.

Durante o exercício de 2019, a Associação efetuou o levantamento dos valores e realizou a devida provisão e registros contábeis, efetuando o pagamento de tais valores ao longo de 2020.

al
[Assinatura]

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e às associações sem finalidade de lucros (Interpretação Técnica ITG 2002 (R1)).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Associação é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando de outra forma indicado.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, perdas esperadas de créditos, provisões para riscos fiscais, provisão para contingências com processos judiciais e administrativos, assim como da análise de recuperabilidade de ativos, valor justo das propriedades para investimento e dos demais riscos para determinação de outras provisões.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Associação são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; e (3) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.



Ativos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo.

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Passivos financeiros

Representados por contas a pagar, fornecedores e partes relacionadas que são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Propriedades para investimento

As propriedades para investimentos referem-se a empreendimentos comerciais e residenciais, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6. Tais propriedades são mensuradas inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, propriedade para investimento é apresentada ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo da propriedade para investimento é incluído na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Sobre a diferença entre o custo de aquisição e os ajustes à valor justo, são registrados passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas, respectivamente, de 25% e 9%, tendo como contrapartida a conta de despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado do exercício.



3.4. Imobilizado

Os valores de edifícios são demonstrados com base no custo histórico de aquisição, deduzido da subsequente depreciação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos reformados pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 07 e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos reformados internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.6. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7. Apuração do superávit ou déficit

A receita operacional das contribuições, atividades associativas e outras receitas no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, de maneira que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

As receitas são registradas, no caso das contribuições associativas, quando os recursos são depositados nas contas bancárias e, no caso das atividades e outras receitas, quando o serviço é prestado ao associado.

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência de exercícios.

3.8. Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação é constituído pelo superávit acumulado, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit de cada exercício.



3.9. Avaliação ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, aumentando o ativo até o limite do valor recuperável.

3.10. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. A Associação registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16.

3.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as interpretações conforme preceitua a Seção 7 da NBC-TG-1000 – Resolução 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que aborda os procedimentos relativos às "Demonstrações dos fluxos de caixa".

3.12. Tributos e contribuições

A Associação possui isenção fiscal para o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre suas operações ordinárias, conforme previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.252 de 1º de março de 2012.

Adicionalmente, a Associação recolhe 1% de PIS sobre a folha de pagamento e 4% de Cofins sobre o rendimento de aplicações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	4	8
Aplicações financeiras	13.280	5.286
Total	13.284	5.294

As aplicações financeiras de curto prazo, sem restrições, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados as taxas que variam entre 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a fundos de investimentos com taxa de 100% do CDI, resgatáveis sem penalidade e sem restrições, a qualquer momento.

Em 2020, as taxas que variam entre 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a fundos de investimentos com taxa de 100% do CDI, resgatáveis sem penalidade e sem restrições, a qualquer momento.

5. Contribuições a receber - associados

5.1. Contribuições a receber por federadas

	31/12/2021	31/12/2020
São Paulo	432	1.537
Mato Grosso	278	278
Rio Grande do Norte	148	98
Rio de Janeiro	78	79
Paraná	37	70
Brasília	61	63
Rio Grande do Sul	Xxx	51
Bahia	59	35
Paraná	27	27
Mato Grosso do Sul	33	13
Sergipe	8	8
Rio Grande do Sul	23	
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(504)	(355)
Total	680	1.904

5.2. Movimentação da perda esperada de crédito

Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2021
355	149	-	

Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2019
239	116	-	355

As contribuições a receber correspondem aos valores das contribuições associativas recebidas pelas Federadas e, conforme previsão estatutárias, elas repassam até o décimo dia do mês subsequente ao trimestre vencido, todos os prazos de recebimentos são equivalentes a um ano ou menos e são classificadas no ativo circulante. As contribuições a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e mensuradas pelo custo amortizado com o uso da Perdas Esperada de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

6. Propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Propriedade para investimentos

- Salas Comerciais - Av. Brigadeiro Faria Lima, 1572:

Data	Descrição	2021	2020
2001	Valor de aquisição	553	553
2015	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	1.993	1.993
2018	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	64	64
2020	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	(231)	(231)
2021		-	-
Total		2.379	2.379

A

- Apartamentos - Alameda Campinas, 129:

Data	Descrição	2021	2020
2001	Valor de aquisição	254	254
2015	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	976	976
2018	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	48	48
2020	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	(47)	(47)
2021		-	-
Total		1.231	1.231

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Totais de ajustes ao valor justo - Imóvel Av. Brigadeiro Faria Lima, 1572	-	1.828
Totais de ajustes ao valor justo - Imóvel Al. Campinas, 129	-	977
Ajustes totais ao valor justo	-	2.803
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	-	34%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	953
Variação registrada no resultado	-	(95)

As propriedades para investimento têm o valor justo de R\$ 3.610, conforme laudo de avaliação com a data-base de 30 de setembro de 2020, elaborado pelo avaliador independente, Elo Engenharia. O avaliador teve seu valor justo apurado pelo método de "Valor de Mercado" (oferta e demanda), onde o valor do imóvel é obtido considerando a quantidade significativa de agentes atuando na área, imóveis similares sendo ofertados e procurados.

c) Ajustes do valor justo

O ajuste do valor justo registrado em 2020 gerou uma perda de R\$ 278 e um imposto de renda e contribuição diferido ativo de R\$ 95, ambos registrados no resultado exercício.

Em caso de alienação dos imóveis classificados como propriedades para investimentos, as receitas obtidas que excederem aos respectivos valores residuais contábeis estarão sujeitos à tributação de imposto de renda e contribuição social, em função de não se tratar de resultados oriundos das atividades constantes do objeto social da Associação. Dessa forma, constituímos a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a mais valia gerada pelo registro dos referidos imóveis por seus respectivos valores justos em relação aos seus respectivos valores residuais contábeis.

7. Imobilizado

7.1. Composição do ativo imobilizado

	Depreciação (%)	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Líquido em 2019
Edifícios e construções	4	929	(752)	177	214
Terrenos	-	2.388	-	2.388	2.388
Móveis e utensílios	10	510	(236)	274	317
Biblioteca	-	11	(11)	-	-
Benfeitorias	-	224	(224)	-	-
Instalações	10	438	(145)	293	316
Computadores e periféricos	20	340	(248)	92	77
Máquinas e equipamentos	10	19	(6)	13	12
Total		4.859	(1.622)	3.237	3.324

7.2. Movimentação do ativo imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado encontram-se totalmente livres de quaisquer garantias dadas a terceiros. As taxas de depreciação são registradas de acordo com a vida útil remanescente dos bens, consideradas adequadas pela Administração, que conclui que não há necessidade de alteração das taxas praticadas.

	2020	Adições	Baixas	Depreciações	2021
Edifícios e construções	214	-	-	(37)	177
Móveis e utensílios	317	7	-	(49)	275
Instalações	316	20	-	(44)	292
Máquinas e equipamentos	12	3	-	(2)	13
Computadores e periféricos	77	41	-	(25)	93
Terrenos	2.388	-	-	-	2.388
Total	3.324	71	-	(166)	3.237

	2019	Adições	Baixas	Depreciações	2020
Edifícios e construções	203	-	-	11	214
Móveis e utensílios	48	285	-	(16)	317
Benfeitorias	11	-	-	(11)	-
Instalações	4	333	-	(21)	316
Veículos	-	12	-	-	12
Computadores e periféricos	49	39	-	(11)	77
Terrenos	2.388	-	-	-	2.388
Total	2.703	669	-	(48)	3.324

8. Fornecedores

	2021	2020
Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados	-	263
KPMG Assessoria Ltda.	-	63
Clean Mail Serviços Ltda.	-	48
Ebenézer Gestão em Saúde Ltda.	-	29
NK Assessoria e Consultoria	21	21
Pro assit serviços administrativos	8	-
Cesar Marcos Klouri Advogados	35	-
Outros	17	27
Total	82	451

9. Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Provisão de férias e encargos	191	238
Encargos e contribuições sociais	31	38
Total	222	276

10. Provisão para demandas judiciais

A Associação no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, previdenciário e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e de riscos existentes e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.



a) Causas prováveis

Para a data-base dezembro de 2021, foi constituída provisão para contingências cíveis no montante de R\$ 919, relativos a processos judiciais com probabilidade de perda provável.

b) Causas possíveis

A Associação possui outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa. Em 31 de dezembro de 2021, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 52 (R\$ 871 mil em 31 de dezembro de 2020).

Dentre os possíveis riscos fiscais que a Administração da Associação avalia estão os seguintes assuntos:

- Alguns ingressos de recursos são decorrentes de operações que podem ser caracterizadas como prestação de serviço com características contra prestacionais, como: comissões, feiras e eventos, laudo técnico, emissão de certificados, o que não configuram como atividade própria da Associação, ao contrário dos casos de doações e mensalidades das quais são previstas em seu Estatuto em que poderia existir risco de tributação de PIS, Cofins, ISS, imposto de renda e contribuição social;
- Risco de tributação de PIS, Cofins, imposto de renda e contribuição social para as receitas de aluguel provenientes de propriedades para investimento relacionadas a salas comerciais arrendadas a terceiros;
- Nos casos de não emitir o documento fiscal nas atividades venda de livros e revistas, que segundo a legislação tributária é exigível a referida obrigação acessória.

11. Patrimônio social

A Associação, por ser associação de fins não lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a instituidores e administradores, sob qualquer forma. O patrimônio social da Associação é constituído pelos bens da Associação, móveis e imóveis adquiridos à título gratuito ou oneroso.

A



13. Receita bruta

	2021	2020
Contribuições - diretas e repasses de federadas	9.104	10.337
Titulos de especialistas	7.470	3.639
Parceria Qualicorp	1.586	1.557
Doações	-	770
Provas de áreas de atuação	430	466
Comissão Nacional de Acreditação (CNA)	172	164
Class. Bras. Hierarq. de Proc. Médicos (CBHPM)	135	104
Aluguéis	40	35
Outras receitas	123	98
Trabalho voluntário	511	475
Total	19.570	17.645

Natureza das receitas:

- i) **Contribuições:** o médico ou acadêmico filiado à AMB, realiza anualmente o pagamento de contribuição associativa;
- ii) **Projeto diretrizes:** de acordo com sua finalidade a AMB emite através do Projeto Diretrizes, orientações diagnósticas terapêuticas e, quando aplicável, preventivas baseadas em evidências científicas, conciliam informações da área médica, a fim, de padronizar condutas que auxiliem o raciocínio e a tomada de decisão do médico, apresentam grau de recomendação e a força de evidência científica a fim de preservar a autonomia dos médicos. Essas diretrizes médicas foram editadas em livro comercializado pela AMB, tendo sido emitidas 11 edições, sendo uma especial para a Agência Nacional de Saúde (ANS) em 2010/2011. Na Revista da AMB (RAMB), há publicação de algumas Diretrizes e a elaboração/revisão de conteúdo dos artigos publicados nos Boletins, juntamente com o Diretor Científico. Atualmente, a AMB não realiza mais a comercialização deste livro e disponibiliza gratuitamente este material em seu site;
- iii) **Título de especialistas:** a Resolução CFM 2.148/2016, normatiza o reconhecimento e o registro das especialidades médicas e áreas de atuação, de acordo com conjunto de critérios determinados pela Comissão Mista de Especialidade (CME), formada pelo Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e a Comissão Nacional de Residência Médica. Conforme o artigo 6º desta mesma resolução, a AMB emitirá títulos de especialista e certificados que atendam as determinações da Comissão Mista de Especialidades (CME). A Resolução nº 2.221/2016, apenas atualiza a relação de especialidades e áreas de atuação médicas, aprovadas pela CME. A AMB auferir a receita com as provas e também com a emissão do título de especialista ou certificado de área de atuação. A Sociedade de Especialização realiza a prova e comunica a lista de aprovados a AMB;
- iv) **Comissão Nacional de Acreditação (CNA):** a CNA é uma atividade oriunda do título de especialista, pois foi criada para que os profissionais formados que possuem um título de especialidade ou certificado de área de atuação, se mantenham atualizados profissionalmente. A CNA é um selo (uma marca) que valida as atividades e eventos nos quais o médico participa e pontua a participação de atualização até atingir 100 pontos, onde ocorre a emissão do Certificado de Atualização Profissional (CAP). A receita é oriunda da participação do médico nestes eventos, congressos, atividades que são cobrados pela AMB. Mas a CNA também promove eventos de atualização de forma gratuita aos associados das Sociedades de Especialidades;



- v) **Parceria comercial:** a AMB dispõe de benefícios aos seus associados como plano de saúde, seguro de vida e previdência privada com empresas parceiras que oferecem serviços e ou produtos com condições especiais para seus associados. Estas empresas fazem a intermediação entre a AMB e as seguradoras, como Itaú, Bradesco, Icatu e Sulamérica. As administradoras são a Qualicorp Administradora de Benefícios para o plano de saúde e a Fidelle Administradora, Corretora e Prestadora de Serviços para o seguro de vida e o plano de previdência privada. A AMB recebe uma comissão com a denominação de pró-labore. A Qualicorp paga 4% sobre o valor de cada vida segurada. A Fidelle paga um valor em cerca de R\$ 4.000 ao mês, porém segundo informação da empresa, a seguradora Itaú não fornece o racional para cálculo desta comissão;
- vi) **Aluguéis:** a AMB é proprietária de 12 (doze) salas comerciais localizadas na Av. Brigadeiro Faria Lima e de mais 04 (quatro) flats na Alameda Campinas. A receita gerada dos aluguéis é referente à locação do flat nº 101. As salas comerciais estão sem locação desde o ano de 2017;
- vii) **Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM):** o livro CBHPM, foi elaborado com critérios técnicos com objetivo de levar ao médico, conhecimento, o nível de risco, complexidade e a tabela para precificação de procedimento médico. As entidades participantes são AMB, Conselho Federal de Medicina, ANS, FenaSaúde, Federação Médica Brasileira (FMB), Federação Nacional de Médicos (Fenam), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Conitec, Unidas, Unimed e Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge). O projeto piloto foi lançado em 2003, tendo diversas atualizações até a última edição lançada em 2020. O material é disponibilizado em formato impresso, com ou sem CD. A receita é proveniente da venda deste produto pela AMB, com diferenciação de preços entre associados e não sócios da AMB. Vide informação através do site: <https://amb.org.br/cbhpm/>;
- viii) **Provas de área de atuação:** a AMB realiza eventos médicos em parceria com outras instituições e recebe uma parcela dos ganhos advindos dos eventos como: percentual de valor referentes às inscrições e valores referente às provas realizadas pelos associados para obtenção de Título de Especialista e/ou Certificado de Área de Atuação que são elaboradas e aplicadas pela AMB. A relação das áreas de atuação são listadas na Resolução CFM 2.221/2018;
- ix) **Outras receitas:** receita referente aos descontos recebidos com fornecedores da Associação e reembolsos diversos ocorridos no período como valores de serviços não prestados, reembolso de agências aéreas, etc.

14. Custo dos serviços prestados

	2021	2020
Contribuições		
Repasses a federadas	1.122	324
Terifas de cobranças	46	238
Outros	-	3
Total	1.168	565
Títulos de especialistas		
Confecção de títulos de especialistas	1.372	749
Outros	346	251
Total	1.718	1.000
Repasses a federadas qualicop	607	535
Provas de área de atuação	57	26
Comissão Nacional de Acreditação (CNA)	15	45
Ações Covid 19	3	-
Class. Bras. Hierarq. de Proc. Médicos (CBHPM)	127	223
Aluguéis		
Condomínio	120	119
Outros	44	48
Total	164	167
Trabalho voluntário	511	475
Total	4.370	3.036

A entidade entende que deve mensurar os custos relativos às operações de contribuição associativa, CNA, títulos de especialista, CBHPM e dos imóveis, com a finalidade de apropriar os gastos gerados em cada operação. A prática foi adotada a partir do exercício de 2020.

15. Despesas com pessoal

	2021	2020
Salários	980	1.220
Férias e 13º salário	191	200
Encargos e contribuições sociais	456	527
Benefícios a empregados	608	689
Outros	211	66
Total	2.446	2.702



16. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas de viagens	141	1.629
Terceirização	3.050	4.428
Eventos	333	1.060
JAMB e RAMB	217	1.475
Publicidade	672	1.095
Doações a Federadas	-	741
Associação Médica Mundial	-	470
Limpeza e segurança	282	385
Manutenção predial	180	50
Apoio às federadas	7	339
Baixa de intangíveis	-	12
Depreciações	157	48
Provisão com demandas judiciais	912	-
Outras despesas	699	902
Total	6.650	12.034

17. Outras despesas operacionais

	2021	2020
Perdas por reavaliação de propriedades para investimento	-	278
Outros	-	7
Total	-	285

18. Trabalho voluntário

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalho voluntário	511	475

1

[Handwritten signature]

19. Seguros (não auditado)

A Associação possui seguros em vigor em 31 de dezembro de 2021. O valor dos seguros contratados é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

20. Gestão de riscos financeiros

a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez. A gestão de risco da Associação concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

b) Riscos de mercado

i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Associação decorre de aplicações financeiras de curto prazo. A Administração da Associação tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

ii) Risco de crédito

A Associação está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, consideradas pelo mercado como de primeira linha.

iii) Risco de liquidez

A Associação mitiga o risco de liquidez, ao monitorar o seu caixa e títulos e valores mobiliários. Não foi necessária a captação de recursos de terceiros para o cumprimento de suas obrigações.

A postura conservadora da Associação é verificada na forma como contratou seus investimentos em renda fixa.

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, e disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Associação, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Associação, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e a posição de caixa e equivalentes de caixa.

c) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de estarem atreladas à variação do CDI.

O valor justo dos instrumentos financeiros (que não são negociados em mercados ativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Associação utiliza diversos métodos e define premissas baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Os saldos das contribuições a receber - associados e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos demarcado.

A Associação não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

21. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), exceto sobre as receitas financeiras;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- PIS sobre as receitas, havendo apenas a incidência do PIS sobre folha de pagamento;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias;
- Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

22. Efeitos da Pandemia - Covid-19

O Coronavírus, "Covid-19", foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Face ao cenário apresentado, a Associação tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema, e vem adotando uma série de medidas visando a mitigar os impactos gerados pelo Covid-19 em suas operações, incluindo:

- i) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Associação tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela Pandemia;
- ii) revisão dos gastos e investimentos em relação ao budget aprovado para o ano de 2020;
- iii) renegociação de contratos com fornecedores; e
- iv) emprego de *home office* para colaboradores no período de março a junho de 2020, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

Como apoio científico aos médicos do Brasil a AMB, publicou no ano de 2020 através da Revista da Associação Médica Brasileira (RAMB), boletins dedicados exclusivamente ao tema da Covid-19. Veja publicações através do link: <https://ramb.amb.org.br/boletim-ramb-covid-19/>.

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas, haja vista, a redução na receita das provas para certificação de Títulos de Especialista e de eventos, congressos e cursos que geram receita da Comissão Nacional de Acreditação (CNA).

Demonstramos o impacto causado pela Covid-19 na redução da quantidade de provas de títulos de especialista de 2019, 2020 e 2021:

	Período de janeiro a dezembro		
	2021	2020	2019
Títulos emitidos	7.470	3.639	5.807

A



23. Eventos subsequentes

Não houveram eventos subsequentes relevantes que necessitassem divulgação nesse relatório.

* * *

Membros do Conselho Fiscal e Diretoria

Dr. José Carlos Raimundo Brito

Dr. Juarez Monteiro Molinari

Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho

Dr. César Eduardo Fernandes

Dr. Akira Ishida

4


18

PARECER DO CONSELHO FISCAL

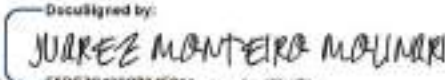
O Conselho Fiscal, reunido no dia 14 de setembro de 2022, às 12h00, no formato híbrido (virtual e presencial), na Sede da AMB, por convocação de seu Presidente, Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho, nos termos do artigo 67 ("O Conselho Fiscal reunir-se-á por convocação da Diretoria da AMB, da Assembleia de Delegados, do Conselho Deliberativo ou de seu próprio presidente") e artigo 68 ("Compete ao Conselho Fiscal apreciar todos os assuntos relacionados com patrimônio, bens, rendas, fundos, (...) e no inciso I – "fixação de contribuições dos associados e demais receitas") do Estatuto Social da AMB, a fim de deliberar sobre a Prestação das contas relativa ao exercício de 2021 da AMB, bem como o parecer da auditoria externa sobre as contas do exercício de 2021 da AMB. Foi analisada a Prestação das contas relativa ao exercício de 2021 da AMB, bem como o parecer da auditoria externa sobre as contas do exercício de 2021 da AMB, que demonstraram a probidade no uso do dinheiro da associação, com o balanço patrimonial e financeiro condizentes com a demonstração da receita e despesa do exercício de 2021.

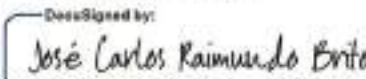
Ressalte-se que este Conselho Fiscal continua acompanhando o andamento das ações judiciais que tramitam nas esferas trabalhista e criminal relativos ao desvio financeiro constatado em 2018.

PARECER: O Conselho Fiscal manifesta-se pela **APROVAÇÃO** da Prestação das contas relativa ao exercício de 2021 da AMB, bem como o parecer da auditoria externa sobre as contas do exercício de 2021 da AMB.

São Paulo, 14 de setembro de 2022.


Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho (PR)
Presidente - Conselho Fiscal

Designed by:

Dr. Juarez Monteciro Molinari (RS)
Titular - Conselho Fiscal

Designed by:

Dr. José Carlos Raimundo Brito (BA)
Titular - Conselho Fiscal

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS 2022

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023

- Demonstrações Financeiras
- Parecer do Conselho Fiscal

NOVA



AMB

Associação Médica Brasileira

EVOLUINDO
SEMPRE

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023

RECEITAS

RECEITAS	TENDÊNCIA 2022	PREVISÃO 2023	VARIAÇÃO
Contribuição Associativa	7.353.683	7.500.000	146.317
Título de Especialista	6.300.000	6.422.175	122.175
CNA	90.000	70.300	- 19.700
Qualicorp	1.021.000	1.021.000	-
Prova	350.000	300.000	- 50.000
CBHPM	39.431	180.000	140.569
Outras receitas	118.595	114.000	- 4.595
TOTAL DE RECEITAS	15.272.709	15.607.475	334.766

DESPESAS

DESPESAS	TENDÊNCIA 2022	PREVISÃO 2023	VARIAÇÃO
Gastos com pessoal	- 2.449.452	- 2.584.998	- 135.546
Gerais & Administrativas	- 1.876.970	- 2.075.377	- 198.407
Jurídico	- 1.189.590	- 1.440.000	- 250.410
Marketing & Comunicação	- 672.326	- 1.028.602	- 356.276
Eventos / WMA	- 632.133	- 1.164.500	- 532.367
Projetos	- 4.700.296	- 5.380.813	- 680.517
TOTAL DAS DESPESAS	- 11.528.767	- 13.674.290	- 2.153.523

RECEITAS X DESPESAS

	TENDÊNCIA 2022	PREVISÃO 2023	VARIAÇÃO
RECEITAS	15.272.709	15.607.475	334.766
(-) DESPESAS	- 11.528.767	- 13.674.290	- 2.153.523
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.751.942	1.933.185	- 1.818.757



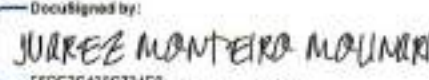
PARECER DO CONSELHO FISCAL

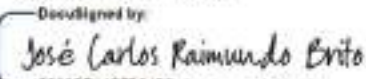
O Conselho Fiscal, reunido no dia 14 de setembro de 2022, às 11h30, no formato híbrido (virtual e presencial), na Sede da AMB, por convocação de seu Presidente, Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho, nos termos do artigo 67 ("O Conselho Fiscal reunir-se-á por convocação da Diretoria da AMB, da Assembleia de Delegados, do Conselho Deliberativo ou de seu próprio presidente") e artigo 68 ("Compete ao Conselho Fiscal apreciar todos os assuntos relacionados com patrimônio, bens, rendas, fundos, (...) e no inciso I – "fixação de contribuições dos associados e demais receitas") do Estatuto Social da AMB, a fim de deliberar sobre a Previsão Orçamentária da AMB para o ano 2023. Foi analisada a Proposta de Orçamento da AMB para o ano de 2023, que prevê variações na Receita e diminuição nas Despesas, demonstrando um superávit da instituição e recuperação do seu caixa.

PARECER: O Conselho Fiscal manifesta-se pela **APROVAÇÃO** da **Previsão Orçamentária para o exercício de 2023**.

São Paulo, 14 de setembro de 2022.


Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho (PR)
Presidente - Conselho Fiscal

DocuSigned by:

Dr. Juarez Monteiro Molinari (RS)
Titular - Conselho Fiscal

DocuSigned by:

Dr. José Carlos Raimundo Brito (BA)
Titular - Conselho Fiscal

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS 2022

FIXAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS PARA O EXERCÍCIO DE 2023

- Proposta de reajuste da
AMB



PROPOSTA DE REAJUSTE DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PARA O EXERCÍCIO DE 2023

- Mesmo considerando a situação financeira equilibrada da AMB e a difícil situação financeira dos médicos, é preciso rever o valor da Contribuição Associativa.
- Em observância ao dever de responsabilidade fiscal pelas Contas da AMB, bem como diante do alto índice inflacionário no exercício de 2022 e as previsões para o exercício 2023, entendemos pela necessidade do reajuste.
- Por estas razões, propomos um aumento com índice correspondente a metade dos 10% alcançados pela atual inflação (5%), passando a anuidade de R\$ 321,34 para **R\$ 337,41**.

Demonstrativo - Proposta de reajuste da contribuição associativa para o exercício de 2023

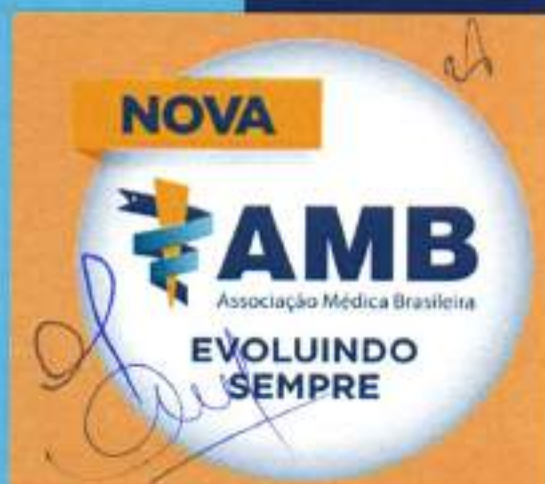
Período	Valor Contribuição			Reajuste (%)
	Anual (R\$)	Mensal (R\$)	valor reajuste anual	
2009	R\$ 144,00	R\$ 12,00		0,00%
2010	R\$ 156,00	R\$ 13,00	R\$ 12,00	8,33%
2011	R\$ 168,00	R\$ 14,00	R\$ 12,00	7,69%
2012	R\$ 192,00	R\$ 16,00	R\$ 24,00	14,29%
2013	R\$ 204,00	R\$ 17,00	R\$ 12,00	6,25%
2014	R\$ 216,00	R\$ 18,00	R\$ 12,00	5,88%
2015	R\$ 228,00	R\$ 19,00	R\$ 12,00	5,56%
2016	R\$ 252,00	R\$ 21,00	R\$ 24,00	10,53%
2017	R\$ 288,00	R\$ 24,00	R\$ 36,00	14,29%
2018	R\$ 288,00	R\$ 24,00	R\$ -	0,00%
2019	R\$ 294,00	R\$ 24,50	R\$ 6,00	2,08%
2020	R\$ 294,00	R\$ 24,50	R\$ -	0,00%
2021	R\$ 294,00	R\$ 24,50	R\$ -	0,00%
2022	R\$ 321,34	R\$ 26,78	R\$ 27,34	9,30%
2023	R\$ 337,41	R\$ 28,12	R\$ 16,07	5,00%
REAJUSTE		5,00%		



ASSEMBLEIA DE DELEGADOS 2022

FIXAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS PARA O EXERCÍCIO DE 2023

- Parecer e Proposta do Conselho Fiscal sobre o reajuste da Contribuição Associativa para 2023



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, reunido no dia 14 de setembro de 2022, às 12h00, no formato híbrido (virtual e presencial), por convocação de seu Presidente, Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho, nos termos do artigo 67 ("O Conselho Fiscal reunir-se-á por convocação da Diretoria da AMB, da Assembleia de Delegados, do Conselho Deliberativo ou de seu próprio presidente") e artigo 68 ("Compete ao Conselho Fiscal apreciar todos os assuntos relacionados com patrimônio, bens, rendas, fundos, (...) e no inciso I – "fixação de contribuições dos associados e demais receitas") do Estatuto Social da AMB, a fim de deliberar sobre a Contribuição Associativa para o exercício de 2023. Analisando o histórico e detalhamento sobre o tema, este Conselho Fiscal chegou nas seguintes considerações:

Considerando que o IPCA do ano de 2022, até o mês julho soma 5,50%, e uma projeção total no ano de 6,61%,

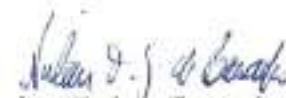
Considerando que o IGPM do ano de 2022, até o mês de agosto soma 8,39%,

Considerando a necessidade em buscar a manutenção do equilíbrio financeiro da AMB,

PARECER:

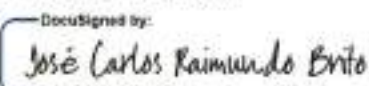
O Conselho Fiscal, emite seu **PARECER** recomendando o reajuste das contribuições dos associados da AMB no índice IPCA acumulado no ano de 2022 totalizando 6,61%, passando dos atuais R\$ 26,79 (vinte e seis reais e setenta e nove centavos) para R\$ 28,56 (vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), totalizando no ano - R\$ 342,72 (trezentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos).

São Paulo, 14 de setembro de 2022.


Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho (PR)
Presidente - Conselho Fiscal

DocuSigned by:

Dr. Juarez Monteiro Molinari (RS)
Titular - Conselho Fiscal

DocuSigned by:

Dr. José Carlos Raimundo Brito (BA)
Titular - Conselho Fiscal

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS DA AMB

13/10/2022

ANEXO 3

RELATÓRIOS DE ZERÉZIMA E
APURAÇÕES DAS VOTAÇÕES

A



Relatório de Zerésima

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS AMB - Gerado em:

13/10/2022 10:40:50

Sucesso! Nenhum voto registrado no momento da geração deste relatório.

LTDA:33359257000193

Apurar Eleição
ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS AMB 2022

Data: 13/10/2022 - Hora: 10:44:59

Pergunta

Aprovação da Ata da Assembleia de Delegados anterior.

Opções de Voto	Número de Votos	Percentual de Votos
Aprovo	30	58.82%
Não aprovo	19	37.25%
Abstenção	2	3.92%

Este PDF é certificado e validado conforme o: <https://verificador.itl.gov.br/>

Total de Votos: 51



Apurar Eleição
ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS AMB 2022

Data: 13/10/2022 - Hora: 12:08:55

Pergunta

Prestação de contas do exercício de 2021 da AMB (Demonstrações Financeiras auditadas e Parecer do Conselho Fiscal).

Opções de Voto	Número de Votos	Percentual de Votos
Aprovo	40	72.73%
Não aprovo	12	21.82%
Abstenção	3	5.45%

Este PDF é certificado e validado conforme o: <https://verificador.iti.gov.br/>

Total de Votos: 55



[Handwritten signature]

Apurar Eleição
ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS AMB 2022

Data: 13/10/2022 - Hora: 12:21:23

Pergunta

Proposta orçamentária para o exercício de 2023 (apresentada pela Diretoria da AMB e parecer do Conselho Fiscal).

Opções de Voto	Número de Votos	Percentual de Votos
Aprovo	39	70.91%
Não aprovo	12	21.82%
Abstenção	4	7.27%

Este PDF é certificado e validado conforme o: <https://verificador.iti.gov.br/>

Total de Votos: 55



A

[Handwritten signature]

Apurar Eleição
ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS AMB 2022

Data: 13/10/2022 - Hora: 12:38:57

Pergunta

Proposta para realização de reajuste da Contribuição Associativa de 2023.

Opções de Voto	Número de Votos	Percentual de Votos
Aprovo	26	48.15%
Não Aprovo	26	48.15%
Abstenção	2	3.70%

Este PDF é certificado e validado conforme o: <https://verificador.iti.gov.br/>

Total de Votos: 54



Apurar Eleição
ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS AMB 2022

Data: 13/10/2022 - Hora: 13:01:13

Pergunta

Segunda votação: Proposta para realização de reajuste da Contribuição Associativa de 2023.

Opções de Voto	Número de Votos	Percentual de Votos
Aprovo	26	49.06%
Não Aprovo	27	50.94%
Abstenção	0	0%

Este PDF é certificado e validado conforme o: <https://verificador.iti.gov.br/>

Total de Votos: 53



A
d
Qu

Apurar Eleição
ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE DELEGADOS AMB 2022

Data: 13/10/2022 - Hora: 13:10:42

Pergunta

Será realizada uma nova votação sobre o item anterior?

Opções de Voto	Número de Votos	Percentual de Votos
Não	44	83.02%
Sim	9	16.98%

Este PDF é certificado e validado conforme o: <https://verificador.itl.gov.br/>

Total de Votos: 53

4

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

2023

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022

- **Demonstrações Financeiras**
- **Relatório da Auditoria Externa**
- **Parecer do Conselho Fiscal**





PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2022

RECEITAS

RECEITAS	ANO 2021	ANO 2022	variação
CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA	9.104	8.439	-665
TITULO DE ESPECIALISTA	7.470	9.920	2.450
QUALICORP	1.586	1.458	-128
PROVAS	430	845	415
CNA	171	141	-30
CBHPM	135	71	-64
OUTRAS RECEITAS	1.070	2.598	1.528
Total	19.966	23.472	3.506

DESPESAS

DESPESAS E PROJETOS	ANO 2021	ANO 2022	variação
Gastos com pessoal	2.445	2.827	382
Gerais & Administrativas	4.384	4.014	-370
Jurídico	987	968	-19
Marketing & Comunicação	581	750	169
Eventos/WMA/Assoc.	828	612	-216
Projetos	4.471	5.410	939
TOTAL	13.696	14.581	885

RESULTADO DO PERÍODO

DESCRIÇÃO	ANO 2021	ANO 2022	VARIAÇÃO
RECEITA	19.457	23.144	3.687
(-) GASTOS	- 13.186	- 14.253	- 1.067
RESULTADO DO PERÍODO	6.271	8.891	2.620

(*) VALORES EM REAIS MIL



PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2022

DISPONIBILIDADES

	ANO 2021	ANO 2022	VARIAÇÃO
SALDO	<u>13.284</u>	<u>22.249</u>	<u>8.965</u>
MÉDIA MENSAL DESPESAS	1.100	1.188	88
PERÍODO MÉDIO FUNDO RESERVA	<u>12</u>	<u>19</u>	7

(*) VALORES EM REAIS MIL

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA

NOVA



AMB

Associação Médica Brasileira

**EVOLUINDO
SEMPRE**

Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

31 de dezembro de 2022 e 2021

com Relatório do Auditor Independente

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11-3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoflegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

 /audisa.consultores
 @grupoaudisa
 /company/grupoaudisa
 PORTALAUDISA.COM.BR

08/fevereiro/2023

Aos conselheiros e administradores da

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^a o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA.

Atenciosamente,

Audisa Auditores Associados
Alexandre Chiaratti do Nascimento
Sócio

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11-3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoflegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

 /audisa.consultores
 @grupoaudisa
 /company/grupoaudisa
 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente4-7

Anexo:

Demonstrações contábeis e notas explicativas.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11-3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoflegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

 /audisa.consultores
 @grupoaudisa
 /company/grupoaudisa
 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

CNPJ: 61.413.605/0001-07

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Investigações e medidas judiciais em andamento**

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1, às demonstrações contábeis, a alta administração da Associação identificou em agosto de 2018, a prática de atos fraudulentos por parte de uma colaboradora que tinha como atribuição a coordenação do departamento financeiro, tal prática originou-se mediante a apropriação indébita de

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11-3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portofalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook: /audisa.consultores
Twitter: @grupoaudisa
LinkedIn: /company/grupoaudisa
PORTALAUDISA.COM.BR

ativos financeiros da Associação. O processo investigatório dos fatos foi, inicialmente, conduzido internamente, e posteriormente, por parte independente. Com base nas constatações, foram tomadas as medidas necessárias para reparar os efeitos e adotar as medidas aplicáveis, o que culminou no ajuizamento de ação indenizatória perante a Justiça do Trabalho, e em pedido de instauração de inquérito junto ao Ministério Público Estadual, que delegou a investigação à Polícia Civil do Estado de São Paulo. Segundo apuração conduzida por parte da administração e por meio de terceiro independente, até o momento os efeitos conhecidos e apurados foram refletidos nas demonstrações contábeis.

Até o presente momento as investigações encontram-se em andamento, sendo assim, ainda não há como determinar se a Associação será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11-3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoflegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupopaulisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores
@grupoaudisa
in /company/grupopaulisa
PORTALAUDISA.COM.BR

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11-3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoflegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

 /audisa.consultores
 @grupoaudisa
 /company/grupoaudisa
 PORTALAUDISA.COM.BR

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 08 de fevereiro de 2023

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:1478234881
9

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO:14782348819
Dados: 2023.02.08 15:24:59 -03'00'

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 – 1º andar
Conj. 108/109 – Alphaville
☎ 11-3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoflegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook: /audisa.consultores
Twitter: @grupoaudisa
LinkedIn: /company/grupoaudisa
Portal: PORTALAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 2/8/2023 3:23:23 PM -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 154BE-722D4-871FB-FC8FF

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/154BE-722D4-871FB-FC8FF>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - MR\$)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	22.249	13.284
Contribuições a receber - associados	5	762	680
Outros créditos		74	38
Total do ativo circulante		23.085	14.002
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Propriedades para investimento	6	3.610	3.610
Outros créditos		132	97
 Imobilizado	 7	 3.191	 3.237
Intangível		7	12
Total do ativo não circulante		6.940	6.956
 Total do ativo		 30.025	 20.958

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Fornecedores	8	133	81
Obrigações trabalhistas	9	240	222
Obrigações tributárias		15	15
Total do passivo circulante		388	318
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 b	-	953
Provisão para demandas judiciais	10	912	919
Total do passivo circulante		912	1.872
Patrimônio líquido	11		
Patrimônio social		19.834	12.498
Superávit do período		8.891	6.270
Total do patrimônio líquido		28.725	18.768
Total do passivo e do patrimônio líquido		30.025	20.958

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

Demonstração de resultado do período para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - MR\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais	12		
Contribuições de associados		8.439	9.104
Títulos de especialistas		9.920	7.470
Parceria Qualicorp		1.458	1.586
Provas de áreas de atuação		845	430
Comissão Nacional de Acreditação (CNA)		141	171
Classif. Bras. Hierarquizada de Proc. Médicos (CBHPM)		71	135
Aluguéis		26	40
Trabalho voluntário	17	588	511
Outras receitas		435	122
Total das receitas operacionais		21.923	19.569
 (-) Custos	13		
Contribuições associados		(328)	(621)
Títulos de especialistas		(1.311)	(1.718)
Parceria Qualicorp		(870)	(607)
Provas de áreas de atuação		(51)	(57)
Comissão Nacional de Acreditação (CNA)		(36)	(15)
Classif. Bras. Hierarquizada de Proc. Médicos (CBHPM)		(205)	(127)
Aluguéis		(141)	(164)
Covid 19		0	(3)
Trabalho voluntário	17	(588)	(511)
 (-) Total de custos		(3.531)	(3.823)
 = Superávit do período bruto		18.392	15.746
 (-) Despesas operacionais			
Comercial e representações	14	(2.906)	(2.043)
Com pessoal	15	(2.827)	(2.445)
Tributárias		(42)	(217)
Gerais e administrativas	16	(5.143)	(5.154)
 (-) Total de despesas operacionais		(10.918)	(9.859)
 = Superávit antes das receitas (despesas) financeiras		7.474	5.887
 Receitas financeiras		1.549	397
Despesas financeiras		(132)	(14)
		1.417	383
 Superávit do período		8.891	6.270

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

**Demonstração do resultado do período para os exercícios findos em 31 de
dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - MR\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Superávit do período	8.891	6.270
Ajustes do período	1.066	24
Resultado abrangente	<u>9.957</u>	<u>6.294</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - MR\$)

	Patrimônio social	Superávit do período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.474	-	12.474
Déficit do período		6.270	6.270
Ajustes de exercícios anteriores	24		24
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.498	6.270	18.768
Incorporação	6.270	(6.270)	
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 11b)	1.066		
Superávit do período		8.891	8.891
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19.834	8.891	28.725

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Médica Brasileira
CNPJ.: 61.413.605/0001-17

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - MR\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	8.891	6.270
Ajustes para reconciliar o resultado		
Depreciação/Amortização	230	157
Baixa do intangível e imobilizado	-	(2)
Aumento (redução) de imposto de renda e contribuição social diferido	(953)	-
Complemento/reversão PECLD	117	150
Constituição de provisão para contingências	-	912
Ajustes de exercícios anteriores	1.066	-
	<u>9.351</u>	<u>7.487</u>
(Decréscimo) acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) de contas a receber - associados	(204)	1.074
Redução (aumento) de outros créditos	(36)	(18)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(35)	-
Aumento (redução) de fornecedores	52	(363)
Aumento (redução) de obrigações tributárias	-	(54)
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas	18	(34)
Aumento (redução) de valores a repassar	-	(35)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>9.146</u>	<u>8.057</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado	(181)	(71)
Empréstimo à Federada	-	4
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(181)</u>	<u>(67)</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.965</u>	<u>7.990</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	13.284	5.294
No final do período	22.249	13.284
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.965</u>	<u>7.990</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais ou de outra forma quando indicado)

1. Contexto operacional

A Associação Médica Brasileira (“Associação” ou “AMB”) é uma associação civil de âmbito nacional fundada em 26 de janeiro de 1951, situada na Rua São Carlos do Pinhal, 324 - Bela Vista - São Paulo - SP, com personalidade jurídica e forma federativa sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que congrega médicos e acadêmicos de cursos de medicina em todo o território nacional.

São finalidades da AMB:

- Congregar os médicos e acadêmicos de medicina do país e suas associações representativas com o objetivo de atualização científica, defesa geral da categoria no terreno ético, social, econômico e cultural e de consumo;
- Propor modelos e contribuir para a elaboração da política de saúde e aperfeiçoamento do sistema médico assistencial (público e privado) do país;
- Orientar a população quanto aos problemas da assistência médica, preservação e recuperação da saúde;
- Conceder título de especialista, em conformidade com o disposto no Estatuto Social e em regulamento próprio;
- Defender, em juízo ou fora dele, os interesses de seus filiados, desde que tais interesses possam ser caracterizados como coletivos ou difusos e possam acarretar benefícios diretos ou indiretos, para a classe médica como um todo;
- Elaborar, atualizar, divulgar e recomendar a classificação de procedimentos médicos para prestação de serviços;
- Fomentar o ensino médico continuado;
- Promover planos secundários e previdenciários para os associados;
- Contribuir para o controle de qualidade das faculdades de medicina;
- Contribuir para o estabelecimento de critérios para criação de escolas médicas no país; e
- Promover campanhas de cunho social que visem prevenir, preservar e recuperar a saúde da população.

1.1. Investigação de fraude

No ano de 2018, a gerência administrativa e financeira da AMB constatou que havia indícios de adulteração em extratos bancários da associação. Após intenso levantamento das informações a ex-colaboradora, então coordenadora do financeiro da AMB, responsável pelo departamento financeiro, por “contas a pagar” e “contas a receber”, contratada pela Associação em 1º de setembro de 1992, relatou à Administração que realizava desvio de recursos financeiros da AMB. De acordo com seu relato, cujo áudio foi gravado pela Administração da AMB, ela teria desviado aproximadamente R\$ 2 milhões.

Em razão deste fato, foi aberto um procedimento de conciliações financeiras a fim de corroborar o relato da ex-coordenadora do departamento financeiro, bem como para identificar a eventual participação de outras pessoas em tais atos. Essas análises permitiram à Administração da AMB confirmar a declaração, referente aos desvios e resultaram na sua demissão por justa causa, em 08 de agosto de 2018.

A associação contratou escritório de advocacia especializado e entrou com ação trabalhista além de abertura de inquérito policial que estão em tramitação. A instituição também contratou a firma KPMG para realizar um processo de auditoria com enfoque em fraude financeira.

No período da fraude, a associação apresentava uma fragilidade grande em seu ambiente de controle interno. A ex-coordenadora financeira, tinha a senha de acesso dos bancos e autonomia com as instituições financeiras, realizando todos os processos bancários sem qualquer segregação de função, revisão e/ou acompanhamento de seus trabalhos.

Após o desfalque financeiro, a instituição segregou o acesso para aprovação bancária somente ao Presidente e ao 1º Tesoureiro, que são os representantes legais da associação.

No ano de 2022 a entidade implantou o sistema de gestão integrada SAP nas áreas de Contas a Pagar, Contas a Receber, Cobrança, Estoque, Ativo Imobilizado, Compras e Associados.

1.1.1. Abordagem adotada

Após o relato realizado pela ex-coordenadora do departamento financeiro e as apurações iniciais efetuadas internamente, que confirmaram ter efetivamente havido o referido desvio de valores, a Administração da AMB contratou advogados para assessoria jurídica e propositura de ações, e apresentou o relato da ex-coordenadora do departamento financeiro para gravação pelo 14º Tabelião de Notas de São Paulo, em 30 de agosto de 2018, gerando ata notarial, com indícios suficientes acerca dos desvios realizados.

A Administração da AMB optou pela contratação da empresa de consultoria KPMG em 22 de outubro de 2018, a fim de realizar apuração independente. O relatório da investigação realizada pela KPMG passou a ser de pleno conhecimento da Administração da AMB em 08 de fevereiro de 2019, data em que tal relatório foi entregue pela KPMG.

Tendo em vista que a AMB foi vítima de conduta ilícita praticada pela ex-colaboradora, foram tomadas as medidas necessárias para reparar os danos e punir os atos cometidos, o que acarretou no ajuizamento de ação indenizatória perante a Justiça do Trabalho, e em pedido de instauração de inquérito junto ao Ministério Público Estadual, que delegou a investigação à Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Valores e impactos identificados até o momento

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme relatório da KPMG, foi reconhecido que as transferências de recursos financeiros da AMB para familiares e empresas relacionadas à ex-coordenadora do departamento financeiro da AMB, durante o período de 2008 a 2018, totalizaram o valor de R\$ 50.757. Porém, segundo o relatório de investigação feito pela KPMG, os valores de 2008 até 2013 estavam refletidos nas demonstrações contábeis, mas houve outros lançamentos de 2014 até 2018 que não estavam refletidos nas demonstrações contábeis devido à adulteração dos extratos bancários enviados para a contabilidade terceirizada.

Os valores referentes às receitas da AMB que não haviam sido contabilizadas em função da citada adulteração, foram registradas nas respectivas linhas de receitas da atividade na demonstração do resultado do exercício de 2018 no valor de R\$ 3.639, na linha de receitas com natureza a identificar na demonstração do resultado do exercício de 2017 no valor de R\$ 7.387, já que ainda estão sendo identificadas as atividades a que se referem essas receitas do ano de 2017, e a crédito da conta de reserva de lucros no patrimônio líquido pelos valores referentes aos valores dos anos de 2014 a 2016, demonstrados no quadro abaixo.

Em função do recebimento dos valores decorrentes do registro dessas receitas depender da conclusão e êxito no processo de ação indenizatória movido pela AMB contra a ex-colaboradora e da existência de bens em nome da mesma em montante suficiente para fazer face ao montante de eventual condenação, foi registrada perda estimada para redução ao valor recuperável desses ativos, no montante total das receitas registradas. Essas perdas foram lançadas na rubrica de despesas extraordinárias, grupo de despesas administrativas, na demonstração do resultado dos exercícios de 2017 e 2018 pelos valores referentes a esses anos e a débito da conta de superávit acumulado no patrimônio líquido referente aos valores dos anos de 2014 a 2016, conforme demonstrado a seguir. Não houve, dessa forma, reapresentação das demonstrações contábeis desses exercícios, já que o efeito no patrimônio líquido foi zero, conforme demonstrado a seguir.

Efeito do patrimônio social

Conta contábil	Descrição da conta	R\$
21434	Ajustes Ex. Anter. - 2014 - Contribuições	(4.722)
21436	Ajustes Ex. Anter. - 2015 - Contribuições	(8.691)
21438	Ajuste Ex. Anter. - 2016 - Contribuições	(8.520)
21435	Ajustes Ex. Ant. - 2014 - Desp. Extradionárias	4.714
21437	Ajustes Ex. Ant. - 2015 - Desp. Extradionárias	8.699
21439	Ajuste Ex. Ant. - 2016 - Desp. Extradionárias	8.520
Efeito total no patrimônio social		-

No exercício de 2019, foi identificado o montante de R\$ 2.382 da “Qualicorp – repasse Federada”, que se refere a comissões proveniente de plano de saúde recebido pela AMB da empresa Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., que deveria ter sido repassado às federadas através do percentual acordado entre as partes. Entretanto, devido à ausência de informações e falhas nos controles internos causados pela ex-colaboradora, os repasses não foram efetuados.

Durante o exercício de 2019, a Associação efetuou o levantamento dos valores e realizou a devida provisão e registros contábeis, efetuando o pagamento de tais valores ao longo de 2020.

1.2 Projetos

A Associação Médica Brasileira possui projetos em andamento, dentre eles se destacam:

1.2.1 NUPAM - Núcleo de Proteção ao Ato Médico

O Núcleo de Proteção do Ato Médico - NUPAM foi criado pela Associação Médica Brasileira - AMB com o objetivo de contribuir para que os serviços e ações de saúde no Brasil sejam prestados de forma responsável, segura e eficiente, tendo o paciente como o centro da atenção.

Participação ativa no Projeto de Lei 268/02 - Ato Médico, por meio da Comissão de Assuntos Políticos, a AMB tem participado ativamente do Projeto de Lei 268/02, que regulamenta a Medicina, define o que é o ato médico, sua abrangência e limites. Além disso, fortalece o conceito de equipe de saúde, pois respeita as esferas de competência de cada profissional.

1.2.2 DIRETRIZES

De acordo com sua finalidade a AMB emite através do Projeto Diretrizes, orientações diagnósticas terapêuticas e, quando aplicável, preventivas baseadas em evidências científicas, conciliam informações da área médica, a fim, de padronizar condutas que auxiliem o raciocínio e a tomada de decisão do médico, apresentam grau de recomendação e a força de evidência científica afim de preservar a autonomia dos médicos. Essas diretrizes médicas foram editadas em livro comercializado pela AMB, tendo sido emitidas 11 edições, sendo uma especial para a Agência Nacional de Saúde (ANS) em 2010/2011.

Na Revista da AMB (RAMB), há publicação de algumas Diretrizes e a elaboração/revisão de conteúdo dos artigos publicados nos Boletins, juntamente com o Diretor Científico. Atualmente, a AMB não realiza mais a comercialização deste livro e disponibiliza gratuitamente este material em seu site.

1.2.3 PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

O Programa de Educação Médica Continuada (EMC) atualiza e democratiza o conhecimento científico. É gratuito, a distância e aberto à participação de todos os médicos brasileiros. O Programa é uma enorme

contribuição à classe médica nacional, que beneficia diretamente a assistência à saúde da população brasileira.

1.2.4 RAMB - Revista da Associação Médica Brasileira

E há quase 70 anos, a respeitada Revista da Associação Médica Brasileira (RAMB), vem ampliando sua área de influência: além de ser filiada à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e a Associação Nacional das Editoras de Publicações (ANATEC), é indexada às bases de dados Scielo, Index Copernicus, LILACS, MEDLINE e Qualis B Internacional CAPES.

1.2.5 PROGEB - Programa de Educação para o Médico Generalista do Brasil

O PROGEB - Programa de Educação para o Médico Generalista do Brasil, é um programa inovador que fornece aos médicos generalistas, jovens estudantes e recém-egressos do curso de graduação, conteúdos essenciais sobre todas as 55 especialidades médicas do país, além de discussão de casos clínicos reais, tutoriais e videoaulas.

1.2.6 CEM COVID AMB

O Comitê Extraordinário de Monitoramento Covid Associação Médica Brasileira, no combate responsável ao SARS-Cov-2, a AMB é referência também por sua postura de somar e de valorizar a unidade das entidades médicas, alicerçada sobretudo na Ciência, boa Medicina e compromisso com a melhor assistência aos pacientes.

1.2.7 AMB CIDADÃ

Projeto para respaldar causas nobres e positivas à sociedade - em seus diversos segmentos. Será voz firme em demandas gerais de defesa dos direitos das mulheres, das crianças e dos adolescentes, iniciativas por meio de ambiente saudável. Todas elas são diretamente relacionadas à saúde e, por consequência, à Medicina. São causas de uma AMB, de fato, cidadã.

1.2.8 DEMOGRAFIA MÉDICA BRASILEIRA

A Demografia Médica no Brasil 2023, a primeira produzida em parceria entre a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), vai trazer o mais completo estudo já realizado na história sobre a realidade dos médicos em todo o país, incluindo o exercício da atividade e o ensino da profissão.

1.2.9 CONGRESSO DE MEDICINA

Neste evento, o objetivo da nova AMB é fomentar o ensino médico continuado no Brasil e mostrar aos jovens médicos a importância e a força do movimento associativo, como instrumento de transformação educacional e social.

1.2.10 SABE - SUPORTE ATENDIMENTO BÁSICO EMERGÊNCIA

O Projeto SABE - Suporte de Atendimento Básico de Emergência é uma iniciativa da Nova AMB que treina acadêmicos de medicina para darem suporte em emergências em casos de parada cardíaca. Os estudantes recebem treinamento teórico e prático e, uma vez habilitados, vão às escolas públicas ensinar professores e alunos no Suporte Básico de Vida (BLS).

1.2.11 ASB - ALIANÇA pela SAÚDE do BRASIL

A Aliança pela Saúde do Brasil (ASB) é a semente de um pacto social por assistência digna aos cidadãos que começa a ser desenhado pela Associação Médica Brasileira (AMB) a muitas mãos com um grupo plural de instituições de representatividade e credibilidade, entre elas a Fiesp, Febraban, Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHF), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), Fecomercio, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto Ethos e Sindusfarma.

1.2.12 NAP - NÚCLEO APOIO PARLAMENTAR

Criado pela Nova AMB para ser a voz dos médicos em Brasília o NAP acompanha o que acontece no Congresso Nacional e atua em favor de projetos de interesse das Federadas e Sociedades de Especialidades. Importante salientar que um PROJETO DE LEI, quando se torna LEI, tem o poder de afetar valores, questões e interesses que nem sempre são a favor do médico e da prática médica.

1.2.13 FEDERADAS

O projeto Federadas têm como principal objetivo conhecer as particularidades regionais de cada uma das vinte e sete federadas da AMB, colaborar com a troca de conhecimento, experiências para fortalecimento do associativismo em cada estado do Brasil.

No ano de 2022 foram realizadas visitas em 12 federadas e reunidas na sede da AMB mais 15 federadas para apresentação de seus projetos e programas de trabalho.

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e às associações sem finalidade de lucros (Interpretação Técnica ITG 2002 (R1)).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Associação é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, perdas esperadas de créditos, provisão para contingências com processos judiciais e administrativos, assim como da análise de recuperabilidade de ativos, valor justo das propriedades para investimento e dos demais riscos para determinação de outras provisões.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes

fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Associação são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(2)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; e **(3)** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo.

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Passivos financeiros

Representados por contas a pagar e fornecedores que são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juro efetivo, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de

liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Propriedades para investimento

As propriedades para investimentos referem-se a empreendimentos comerciais e residenciais, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6. Tais propriedades são mensuradas inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, propriedade para investimento apresentado ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo da propriedade para investimento é incluído na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

3.4. Imobilizado

Os valores de edifícios são demonstrados com base no custo histórico de aquisição, deduzido da subsequente depreciação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos reformados pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 07 e são depreciados a partir da data em que instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos reformados internamente, do dia em que construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.6. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7. Apuração do superávit ou déficit

A receita operacional das contribuições, atividades associativas e outras receitas no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, de maneira que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência de exercícios.

3.8. Avaliação ao valor recuperável de ativos (teste de “*impairment*”)

Com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, aumentando o ativo até o limite do valor recuperável.

3.9. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. A Associação registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16.

3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as interpretações conforme preceitua a Seção 7 da NBC-TG-1000 – Resolução 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que aborda os procedimentos relativos às “Demonstrações dos fluxos de caixa”.

3.11. Tributos e contribuições

A Associação possui isenção fiscal para o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre suas operações ordinárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	790	4
Aplicações financeiras	21.459	13.280
Total	22.249	13.284

As aplicações financeiras de curto prazo, sem restrições, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e a fundos de investimentos, resgatáveis sem penalidade e sem restrições, a qualquer momento.

A administração realizou no ano de 2022 investimentos de baixo risco, com liquidez imediata, em fundos com taxa de remuneração de 96% a 105% do CDI-Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Sendo então resgatáveis sem penalidade e sem restrições, a qualquer momento.

5. Contribuições a receber - associados

5.1. Contribuições a receber por federadas

	31/12/2022	31/12/2021
São Paulo	409	432
Mato Grosso	264	278
Rio Grande do Norte	82	148
Rio de Janeiro	85	78
Paraná	69	37
Brasília	65	61
Rio Grande do Sul	25	23
Piauí	8	-
Bahia	28	59
Paraíba	39	27
Acre	1	-
Ceará	3	-
Mato Grosso do Sul	70	33
Sergipe	-	8
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(386)	(504)
Total	762	680

5.2. Movimentação da perda esperada de crédito

Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2022
504	-	(118)	386

Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2021
355	149	-	504

As contribuições a receber correspondem aos valores das contribuições associativas a receber pelas Federadas. Todos os prazos de recebimentos são equivalentes a um ano ou menos e são classificadas no ativo circulante. As contribuições a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e mensuradas pelo custo amortizado com o uso da Perdas Esperada de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

6. Propriedade para investimento

a) Propriedade para investimentos

- Salas Comerciais - Av. Brigadeiro Faria Lima, 1572:

Data	Descrição	2022	2021
2001	Valor de aquisição	553	553
2015	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	1.993	1.993
2018	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	64	64
2020	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	(231)	(231)
Total		2.379	2.379

- Apartamentos - Alameda Campinas, 129:

Data	Descrição	2022	2021
2001	Valor de aquisição	254	254
2015	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	976	976
2018	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	48	48
2020	Ajuste valor justo - laudo de avaliação	(47)	(47)
Total		1.231	1.231

As propriedades para investimento têm o valor justo de R\$ 3.610, conforme laudo de avaliação com a data-base de 30 de setembro de 2020, elaborado pelo avaliador independente, Elo Engenharia. O avaliador teve seu valor justo apurado pelo método de "Valor de Mercado" (oferta e demanda), onde o valor do imóvel é obtido considerando a quantidade significativa de agentes atuando na área, imóveis similares sendo ofertados e procurados.

b) Ajustes do valor justo

O ajuste do valor justo registrado em 2020 gerou uma perda de R\$ 278.

7. Imobilizado

7.1. composição do ativo imobilizado

	Depreciação (%)	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido em 2022	Líquido em 2021
Edifícios e construções	4	929	(789)	140	177
Terrenos	-	2.388	-	2.388	2.388
Móveis e utensílios	10	572	(292)	280	275
Biblioteca	-	11	(11)	-	-
Benfeitorias	-	224	(224)	-	-
Instalações	10	442	(201)	241	291
Computadores e periféricos	20	377	(319)	58	93
Máquinas e equipamentos	10	98	(14)	83	13
Total		5.041	(1.850)	3.191	3.237

7.2. Movimentação do ativo imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado encontram-se totalmente livres de quaisquer garantias dadas a terceiros. As taxas de depreciação são registradas de acordo com a vida útil remanescente dos bens, consideradas adequadas pela Administração, que conclui que não há necessidade de alteração das taxas praticadas.

	2021	Adições	Baixas	Depreciações	2022
Edifícios e construções	177	-	-	(37)	140
Móveis e utensílios	275	61	-	(56)	280
Instalações	292	4	-	(55)	240
Máquinas e equipamentos	12	79	-	(8)	83
Computadores e periféricos	93	37	-	(71)	59
Terrenos	2.388	-	-	-	2.388
Total	3.237	181	-	(227)	3.190

	2020	Adições	Baixas	Depreciações	2021
Edifícios e construções	214	-	-	(37)	177
Móveis e utensílios	317	7	-	(49)	275
Máquinas e equipamentos	12	3	-	(2)	13
Instalações	316	20	-	(44)	292
Computadores e periféricos	77	41	-	(25)	93
Terrenos	2.388	-	-	-	2.388
Total	3.324	71	-	(157)	3.237

8. Fornecedores

	2022	2021
Clean Mall Serviços Ltda.	20	-
MSS Seidor do Brasil Consultoria Ltda.	31	-
Salazar e Grou Advogados	14	21
Pro assit serviços administrativos	8	8
L.Hotel Ltda	10	-
Sol Invest – Hotel Jaraqua Ltda.	16	-
G T Office Seviços Ltda	20	-
Outros	14	17
Total	133	81

9. Obrigações trabalhistas

	2022	2021
INSS a recolher	31	24
FGTS a recolher	-	-
PIS a recolher	-	1
IRRF a recolher	-	10
Provisão de férias a pagar	209	187
Total	240	222

10. Provisão para demandas judiciais

A Associação no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, previdenciário e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e de riscos existentes e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

	2022	2021
Provisão de Contingências Cíveis	912	919
Total	912	919

a) Causas prováveis

Para a data-base dezembro de 2022, foi constituída provisão para contingências cíveis no montante de R\$ 912 (R\$ 919 em 2021), relativos a processos judiciais com probabilidade de perda provável.

b) Causas possíveis

A Associação possui outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa. Em 31 de dezembro de 2022, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 75 (R\$ 52 mil em 31 de dezembro de 2021).

c) Riscos fiscais

Dentre os possíveis riscos fiscais que a Administração da Associação avalia estão os seguintes assuntos:

ISS - Imposto sobre serviços

Os ingressos de recursos caracterizados como prestação de serviço, possuem o risco de tributação do ISS - Imposto Sobre Serviços, quando prestados para não Associados. Existe também o risco de emissão de Notas Fiscais quando o serviço prestrado para Associado.

A entidade está obrigada a emissão de nota fiscal na venda do livro CBHPM.

COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social

As receitas financeiras estão sujeitas à alíquota de 4% da "COFINS".

11. Patrimônio social

a) Patrimônio social

A Associação, por ser associação de fins não lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a instituidores e administradores, sob qualquer forma. Acumula valores de superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição e ajustes e que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, comentados na nota 1. O resultado do período é incorporado ao Patrimônio Social, conforme Resolução CFC N.º 1.409/12 que aprovou Interpretação ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

b) Ajuste de exercícios anteriores - Baixa da provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos

Refere-se substancialmente a baixa realizada em 2022, do Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados e registrados no anos de 2015, 2018 e 2020, sobre os ajustes de avaliação patrimonial das propriedades para investimento.

A Administração da AMB concluiu, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, sendo a AMB isenta de tributos sobre os imóveis citados, onde são constuídos como investimento e sua renda é revertida em sua totalidade para benefício da própria associação, que esse tributos não eram devidos e com isso realizou a baixa contábil.

12. Receita bruta

	2022	2021
Contribuições - diretas e repasses de federadas	8.439	9.103
Títulos de especialistas	9.920	7.470
Parceria Qualicorp	1.458	1.586
Provas de área de atuação	845	430
Comissão Nacional de Acreditação (CNA)	141	172
Class. Bras. Hierarq. de Proc. Médicos (CBHPM)	71	135
Aluguéis	26	40
Trabalho voluntário	588	511
Outras receitas	107	122
Total	21.595	19.569

Natureza das receitas:

- i) **Contribuições:** o médico ou acadêmico filiado à AMB, realiza anualmente o pagamento de contribuição associativa;
- ii) **Título de especialistas:** a Resolução CFM 2.148/2016, normatiza o reconhecimento e o registro das especialidades médicas e áreas de atuação, de acordo com conjunto de critérios determinados pela Comissão Mista de Especialidade (CME), formada pelo Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e a Comissão Nacional de Residência Médica. Conforme o artigo 6º desta mesma resolução, a AMB emitirá títulos de especialista e certificados que atendam as determinações da Comissão Mista de Especialidades (CME). A Resolução nº 2.221/2018, apenas atualiza a relação de especialidades e áreas de atuação médicas, aprovadas pela CME. A Sociedade de Especialidade realiza a prova e comunica a lista de aprovados à AMB. A AMB auferir a receita com a emissão do título de especialista ou certificado de área de atuação.
- iii) **Comissão Nacional de Acreditação (CNA):** a CNA é uma atividade oriunda do título de especialista, pois foi criada para que os profissionais formados que possuem um título de especialidade ou certificado de área de atuação, se mantenham atualizados profissionalmente. A CNA é um selo (uma marca) que valida as atividades e eventos nos quais o médico participa e pontua a participação de atualização até atingir 100 pontos, onde ocorre a emissão do Certificado de Atualização Profissional (CAP). A receita é oriunda da participação do médico nestes eventos, congressos, atividades que são cobrados pela AMB. Mas a CNA também promove eventos de atualização de forma gratuita aos associados das Sociedades de Especialidades;
- iv) **Parceria comercial:** a AMB dispõe de benefícios aos seus associados como plano de saúde, seguro de vida e previdência privada com empresas parceiras que oferecem serviços e ou produtos com condições especiais para seus associados. Estas empresas fazem a intermediação entre a AMB e as seguradoras, como Itaú, Bradesco, Icatu e Sulamérica. As administradoras são a Qualicorp Administradora de Benefícios para o plano de saúde e a Fidelle Administradora, Corretora e Prestadora de Serviços para o seguro de vida e o plano de previdência privada. A AMB recebe uma comissão com a denominação de pró-labore. A Qualicorp paga 4% sobre o valor de cada vida segurada.
- v) **Aluguéis:** a AMB é proprietária de 12 (doze) salas comerciais localizadas na Av. Brigadeiro Faria Lima e de mais 04 (quatro) flats na Alameda Campinas. A receita gerada dos aluguéis é referente à locação do flat nº 101. As salas comerciais estão sem locação desde o ano de 2017;
- vi) **Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM):** o livro CBHPM, foi elaborado com critérios técnicos com objetivo de levar ao médico, conhecimento, o nível de risco, complexidade e a tabela para precificação de procedimento médico. As entidades participantes são AMB, Conselho Federal de Medicina, ANS, FenaSaúde, Federação Médica Brasileira (FMB), Federação Nacional de Médicos (Fenam), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Conitec, Unidas, Unimed e Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge). O projeto piloto foi lançado em 2003, tendo diversas atualizações até a última edição lançada em 2022. O material é disponibilizado em formato impresso, com ou sem CD. A receita é proveniente da venda deste produto pela AMB, com diferenciação de preços entre associados e

não sócios da AMB. Vide informação através do site: <https://amb.org.br/cbhpm/>;

vii) **Provas de área de atuação:** a AMB realiza eventos médicos em parceria com outras Instituições e recebe uma parcela dos ganhos advindos dos eventos como: percentual de valor referentes às inscrições e valores referente às provas realizadas pelos associados para obtenção de Título de Especialista e/ou Certificado de Área de Atuação que são elaboradas e aplicadas pela AMB. A relação das áreas de atuação são listadas na Resolução CFM 2.221/2018;

viii) **Outras receitas:** receita referente aos descontos recebidos com fornecedores da Associação e reembolsos diversos ocorridos no período como valores de serviços não prestados, reembolso de agências aéreas, etc.

13. Custo dos serviços prestados

	2022	2021
Contribuições		
Repasse a federadas	328	575
Tarifas de cobranças	-	46
Total	328	621
Títulos de especialistas		
Confecção de títulos de especialistas	1.311	1.372
Outros		346
Total	1.311	1.718
Repasse a federadas Qualicorp	870	607
Provas de área de atuação	51	57
Comissão Nacional de Acreditação (CNA)	36	15
Ações Covid 19	-	3
Class. Bras. Hierarq. de Proc. Médicos (CBHPM)	205	127
Aluguéis		
Condomínio	124	120
Outros	17	44
Total	141	164
Trabalho voluntário	588	511
Total	3.531	3.823

A entidade entende que deve mensurar os custos relativos às operações de contribuição associativa, CNA, títulos de especialista, CBHPM e com a locação dos imóveis, com a finalidade de apropriar os gastos gerados em cada operação. A prática foi adotada a partir do exercício de 2020.

14. Despesas comerciais e representações

	2022	2021
WMA/ Associações	505	547
Marketing	750	581
Eventos	107	281
Prestação de serviços RAMP/JAMB	364	217
Refeições	204	131
Vaagens e respresentações	976	286
Total	2.906	2.043

15. Despesa com pessoal

	2022	2021
Salários	1.159	980
Férias e 13º salário	225	191
Encargos e contribuições sociais	551	456
Benefícios a empregados	644	608
Outros	248	210
Total	2.827	2.445

16. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Tecnologia	1.555	675
Jurídico	968	987
Prestação de serviço	964	589
Contabeis e auditoria	117	454
Alugueis e arrendamentos	327	128
Limpeza e segurança	294	194
Depreciações	230	40
Cartórios/Correios	212	230
Suprimentos/Copa	163	119
Manutenções e conservações	100	110
Consumo	92	210
Manutenção de equipamentos	64	8
Cursos e treinamentos	2	0
Provisões para demandas judiciais	-	908
Outras despesas administrtivas	55	502
Total	5.143	5.154

17. Trabalho voluntário

	2022	2021
Trabalho voluntário	588	511

18. Seguros (não auditado)

A Associação possui seguros em vigor em 31 de dezembro de 2022. O valor dos seguros contratados é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

19. Gestão de riscos financeiros

a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez. A gestão de risco da Associação concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

b) Riscos de mercado

• Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Associação decorre de aplicações financeiras de curto prazo. A Administração da Associação tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

• Risco de crédito

A Associação está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, consideradas pelo mercado como de primeira linha.

• Risco de liquidez

A Associação mitiga o risco de liquidez, ao monitorar o seu caixa e títulos e valores mobiliários. Não foi necessária a captação de recursos de terceiros para o cumprimento de suas obrigações.

A postura conservadora da Associação é verificada na forma como contratou seus investimentos em renda fixa.

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, e disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Associação, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Associação, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e a posição de caixa e equivalentes de caixa.

c) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de estarem atreladas à variação do CDI.

O valor justo dos instrumentos financeiros (que não são negociados em mercados ativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Associação utiliza diversos métodos e define premissas baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Os saldos das contribuições a receber - associados e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado.

A Associação não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

20. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), exceto sobre as receitas financeiras;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- PIS sobre as receitas, havendo apenas a incidência do PIS sobre folha de pagamento;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias;

21. Eventos subsequentes

Não houveram eventos subsequentes relevantes que necessitassem divulgação nesse relatório.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

Dr. César Eduardo Fernandes
Presidente

Dr. Akira Ishida
1º Tesoureiro

Kleber Reis dos Santos
Contador
CRC 1SP346521-O

PARECER FISCAL

NOVA



AMB

Associação Médica Brasileira

**EVOLUINDO
SEMPRE**

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA AMB
REFERENTE AO ANO DE 2022

O Conselho Fiscal da Associação Médica Brasileira, reunido na data de 15 de março de 2023, às 10 horas, no formato híbrido (presencial e virtual), com a presença dos Conselheiros Fiscais Titulares – Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho (Presidente do Conselho), José Carlos Raimundo Brito e Juarez Monteiro Molinari, conforme ata da reunião, apreciaram o **relatório de auditoria** elaborado pela empresa Audisa – Auditoria / Consultoria, com sede em São Paulo à Alameda Rio Negro 503, 1º andar, conj. 108 e 109, Alphaville, assinado pelo Sr. Alexandre Chiaratti do Nascimento, na data 08/02/2023.

Foram analisadas as notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2022, que no item 1.1 aponta a apuração de fraude causada pela coordenadora financeira da AMB e constatada pela Diretoria da AMB no ano de 2018. O processo continua em andamento na justiça.

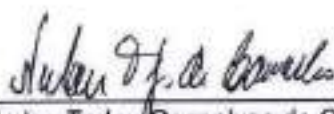
PARECER DA EMPRESA AUDISA – AUDITORIA / CONSULTORIA

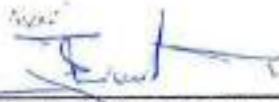
"Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil".

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO FISCAL PARA A ASSEMBLÉIA DE DELEGADOS:

Após a análise dos documentos apresentados acima, e considerando o superavit demonstrado pela AMB no ano de 2022, fato que permite a segurança administrativa e o desenvolvimento de projetos futuros o Conselho Fiscal **RECOMENDA A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA AMB.**

São Paulo, 15 de março de 2023.


Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho
Presidente do Conselho Fiscal


José Carlos Raimundo Brito
Titular do Conselho Fiscal


Juarez Monteiro Molinari
Titular do Conselho Fiscal